



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**



NAIARA ANDRADE MALTA SANTOS

**TAXONOMIA E ETIQUETAGEM: ANÁLISE DOS PROCESSOS
DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO
JURÍDICA NA WEB**

Salvador
2014

NAIARA ANDRADE MALTA SANTOS

TAXONOMIA E ETIQUETAGEM: ANÁLISE DOS PROCESSOS DE
ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO
JURÍDICA NA WEB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, da linha de pesquisa Políticas e Tecnologia de Informação com o objetivo de obter o grau de mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^a Dra. Ana Paula de Oliveira Villalobos

Salvador
2014

Santos, Naiara Andrade Malta
S236 Taxonomia e etiquetagem: análise dos processos de organização e
representação da informação jurídica na *web*/ Naiara Andrade Malta Santos. –
Salvador, 2014.
142 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da
Informação, 2014.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Paula de Oliveira Villalobos.

1. Organização do Conhecimento. 2. Representação do Conhecimento.
3. Informação Jurídica. 4. Temáticas. I. Universidade Federal da Bahia. Instituto
de Ciência da Informação. II. Título.

CDD: 025.3

FOLHA DE APROVAÇÃO

NAIARA ANDRADE MALTA SANTOS

TAXONOMIA E ETIQUETAGEM: ANÁLISE DOS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA NA WEB

Dissertação apresentada à aprovação como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em ____/____/____.

Banca examinadora:

Ana Paula de Oliveira Villalobos - Orientadora
Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Kathia Marise Borges Sales – Membro externo (UNEB)
Doutora em Difusão do Conhecimento, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Nídia Maria Lienert Lubisco – Membro interno
Doutora em Documentación, Universidad Carlos III de Madrid, Espanha

*Dedico este trabalho a minha amada família,
meus avós João (in memoriam) e Diva,
a minha mãe Arlete e meu pai Paulo,
meus irmãos João Paulo e João Francisco,
meus tios Arlan, Arilan, Arlene, Arluce e
Ricardo
as minhas primas Jade, Joice, Beatriz,
Roquelyna e Shirlei.*

*A meus amigos e colegas de trabalho, pelo
afeto, pelo reconhecimento e por aturar, minha
inquietação.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por está sempre ao meu lado me dando inspiração e força.

A minha família, pelo amor, pelo esteio e por apostar em minha capacidade, em especial a minha mãe, a minha vovó Diva, meus tios e tias Arlene, Arluce, Arlan e Arilan, pela ajuda constante e por tornarem possível esta conquista; aos meus irmãos João Paulo, Neto e minhas primas Jade, Joice e Bia, por serem minha inspiração incentivadora.

A minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Ana Paula de Oliveira Villalobos, pela atenção, paciência, incentivo e pela constante orientação.

Ao curso de Graduação em Biblioteconomia e Documentação por me proporcionar o conhecimento, a habilidade, e o desejo de desvendar cada vez o mundo da informação, e cursar o Mestrado em Ciência da Informação.

Aos colegas deste mestrado, especialmente a Bruna, Hozana, Babilon, Márcio Bezerra, Jothanas Carvalho, pelas trocas de experiências e cumplicidades e outras tão naturais aos estudantes.

A todos os professores do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia que tanto contribuíram para minha formação, em especial ao Profa. Maria Isabel, Profa. Ana Paula, Profa. Nídia Lubisco e Profa Henriette Gomes.

Aos meus amigos queridos pelo apoio deste da inscrição para concorrer uma vaga no Mestrado até a reta final e pela compreensão de sempre, especialmente a Fernanda Xavier, Maria de Fátima, Ricardo Reis e Renata Rodrigues.

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

Durante estes anos todos venho sonhando, e cada vez mais intensamente, com um assistente virtual que pudesse ser o meu oráculo bibliográfico. Tento me explicar melhor. Imagino que este assistente conheça toda a literatura científica, com todos os pormenores. Ademais, ele está à minha disposição a qualquer hora, em qualquer lugar, respondendo as minhas infindáveis perguntas sobre a literatura científica. Felizmente, o meu assistente imaginário adora compartilhar o seu conhecimento e orgulha-se da imensidão e da precisão do seu saber, a que sempre recorre com rigorosa neutralidade.

Imre Simon

RESUMO

A pesquisa foi realizada com o objetivo de analisar a taxonomia e etiquetagem, empregadas na organização e representação do conhecimento da informação jurídica nos *websites* jurídicos do Brasil. Para isso, procedeu-se, inicialmente, pelo mapeamento dos *websites* jurídicos brasileiros que se encontravam entre os 500 mais acessados do país em dezembro de 2013, localizando 02 *websites* jurídicos (portal JusBrasil e o Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo), que foi verificado quanto a disponibilidade das tipologias da documentação jurídica. Em seguida, identificou-se os níveis de taxonomia e etiquetagem empregadas na organização e representação do conhecimento nos *websites* selecionados comparando desta forma os mesmos. Foi verificado também se os termos que compõem a tabela do conhecimento da CAPES da área de Direito são encontrados na taxonomia e na etiquetagem no tesauro jurídico do STF. Desta forma, o instrumento utilizado para coleta dos dados foi à observação participante e o formulário, quanto ao tratamento dos dados obtidos, a pesquisa é caracterizada como uma abordagem qualitativa e apresenta como resultados a taxonomia e a etiquetagem como aliadas na organização e representação do conhecimento jurídico nos portais estudados. Além dos usuários do Portal JusBrasil que participam de forma colaborativa na organização e representação do conhecimento jurídico disponível no portal.

Palavras-chave: Organização do conhecimento. Representação do conhecimento. Taxonomia. Etiquetagem. Informação jurídica.

ABSTRACT

The research was performed with the aim of analyzing the taxonomy and tagging, employed in the organization and knowledge representation of juridical information in the juridical websites in Brazil. For this, proceeded, initially, by mapping of Brazilian legal websites witch were among the 500, that is the most accessed of the country on December, in 2013, localizing 02 juridical websites (Portal *JusBrasil* and the Portal of the Court of Justice of the State of Sao Paulo), which was verified for the availability of the types of legal documentation. Then, levels of taxonomy and tagging used in the organization and representation of knowledge on selected websites comparing this way the same. It was also verified that the terms that compose the table of knowledge of *CAPES* of the area of law are found in the taxonomy and tagging in legal thesaurus of *STF*. This way, the tool used for the data collection was participant observation and the form, regarding the treatment of data, the research is characterized as a qualitative approach and presents as results the taxonomy and tagging as allies in the organization and representation of legal knowledge in the portals studied. In addition to the Portal users *JusBrasil* participating collaboratively in the organization and representation of legal knowledge available in the portal.

Keywords: Knowledge Organization. Knowledge representation. Taxonomy. Tagging. Legal/Juridical information.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Relações das tipologias da documentação jurídica	29
Figura 2	Visão geral dos SOC de acordo com a estrutura e função	53
Figura 3	Marco da organização do conhecimento jurídico no Brasil	54
Figura 4	Tesouro do STF-1	65
Figura 5	Taxonomia descritiva	65
Figura 6	Taxonomia Navegacional	66
Figura 7	Taxonomia de gerenciamento de dados	66
Figura 8	Folksonomia aberta	71
Figura 9	Folksonomia restrita	72
Figura 10	Tela de acesso do portal JusBrasil	78
Figura 11	Tela inicial do portal do Tribunal de Justiça de São Paulo	79
Figura 12	Configuração da documentação jurídica no portal do TJ-SP	80
Figura 13	Configuração da documentação jurídica no portal JusBrasil	81
Figura 14	Taxonomia de gerenciamento de dados no portal JusBrasil	82
Figura 15	Taxonomia de gerenciamento de dados no portal TJ-SP	83
Figura 16	Taxonomia de navegação no portal JusBrasil	84
Figura 17	Taxonomia de navegação no portal TJ-SP	85
Figura 18	Taxonomia descritiva no portal JusBrasil	86
Figura 19	Estrutura da taxonomia descritiva no portal JusBrasil	87
Figura 20	Tesouro do STF-2	87
Figura 21	Página principal do tópico Direito de Família no website JusBrasil	89
Figura 22	Tela de opção de mesclagem de tópico	90
Figura 23	Tela de mesclagem de tópicos	90
Figura 24	Organização da etiqueta Direito de Família no portal	92

JusBrasil

Figura 25	Edições realizadas pelos usuários no tópico Direito de Família	93
Figura 26	Etiquetagem feita por mais de um usuário no Portal JusBrasil	94
Figura 27	Inclusão de tópicos em um documento	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	A informação na Ciência da Informação	23
Quadro 2	Fontes de informações jurídicas	37
Quadro 3	Disponibilização dos Diários de Justiça eletrônicos	39
Quadro 4	<i>Websites</i> que disponibilizam informações jurídicas	42
Quadro 5	Revistas jurídicas eletrônicas	43
Quadro 6	Tribunais Superiores do Brasil	44
Quadro 7	Fontes de informações jurídicas eletrônicas elencadas pelos bibliotecários	46
Quadro 8	Classificação dos níveis da representação do conhecimento	49
Quadro 9	Versão impressa da BBD editada pelo IBBD e IBICT	57
Quadro 10	Versão impressa da BBD editada pelo Senado Federal	58
Quadro 11	Sites que utilizam a etiquetagem	68
Quadro 12	Definições de folksonomia	69
Quadro 13	Tipologias da documentação jurídica no portal do TJ-SP	81
Quadro 14	Relação das sub-áreas e especialidades da área do Direito da Tabela da CAPES, com os termos do Tesouro Jurídico do STF e as etiquetas do Portal JusBrasil	96

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	19
2.1	INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	22
3	DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA	26
3.1	INFORMAÇÃO JURÍDICA	27
3.1.1	Tipologias da informação jurídica	31
3.1.1.1	Doutrina	31
3.1.1.2	Legislação	32
3.1.1.3	Jurisprudência	34
3.2	FONTES D INFORMAÇÃO JURÍDICA	37
4	A INFORMAÇÃO JURÍDICA NA WEB	39
5	ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO	48
5.1	SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	50
5.1.1	Tipos de sistemas de organização do conhecimento	51
5.2	ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	54
5.2.1	A organização do conhecimento jurídico na primeira faculdade de Direito do país em São Paulo	54
5.3	BIBLIOGRAFIA BRADILEIRA DE DIREITO: COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO JURÍDICO PRODUZIDO NO PAÍS	57
5.4	INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO JURÍDICO	59
6	ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO NA WEB	61
6.1	TAXONOMIA	62
6.2	ETIQUETAGEM	68
7	METODOLOGIA	73
7.1	UNIVERSO DA PESQUISA	75
7.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	75

8	ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA NA WEB: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	78
8.1	APRESENTAÇÕES DOS OBJETOS DA PESQUISA	78
8.1.1	Portal JusBrasil	78
8.1.2	Portal do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo	78
8.2	ANÁLISE DOS DADOS	79
8.2.1	Configuração das tipologias de informação jurídica	79
8.2.2	Taxonomia nos <i>websites</i> estudados	82
8.2.3	Utilização da etiquetagem nos websites jurídicos	88
8.2.4	A relação das etiquetas utilizadas pelos websites jurídicos com a tabela do conhecimento da CAPES e o tesouro do STF	96
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
	REFERÊNCIAS	100
	APÊNDICE	106
	ANEXO	110

1 INTRODUÇÃO

A organização e representação do conhecimento podem ser definidas com bases nas ideias apresentadas por Brascher;Café (2008), Miranda (1999) dentre outros autores. Para organizar o conhecimento, antes de tudo precisamos reuni-lo em uma estrutura sistemática, conforme discorre Vickery (2008), e representá-lo seja através de números, cores, termos etc.

Esta pesquisa se encontra inserida no âmbito da organização e representação do conhecimento jurídico na *web*. A documentação e informação jurídica, que são essenciais para a vida em sociedade, têm seus conceitos apresentados por Atienza (1979), Passos; Barros (2004), Silva (2010), Santiago (2010) dentre outros autores. O Direito área de estudo da documentação jurídica desde os tempos imemoriáveis tem como base a legislação, doutrina e a jurisprudência.

Apoiados juridicamente no direito de acesso à informação, diversos *websites* jurídicos brasileiros governamentais e privados divulgam em suas páginas documentos e informações que permeiam as atividades jurídicas do país e que também são essenciais para a vida de todos os cidadãos brasileiros. Nesta perspectiva esta pesquisa teve como objetivo principal verificar como os instrumentos de organização e representação na *web*, neste caso a taxonomia e a etiquetagem, estão sendo empregadas para organizar e representar a informação e documentação jurídica disponibilizada na rede.

Para alcançar este objetivo foram realizados os seguintes objetivos específicos:

- mapeamento dos *websites* jurídicos que se encontraram entre os 500 websites mais consultados do Brasil;
- análise disponibilidade das três tipologias da documentação jurídica (doutrina, legislação e jurisprudência) definida por Atienza (1979) nos *websites* mapeados;

- identificação e comparação dos níveis de taxonomia e de etiquetagem utilizados pelos portais selecionados;
- verificação se os termos presente na Tabela do Conhecimento do CNPQ da área do Direito fazem parte dos termos que compõem o Tesouro do STF e as estruturas taxonômicas e a etiquetagem dos *websites*.

A escolha do Tesouro do STF para esta comparação se justifica pela importância deste Tribunal para a jurisdição do nosso país e deste sistema de representação do conhecimento - o tesouro – na área da Ciência da Informação.

Este percurso possibilitou responder a questão da pesquisa: como a taxonomia e etiquetagem estão sendo utilizadas para a organização e representação da informação jurídica na *web*?

Tendo como objeto de estudo os *websites* jurídicos encontrados entre os 500 mais acessado no Brasil em dezembro de 2013: o portal do Poder Judiciário do Estado de São Paulo e o Portal JusBrasil, o primeiro governamental e o segundo privado.

Esta pesquisa é justificada pela importância da documentação e informação jurídica na sociedade, pois é a partir dela que os operadores do direito, no exercício de sua profissão, constroem toda argumentação na busca de uma sociedade mais justa e igualitária, e é a Ciência da Informação a ciência que

“... investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para um máximo de acessibilidade e uso da informação. O processo inclui a origem, disseminação, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação” (SHERA; CLEVELAND, apud ROBREDO, 2003, p.55).

Além da constante atualização da documentação/informação jurídica onde, “as publicações impressas não conseguem acompanhar o crescimento exponencial da produção legislativa, jurisprudencial ou doutrinária” (BARROS,

2004, p.201). E tendo como base os estudos desenvolvidos por Feitosa (2006, p.15) que a “*web* é provavelmente o mais rico repositório de informações na história humana” e é a primeira opção de grande parte das pessoas quando buscam informações.

Esta pesquisa se justifica por estudar com mais profundidade a organização e a representação da documentação/informação jurídica em *websites*, com o intuito de identificar e analisar as técnicas de organização e representação do conhecimento, neste caso a taxonomia e a etiquetagem. Nesta forma destacando como os princípios teóricos da Ciência da Informação contribuem para a prática de organização e representação da documentação/informação jurídica na *web*.

Desta forma, esta dissertação está estruturada da seguinte maneira, o primeiro capítulo representado pela introdução, apresenta o objetivo geral e específicos da pesquisa, bem como a sua justificativa de sua realização.

O segundo capítulo discorre sobre a Ciência da Informação, sua origem, seus pilares, algumas definições apresentadas por teóricos da área, além da sua importância para a organização e representação do conhecimento.

O terceiro e quarto capítulo tratam sobre a Documentação/Informação Jurídica, seus conceitos, características, tipologias no ambiente tradicional e no ambiente web respectivamente.

No quinto capítulo a organização e representação do conhecimento são apresentadas, bem como a discussão acerca de algumas definições na área sobre o tema. Apresenta os níveis de representação do conhecimento de acordo com Campos (2001) e alguns sistemas utilizados na Ciência da Informação para organização do conhecimento jurídico. Além de expor uma breve histografia da organização e representação do conhecimento jurídico no Brasil.

Intitulado “Organização e representação do conhecimento na *web*” o sexto capítulo discorre sobre a taxonomia e a etiquetagem como instrumentos

de organização e representação do conhecimento no ambiente virtual, além de discorrer sobre suas características, definições e tipologias.

A metodologia é o sétimo capítulo, nele destaca-se a abordagem metodológica da pesquisa, os procedimentos e as técnicas adotadas para a realização da mesma.

A caracterização do objeto da pesquisa, assim como a análise e discussão dos dados obtidos é feita no oitavo capítulo. E por fim, o nono e último capítulo traz as considerações finais e uma sugestão para pesquisas futuras.

2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nascida no bojo da revolução científica que se seguiu com a Segunda Guerra Mundial, a Ciência da Informação, passou por três fases (PINHEIRO, 2007). Sendo a primeira constituída pelo reconhecimento da Ciência da Informação, no que diz respeito à origem, denominação, conceitos e natureza, no período de 1961 a 1969. A segunda fase, de 1970 a 1989 é marcada pela busca de princípios, metodologias e teorias próprias. E a terceira fase, a partir dos anos 90, é a fase de consolidação e relações da Ciência da Informação com outras áreas.

Para Silva; Freire (2011, p. 03)

o fundamento primordial que caracteriza o surgimento da Ciência da Informação é a necessidade de refletir sobre os procedimentos de organização, registro e difusão tendo como centralidade a informação.

Desde dos tempos primórdios o ser humano vem tentando associar formas de classificar, organizar e difundir a informação, principalmente a partir da explosão informacional do século XX a necessidade de organizar e disseminar o conhecimento produzido se tornou cada vez mais presente. Desta forma, os fundamentos e técnicas de organização da informação e do conhecimento já existiam bem antes da Ciência da Informação, através de disciplinas como a Biblioteconomia e a Documentação.

Conforme Le Coadic (1996, p. 14) a biblioteconomia se constitui em uma “prática de organização: a arte de organizar bibliotecas”, derivada da disciplina bibliologia que “tem por objeto o estudo do livro”. A biblioteconomia é um marco na organização do conhecimento no que diz respeito a organização e registro das informações presentes nas coleções existentes nas bibliotecas, com o intuito de dar acesso ao conhecimento, apesar deste acesso durante um longo período estivesse restrito a segmentos sociais específicos, como a Igreja.

Entretanto, a partir do século XV, com a criação da imprensa as bibliotecas passam a ter uma preocupação maior com os registros, organização e disseminação das informações, já que o acesso a sua coleção

não se encontrava mais disponível somente para segmentos específicos da sociedade e sim para uma parcela bem maior demonstrando o papel social da biblioteca. Porém, especialmente no século XIX “a Biblioteconomia aprimora um conjunto de estudos técnicos e epistemológicos para organização do conhecimento e acerca de como tratar a informação” (SILVA; FREIRE, 2011, p. 05). Estes estudos técnicos e epistemológicos desenvolvidos, mesmo de forma indireta são marcos significativos para a promoção da Ciência da Informação.

Até o final do século XIX, a Documentação foi à disciplina que caminhou ao lado da Biblioteconomia sendo crucial para a chegada da Ciência da Informação. Para Silva; Freire (2012, p.8) a “Biblioteconomia e a Documentação eram disciplinas idênticas até o final do século XIX”. A Documentação foi desenvolvida por dois advogados belgas, Otlet e La Fontaine no fim do século XIX, a partir da criação do Instituto Internacional de Bibliografia que tinha o intuito de gerenciar o Repertório Bibliográfico Universal.

Sendo que a principal preocupação da Documentação estava, segundo Silva; Freire (2012, p. 09)

no acesso a informação no mais diversos suportes documentais e em diferentes centros de informação (biblioteca, arquivo, museu), enquanto a Biblioteconomia estava desenvolvendo sua habilidade, em nível restrito, para proceder com a utilidade do livro e, em nível mais amplo, para indicar a atividade de gestão e organização de acervos de bibliotecas.

Os princípios da Documentação são estabelecidos por Otlet, em sua obra Tratado de Documentação (Traité de Documentation), a partir de quatro fundamentos:

1º o registro do pensamento humano e da realidade exterior em elementos de natureza material, ou seja, documentos; 2º a conservação, circulação, atualização, catalogografia, descrição e análise desses documentos; 3º elaboração, com ajuda de documentos simples, dos documentos mais complexos, e com a ajuda dos documentos particulares, o conjunto desses documentos; 4º em último grau, o registro dos dados cada vez mais complexo, exato, preciso, simples, direto, rápido, sinótico, de forma simultaneamente analítica e sintética; seguindo um plano cada vez mais integral enciclopédico, universal e

mundial. (OTLET, 1996, p. 10 apud SILVA; FREIRE, 2012, p. 10,).

Estes fundamentos foram constituídos com o intuito de oferecer informações documentadas sobre o tipo de fato e de conhecimento. E nesse contexto, a informação e o conhecimento adquirem, de forma crescente, cada vez mais valor ressaltando, assim a importância da Biblioteconomia e da Documentação para a Ciência da Informação no século XX. Para Robredo (2003, p.44) “a primeira formulação do que seria a ‘ciência da informação’ surgiu como resultado dos trabalhos realizados no quadro das conferências do *Geórgia Institute of Technology*” em 1961 e 1962.

Para Le Coadic (1996, p. 109) a Ciência da Informação é

ciência, produção consciente da espécie humana com origens bem precisas, um objeto e um conteúdo bem definidos e especialistas identificáveis. Suas origens são recentes: 1968, data de nascimento da primeira grande sociedade científica nos Estados Unidos American Society for Information Science (ASIS). Tem, portanto, um quarto de século, tempo de uma geração, o que é também uma idade adulta. A ciência da informação tornou-se uma “ciência adulta”, que conta com uma definição do seu objeto de estudo, métodos, alguns conceitos básicos, leis fundamentais, etc. Enfim, refere-se cada vez mais à sua própria história, o que é sinal de maturidade. Seu objeto é uma matéria, a informação, que permeia o espaço das profissões. Trata-se de recurso vital do qual ainda não se mediu suficientemente a extensão dos usos e não-usos, por falta de atenção com seus usuários. Seu conteúdo, marcado pelo selo da interdisciplinaridade, é uma sábia dosagem de ciências matemáticas e físicas, bem como ciências sociais e humanas.

Miranda (2002, p. 9) apresenta o seu entendimento, concordando com Le Coadic (1996) acerca da Ciência da Informação ao registrar que

A Ciência da Informação tem origem no fenômeno da “explosão da informação” (ligado ao renascimento científico depois da 2ª Guerra Mundial) e no esforço subsequente de “controle gráfico” e de tratamento da documentação implícita no processo. Teria surgido, conseqüentemente, de uma práxis específica no âmbito da indústria da informação, na tentativa de organizar a literatura científica e técnica por meio de serviços e produtos para as comunidades especializadas, tarefa que migrara das bibliotecas tradicionais para os novos sistemas informacionais, com o concurso de profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

Apesar de ser considerada por Le Coadic (1996) uma ‘ciência adulta’ a Ciência da Informação é uma ciência relativamente jovem, já que sua origem permeia o renascimento científico que ocorreu durante e depois da 2ª Guerra mundial e sua origem se consolidou com o nascimento, nos Estados Unidos, da primeira grande sociedade científica a *American Society for Information*. Porém concordamos com Le Coadic quanto ao objeto da Ciência da Informação que é a ‘informação’, que também é objeto da Documentação e da Biblioteconomia (pois as mesmas trabalham na organização e no registro dos documentos, que se encontra nos livros ou outro suporte, com o objetivo de dar acesso às informações contidas neles) e que é essencial para o fazer de diversas profissões e para o desenvolvimento de todas as áreas do conhecimento.

A Ciência da Informação tem como campo de atuação a abordagem científica e interdisciplinar da informação para a construção de conceitos, métodos, técnicas, leis e aplicações tecnológicas que fazem parte do processo de transferência de informação. Ou seja, a Ciência da Informação atua no estudo da produção, organização, armazenamento, disseminação e uso da informação, seja qual for à área do conhecimento. Tendo como função gerar conhecimento que contribuam para a solução de problemas ligados à organização, disseminação e recuperação da informação.

2.1 INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

A informação é um elemento presente na vida de todos e influencia diversas áreas do conhecimento. E sua influencia não é algo novo, destes os tempos primórdios as civilizações utilizam a informação independente do suporte na qual ela se apresenta, para estabelecer grupos, leis e relacionamentos (BEZERRA, 2011).

A informação é fundamental para o desenvolvimento da sociedade, além de ser essencial para todas as atividades humanas e está relacionada com todos os campos do conhecimento. Para Kobashi e Tálamo (2003) o valor da informação incide em gerar conhecimento. Para Le Coadic (1996, p.4) “a

informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”.

Wersig e Neveling (1975) identificam seis diferentes entendimentos - apresentados no quadro abaixo - acerca do que é informação na Ciência da Informação.

Quadro 1 - A informação na Ciência da Informação:

Abordagens da informação como objeto da Ciência da Informação	Entendimento acerca da informação na Ciência da Informação
Abordagem estrutural da informação	A informação é entendida como uma estrutura da natureza (a posição de átomos e moléculas no universo e de conjuntos de combinações desses átomos e moléculas em qualquer oportunidade). É independente da apreensão pelo ser humano, decorrendo apenas das relações estáticas entre os objetos materiais.
Abordagem do conhecimento	Vê informação como o conhecimento elaborado à base da percepção das estruturas da natureza. Desta forma, a informação aqui abrange a compreensão do dado, que se torna informação dotada de sentido a partir de seu processamento.
Abordagem da mensagem	A informação é sinônimo de mensagem, informação é um suporte semântico (isto é, símbolos ordenados) sobre um suporte físico.
Abordagem do significado	Entende a informação apenas como o significado da mensagem. “Como ‘significado’ é, pelo menos, tão ambíguo quanto ‘informação’, poder-se-ia supor que os autores que não sabem o que é informação, chamam-na por outro nome que é tão obscuro quanto o primeiro” (WERSIG; NEVELING, 1975, p.7)
Abordagem do efeito	Percebe a informação como aquilo que altera o que conhecemos, é a redução da incerteza, resultado de

	um processo sobre dados. A informação serve para reduzir as incertezas, ou seja, as dúvidas.
Abordagem do processo	Vê a informação como um conjunto de ações orientadas para um fim, englobando geração, transmissão, armazenagem e busca.

Fonte: Baseado em Wersig e Neveling (1975)

A partir das abordagens e dos entendimentos acerca da informação apresentados por Wesig e Neveling (1975) é possível observar que há dificuldades na conceituação da informação na área da Ciência da Informação. Para Capurro e Hjørland (2007, p. 169) “a informação não requer um processo interpretativo, embora seja uma condição necessária à aquisição de conhecimento”. Portanto, é possível afirmar que a informação é essencial para obtenção do conhecimento. Neste sentido, aponta Targino (2000, p.9):

[...] o conhecimento é um corpo sistemático de informações adquiridas e organizadas, que permite ao indivíduo compreender a natureza. É através da compreensão que o ser humano transmuta informação em conhecimento [...] só é conhecimento a parcela, mesmo que ínfima, dos elementos que causam alterações no repertório cognitivo e conceitual do ser humano. Dentre o manancial de informações às quais se tem acesso, só o que se tem acesso, só o que se consegue reter, apreender e compreender é conhecimento. [...] Logo, o perigo é confundir informação com conhecimento. A emissão maciça de dados, números e fatos não garante a produção de conhecimento. A informação é capaz de produzir conhecimento ou não [...] A informação pode atuar como formadora de estoque ou como agente modificador capaz de produzir conhecimento. No primeiro caso, registra-se a função estática da informação. Estoques per si não geram conhecimento, nem transformam a realidade. Tão-somente uma ação que se configure como agente modificador pode confirmar a produção do conhecimento.

O conhecimento é dependente e complementar à informação. Quando a informação é compreendida, esta pode se transformar em conhecimento. A informação é objeto da Ciência da Informação e entender este campo de estudo é essencial para a realização desta pesquisa, que se propõe analisar a taxonomia e a etiquetagem que são sistemas de organização do conhecimento.

Desta forma, será investigada a organização da informação jurídica na *web*, na perspectiva da taxonomia e da etiquetagem.

3 DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA

A área jurídica é o campo do saber que, desde tempos imemoráveis está embasada no tripé legislação, doutrina e jurisprudência e a partir da informação produzida por este tripé que a justiça se realiza na sociedade. É a partir dele que os profissionais da área do direito, no exercício de sua profissão constroem toda argumentação na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

“O documento jurídico tem a função de criar, modificar, manter ou extinguir uma relação com outra pessoa (física ou jurídica), no exercício de suas obrigações e deveres tanto legais quanto administrativos” (SANTIAGO, 2010, p. 130). Assim, a documentação no meio jurídico é um elemento essencial do fazer jurídico, pois é a partir dela que se pode comprovar as relações jurídicas existentes na sociedade, entre as partes de um processo, entre um cidadão e o Estado e/ou vice-versa, com a finalidade de resguardar convívio saudável na sociedade que vivemos.

Ao se falar de documento/documentação jurídica é necessário discorrer sobre documentação, que é definida por Bradford (1961, p.68) como “a arte de coletar, classificar e tornar facilmente acessíveis os registros de tôdas as formas de atividade intelectual.” Deste modo, a documentação é uma forma de organizar o conhecimento produzido, com a finalidade de tornar todos os seus registros acessíveis. No âmbito jurídico é produzido diariamente um número expressivo de informações, registradas e documentadas, que são essenciais para o desenvolvimento diário da sociedade e principalmente do fazer jurídico.

Conforme Barros (2004, p. 205), este conjunto de informações produzidas e documentadas diariamente na área jurídica é resultado da produção do conhecimento jurídico, que pode ser registrado em diferentes tipologias e “o conjunto desses documentos jurídicos forma a documentação jurídica”, que tem como objeto “reunir e organizar a informação jurídica, de tal forma que permita colocá-la ao alcance do usuário, no momento certo, tendo em vista os recursos disponíveis”. A documentação jurídica é entendida por Atienza (1979, p.19) como:

[...] a reunião, análise e indexação da doutrina, da legislação (leis, decretos, decretos-leis, atos, resoluções, portarias, projetos de leis ou de decretos legislativos ou de resoluções legislativas, ordens internas, circulares, reposições de motivos, etc.), da jurisprudência (acórdãos, pareceres, recursos, decisões, etc.) e de todos os documentos oficiais relativos a atos normativos ou administrativos.

Em relação à Documentação, Atienza (1975, p.19) ressalta que “o complexo de teorias e técnicas, que se circunscreve sob o nome genérico de Documentação, é o elemento-chave de ligação entre aqueles que criam um conhecimento e os que desejam adquiri-lo”. Corroborando com essa ideia, Bradford (1961, p. 68) discorre que a Documentação é o processo que “pode colocar ante o especialista criador a literatura existente sobre o campo de sua investigação”. A documentação jurídica é uma tipologia documental que tem como necessidade colocar em ordem os processos de adquirir, organizar, preservar e disseminar a informação.

Há uma concordância com Dias (1980, p. 236) de que a Documentação Jurídica é uma especialização da Documentação e que “apresenta muitas das características observadas também nas demais áreas especializadas da documentação, ao lado das características que são próprias”. Destarte, que a Documentação jurídica abrange um tripé que são essenciais na criação, aplicação e disseminação do Direito.

3.1 INFORMAÇÃO JURÍDICA

A documentação jurídica reuni e organiza as informações que tratam de assuntos específicos da área jurídica, estas informações devem ser entendidas como informação jurídica. Conforme Oliveira (2006) a informação jurídica pode se apresentar através de conteúdos textuais e não textuais que tratem sobre diversos assuntos da área jurídica, ou seja, a informação jurídica se refere a uma informação especializada do ramo do Direito, podendo se apresentar através de diversos meios, conforme afirma Fullin (2006):

Os meios através dos quais a informação e a documentação jurídica se apresentam são muito variados, como, por exemplo, os diários oficiais, pesquisas impressas, relatórios, jornais e

revistas, monografias e livros, enciclopédias e dicionários, páginas da Internet, fax, ligações telefônicas, comunicação interpessoal, correio eletrônico, entre outros (FULLIN (2006, p. 34).

A informação jurídica é “uma das maiores produtoras de documentos no Brasil” (CUNHA, 2010, p. 130) e apresenta tipologias encontradas em três níveis diferentes: doutrina, legislação e jurisprudência. A informação jurídica se refere a um conteúdo especializado, tem a responsabilidade de orientar as decisões dos Magistrados e demais operadores do Direito nos processos e atividades jurisdicionais, além de servir como base para uma sociedade organizada e justa. López-Muñiz (1984, p. 14-15), ressalta que

no mundo onde se produz um documento jurídico a cada minuto, nunca se pode estar seguro de ter encontrado a totalidade de informação relativa ao problema que se estuda[...]. O jurista, para chegar a uma resolução, deve dedicar um bom número de horas de trabalho a documentar a decisão, buscando a lei pertinente, a jurisprudência que interpreta e a bibliografia que oferece soluções; com tudo isso nas mãos, é fácil obter uma decisão e sobretudo saber que ela está de acordo com a legislação vigente e a interpretação dos tribunais.

Assim, a informação jurídica é definida por Passos (1994, p.363) como:

[...] toda unidade do conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações do pensamento daqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais.

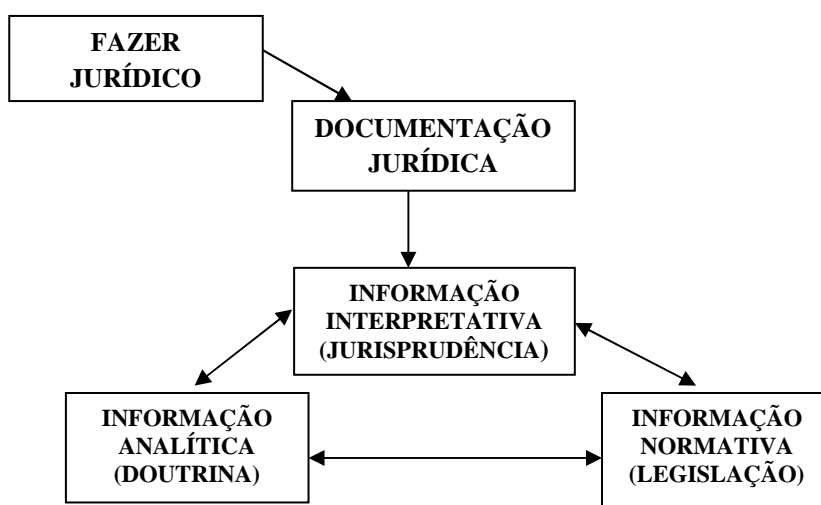
De acordo com Barros (2007, p.37), “observa-se que as informações no âmbito jurídico, em sua maioria, são produzidas por órgãos do Estado, porque é dele o monopólio das atividades legislativa e jurisdicional”, assim é imprescindível sua organização para auxiliar as atividades finalísticas dos governos.

De acordo com Passos e Barros (2009), no ordenamento jurídico brasileiro, há uma grande produção de informação, seja ela analítica - doutrina, normativa - legislação, ou interpretativa - jurisprudencial. Courbe (apud Martinho, 2006, p.89) apresenta uma classificação da informação jurídica

dividida da seguinte forma: informação oficial: “a informação resultante da atividade reguladora das autoridades públicas e que se traduz na legislação e jurisprudência”; informação privada ou doutrina: “publicada na bibliografia jurídica, e que possui uma dupla finalidade – informativa (pela sistematização e atualização do conhecimento jurídico) e crítica ou de análise (proporcionando uma reflexão sobre o direito)”.

As informações geradas no mundo jurídico que compõem a documentação jurídica sejam elas analíticas, normativas ou interpretativas, se relacionam entre em si, ou seja, “há uma participação da doutrina na jurisprudência, da jurisprudência na legislação e da legislação na jurisprudência” (SILVA, 2010, p. 101), além da doutrina na legislação e da jurisprudência na doutrina. A Figura 1 abaixo tem o intuito de representar a relação das tipologias da documentação jurídica entre si.

Figura 1 - Relação das tipologias da documentação jurídica



Fonte: Dados da pesquisa.

A relação da doutrina com a legislação pode ser observada quando Vasconcelos (1978, p. 276) afirma que “a doutrina está antes da lei, sugerindo-a; está na lei, apoiando-a; está depois da lei, vivificando-a”. Para Guimarães (1993) a jurisprudência organiza um trabalho interpretativo do texto legislativo, indispensável quando ocorrem brechas na lei a ser aplicada ao caso. Silva

(2010, p. 102) afirma que “ninguém elabora leis sem os conhecimentos, entendimentos, pontos de vista e definições estabelecidas pela Doutrina”. Logo, a relação informacional e acesso as tipologias da documentação jurídica são elementos essenciais para a realização do fazer jurídico.

Conforme Martinho (2006, p. 91) as características gerais da informação jurídica são:

- grandes volumes de informação e rapidez da sua desatualização, face a um constante crescimento e criação de novas fontes (novas leis, novas áreas do direito, constante produção de doutrina);
- grande diversidade de fontes de informação;
- proliferação de suportes de informação (bases de dados, CD-ROMs, WWW);
- interação com outras áreas do conhecimento (filosofia, sociologia, economia, história, informática, política, etc.);
- público-alvo exigente e diversificado (pluralidade de finalidades da informação pretendida);
- necessidade de grande rigor e precisão da sua conservação no documento jurídico, qualquer que seja o seu suporte;
- necessidade de grande rapidez e rigor na sua transmissão, de modo a assegurar a sua correta utilização e aplicação, de acordo com as últimas alterações ocorridas e a garantir a fiabilidade da mensagem transmitida.

Outra característica da informação jurídica apresentada por Passos e Barros (2009, p.95) é a longevidade, como exemplo desta propriedade da informação jurídica a autora cita o Código Comercial Brasileiro publicado em 1850, que teve vigência durante 87 anos,

e, apesar de revogado, todos os atos realizados durante sua vigência continuam sendo estudados sob sua ótica. Assim, durante muitos anos ainda se produzirá jurisprudência (informação jurídica interpretativa) baseada em seu texto.

Podemos também citar como exemplo o nosso Código Penal – Decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940- que possui 73 anos de vigência. Passos (1994) ressalta ainda que mesmo que a informação gerada no âmbito não seja consultada por um extenso tempo, não significa que ela não tenha valor ou não seja eficaz.

3.1.1 Tipologias da Informação Jurídica

A tipologia da documentação jurídica é representada através das fontes de informação jurídica. Conforme Santiago (2012, p. 145), as fontes de informação jurídica são:

a legislação, a jurisprudência, a doutrina, e todos os documentos oficiais relativos a atos normativos ou administrativos, que caracterizam os tipos de fontes distintas do conhecimento jurídico. Cada uma delas possui seu valor dentro do ambiente jurídico, bem como características próprias que as tornam diferentes dos demais tipos de informação encontrados.

Para Passos; Barros (2009, p. 94) “a informação jurídica pode ser gerada, registrada e recuperada, basicamente, em três formas distintas: normativa (pela legislação); analítica (por meio da doutrina); e interpretativa (com emprego da jurisprudência)”.

Maçoli (2005, p.76) considera que as tipologias da documentação jurídica são todos os tipos de informações produzidas no meio jurídico, seja através de notícias, audiências, uma vez que são elas que “dão origem ao direito enquanto fontes formais que sustentam a sua documentação, como também a produção do conhecimento jurídico”. Portanto, com base neste aspecto, as tipologias da informação jurídica e outros materiais informacionais independente da forma em que se materializem são essenciais para a prática jurídica.

3.1.1.1 Doutrina

A doutrina - informação analítica - uma das tipologias da documentação jurídica é o pensar o Direito, é a discussão técnica sobre questões legais. É caracterizada por Passos e Barros (2009, p.94) “pela emissão de uma opinião particular sobre determinado assunto”. É formada pelos trabalhos teóricos que visam à interpretação das leis, dos processos jurídicos ou decisões judiciais. Ou seja, é toda a literatura técnica produzida pela área jurídica.

Para Marques Junior (1997, p.166), a doutrina é

“representada pelo conjunto da literatura técnica produzida por especialistas na área jurídica, publicada sob a forma de livros, teses, artigos de periódicos, trabalhos de congresso etc.”.

Servindo assim, de fundamento teórico para a ação jurídico-legislativa e se constitui em um “espaço de análise, reflexão e discussão da legislação e da jurisprudência, apontando suas virtudes e imperfeições, tem também por objetivo facilitar a compreensão dos textos e documentos legais”.

Neste contexto, “a doutrina é um espaço de interseção das mentes pensantes do Direito e indispensável para a operação de sacar a norma do texto” (DI SPIRITO, 2006). Representa o aspecto científico do direito, como também o da informação jurídica. É por meio dela que os especialistas teorizam o conhecimento jurídico e propõem conceitos e definições peculiares à área.

Conforme Passos (1994, p.365), a documentação jurídica analítica geralmente é apresentada sob a forma de “livros, teses, artigos de periódicos, pareceres, conferências e seminários”. Barros (2004, p. 203), afirma que “a doutrina é, na maior parte, elaboração teórica sobre outras fontes, tal como a jurisprudência” e acrescenta que a doutrina influi na elaboração de normas jurídicas, e pode ser entendida como “a interpretação de estudiosos sobre determinada norma ou manifestação judicial, resultando em comentários de lei, interpretações de códigos, anotações sobre decisões das cortes, etc.”. A informação jurídica doutrinária representa o aspecto científico da área jurídica, é a teoria do conhecimento jurídico, é a partir dela que os especialistas do Direito propõem conceitos, definições típicas à área do conhecimento.

3.1.1.2 Legislação

A outra forma que o documento jurídico pode se apresentar é através da informação jurídica normativa, conhecida por muitos como legislação, onde

“a lei é a fonte principal do Direito, entendida como uma norma geral, escrita, coercitiva, que obedece a um rito peculiar de elaboração, proveniente do processo legislativo pela entidade competente” (BARROS, 2004, p. 203).

De acordo com Marques Junior (1997, p. 165), a legislação “é representada pelo conjunto das normas jurídicas propriamente ditas e, por extensão, da documentação referente ao processo de sua elaboração”.

Para Passos e Barros (2009, p. 16) o cenário de acesso à legislação está apoiado no seguinte tripé: “obrigação de publicação das normas jurídicas; obrigação de se conhecer todas as normas jurídicas; volume de normas jurídicas editadas diariamente”. A legislação é elaborada pelo Poder Legislativo, isto faz com que a mesma seja considerada como a normatização do fato social e possui uma hierarquia própria, que está de acordo com o art. 59 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que discorre sobre a hierarquia, apresentada abaixo:

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de: I - emendas à Constituição; II - leis complementares; III - leis ordinárias; IV - leis delegadas; V - medidas provisórias; VI - decretos legislativos; VII - resoluções. Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. (BRASIL, 2012).

Os documentos legislativos – criados a partir do processo legislativo – devem ser apreciados como parte de um todo. Segundo Passos e Barros (2009, p.94-95) a legislação caracteriza-se por:

1. ser produzida apenas pelo poder estatal competente;
2. ser pública, ou seja, pode ser utilizada, coletada, arranjada, selecionada, ou reproduzida por qualquer pessoa apesar de o governo ter proibido a divulgação, com fins lucrativos, em outros sítios da Internet, de informações contidas na base de dados da Presidência da República e na versão eletrônica do Diário Oficial da União, como leis, medidas provisórias, decretos e portarias. Essa proibição foi estabelecida em portarias. Uma delas, a nº. 1091, de 16/6/2003, da Casa Civil da Presidência da República, exige a fonte (Presidência da República) na reprodução de dados de sua base e exige a autorização para a divulgação, no caso de mais de 20 atos distintos em volume superior a 50 cópias. A portaria da Imprensa Nacional, responsável pela veiculação da versão

- eletrônica do Diário Oficial, proíbe a reprodução de informações com fins comerciais;
3. ser insubstituível, pois em relação à legislação não podemos admitir similares, cada dispositivo legal é único sobre o caráter normativo que procura regulamentar [...];
 4. possuir caráter imperativo, pois deve ser obedecida por todos;
 5. ter caráter geral, pois se aplica a todos indiscriminadamente, apesar de existirem alguns casos de 'leis sob encomenda' que foram criadas para beneficiar uma pessoa ou grupo específico de pessoas;
 6. possuir validade geográfica e temporal delimitada;
 7. possuir regras próprias de redação.

No que se refere à legislação, Silva (2010, p.71) destaca que é necessário “manter-se atento às revogações, alterações e surgimento de novas leis/normas, evitando que o operador do Direito trabalhe com normas desatualizadas e/ou revogadas”. Porém, a depender de quando uma ação judicial ter ocorrido, alguns operadores do Direito poderão trabalhar ainda com as normas desatualizadas. Conforme, Amaral; Olenike; Amaral (2012, p. 2) no período entre 1988 (promulgação da Constituição vigente) e 2012 “foram editadas no Brasil 4.615.306 (quatro milhões, seiscentos e quinze mil, trezentas e seis) normas”.

Conforme Cunha (2010), a informação jurídica normativa exerce papel primordial pois torna possível o exercício da Constituição. É produzida nas três esferas do poder (federal, estadual e municipal) o que abarca uma grande quantidade de informações legislativas criadas/geradas durante o processo legislativo.

3.1.1.3 Jurisprudência

A terceira tipologia da documentação jurídica é a jurisprudência – a informação jurídica interpretativa – Atienza (1979, p. 51) a define como “conjunto uniforme e constante das decisões judiciais sobre casos semelhantes”. A jurisprudência pode ser também conceituada como um “conjunto uniforme e reiterado de decisões judiciais (julgados), sobre

determinada questão jurídica, das quais se pode deduzir uma norma”. (GUSMÃO, 2008, p.126). Passos e Barros (2009, p. 70) entendem a jurisprudência como

a sábia interpretação e aplicação das leis a todos os casos concretos que se submetam a julgamento da justiça, ou seja, o conjunto de decisões reiteradas de juízes e tribunais sobre determinada tese jurídica, revelando o mesmo entendimento, orientando-se pelo mesmo critério e concluindo do mesmo modo.

Assim entendemos que a informação jurídica interpretativa provém de decisões reiteradas e constantes. Para Betioli (2008, p.163) “no conceito de jurisprudência podemos distinguir dois aspectos: jurisprudência no sentido amplo e jurisprudência no sentido restrito”, conforme apresentada abaixo.

- a) **Jurisprudência em sentido amplo** é o conjunto de decisões proferidas pelos juízes ou tribunais sobre determinada matéria, mesmo quando divergentes.
- b) **Jurisprudência em sentido estrito** vem a ser o conjunto apenas de decisões uniformes e constantes dos tribunais sobre uma mesma matéria jurídica. (BETIOLI, 2008, p.163, grifo do autor).

Assim, Vander Eycke citado por Maximiliano (1980, p. 37) entende a jurisprudência como:

“[...] a fonte mais geral e extensa de exegese, indica soluções adequadas às necessidades sociais, evita que uma questão doutrinária fique eternamente aberta e dê margem a novas demandas: portanto diminui os litígios e reduz ao mínimo os inconvenientes da incerteza do direito, porque de antemão faz saber qual será o resultado das controvérsias”.

De acordo com Passos e Barros (2009, p. 71), a jurisprudência fundamenta-se na lei e em outros princípios jurídicos, sendo assim, é natural que se materialize uma orientação uniforme sobre casos parecidos, de forma que é possível acelerar a decisão dos tribunais com grande segurança. Como a jurisprudência é formada por um conjunto de documentos produzidos pelo Poder Judiciário, Cunha (2010) apresenta os tipos mais comuns, da tipologia da jurisprudência:

- **acórdão** é a decisão do tribunal. Peça escrita com o Resultado de julgamento de um colegiado (grupos de juízes ou ministros). Nos casos de dissídios coletivos os acórdãos são também chamados de sentença normativa;
- **decisão monocromática** é a decisão final de um processo. Tomada por um juiz ou por um ministro, como no caso do Supremo Tribunal Federal (STF);
- **sentença** é a decisão proferida por um juiz em um processo. Na Justiça do Trabalho há a sentença normativa que não é proferida por um juiz e, sim, por um colegiado, nos casos de dissídios coletivos;
- **súmula** é o resumo da orientação jurisprudencial de um tribunal para casos análogos;
- **súmula vinculante** é a súmula aprovada pelo STF, de ofício ou por provocação, mediante decisão por dois terços de seus membros, depois de reiteradas decisões sobre matéria constitucional. (grifo nosso).

As características da jurisprudência são apresentadas por Guimarães (1994):

- a) “**manifestação**”: implica em um posicionamento, uma atitude em um determinado sentido;
- b) “**juizes e tribunais**”: sua autoria advém do exercício de uma atividade jurisdicional de órgão com competência específica para tal;
- c) “**lides e negócios submetidos à sua autoridade**”: considerando-se que a manifestação do judiciário se dá a partir de sua invocação, constitui-se a lide na situação fática concreta (conflito de interesses) que gera efetivamente essa manifestação;
- d) “**técnica especializada**”: é a manifestação do judiciário e se faz a partir da análise do fato concreto face ao ordenamento jurídico, pressupondo o conhecimento de institutos jurídicos e o domínio do vocabulário especializado da área; e
- e) “**rito próprio**”: consiste no conjunto de procedimentos formais a serem seguidos para que ocorra a manifestação do Judiciário, uma vez que inserida em um processo (GUIMARÃES, 1994, p.14, grifos do autor).

Na literatura da Ciência da Informação o termo “jurisprudência” é utilizado frequentemente para nomear a documentação jurídica que é construída pelo Poder Judiciário. Vale ressaltar que jurisprudência consiste no conjunto uniforme e constante das decisões judiciais sobre casos semelhantes, assim a jurisprudência abrange a informação contida em uma variedade, mais precisamente em um conjunto de documentos que é produzido pelo Poder Judiciário.

3.2 FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA

Na área jurídica localizar a informação desejada não é uma tarefa fácil, seja para os cidadãos comuns, profissionais da informação ou para os operadores do Direito. Para que a informação jurídica seja encontrada de forma satisfatória é necessário que se tenha conhecimento das fontes de informação jurídica e das particularidades de cada uma delas.

Para Beckman e Silva (1967, p.5) fontes de informação se “constituem o lugar de origem, donde a informação adequada é retirada e transmitida ao usuário”. Para Passos e Barros (2009, p.122)

entende-se por fonte de informação jurídica o local onde o bibliotecário ou pesquisador adquire uma informação útil ao desenvolvimento de seu trabalho, indispensável que é para o bom desempenho de suas atividades cotidianas... As fontes de informação jurídica podem ser representadas por pessoas, instituições, empresas, cartórios, obras de referências, serviços e sistemas de informação, bases de dados, etc., podendo estar fisicamente presentes ou não na biblioteca.

Para Dias (1980, p. 237) “uma característica muito peculiar da documentação jurídica é o jornal diário como fonte de informação” e destaca que é possível que “em nenhuma outra área do conhecimento o jornal diário apareça com tamanho destaque” e conclui, ao dizer que os diários oficiais são “fontes importantíssimas e, em certas situações, até mesmo insubstituíveis”. O Jornal diário é uma das principais fontes de documentação/informação jurídica, e a depender da esfera dos Poderes que o regem será chamado de Diário de Justiça, Diário Legislativo, Diário Oficial.

O Quadro 2 abaixo apresenta as principais categorias de fontes de informação jurídica.

Quadro 2 - Fontes de informações jurídicas:

FONTES PRIMÁRIAS	FONTES SECUNDÁRIAS
Diário Oficial da União – DOU	Livros
Diário do Senado	Periódicos jurídicos
Diário da Congresso Nacional	Coleção de leis

Diários Oficiais dos Estados	Coleção de Jurisprudências
Diários de Justiça	Enciclopédias jurídicas
Diário das Assembleias Legislativas	
Diários Oficiais Municipais - DOM	
Diários Oficiais das Câmaras de Vereadores	

Fonte: Adaptado de Passos e Barros (2009).

As fontes de informação jurídica se encontram no dia a dia da do fazer jurídico e são representadas para a comunidade jurídica através dos diários de justiça, diários oficiais, dos livros, artigos de periódicos, decisões judiciais, dentre outras formas. Assim, é indispensável que o conhecimento produzido por este campo do saber esteja organizado e representado de forma que facilite a sua busca e recuperação de forma eficiente.

4 A INFORMAÇÃO JURÍDICA NA WEB

A Constituição Federal traz no seu art. 5º, inciso XIV, que “é assegurado a todos o acesso à informação”. Na atual sociedade é cada vez mais crescente o número de informações produzidas e divulgadas no ambiente da *web*. O emprego da *internet* facilitou o acesso à informação em todas as áreas do conhecimento, conseqüentemente a informação e a documentação jurídicas que constituem um campo onde muito se tem a explorar devido às particularidades da doutrina, legislação e jurisprudência, que são tipologias da informação jurídica se apresentam de forma distintas e são essenciais para a do conhecimento na área de Direito.

A informação jurídica constituída pela doutrina, legislação e jurisprudência, é denominada por Atienza (1979), como documentação jurídica. Em razão da importância dessa informação para a constituição de uma sociedade democrática, são observadas diversas iniciativas brasileiras na difusão da informação jurídica através de *websites* onde conteúdos relacionados à informação e a documentação jurídica podem ser acessados parcialmente ou totalmente de forma gratuita pelos seus usuários.

Há diversas iniciativas de *websites* que disseminam a informação jurídica na *web*. A internet vem disponibilizando diversos serviços e produtos, possibilitando o acesso a uma enorme diversidade, por exemplo, de bases de dados e, também, aos acervos de várias instituições jurídicas, de maneira rápida e eficiente.

Oliveira (2009, p. 19) afirma que:

[...] a digitalização afeta a forma de trabalho e a maneira de agir de juizes, servidores, MP, e advogados. A documentação e a comunicação pelos autos físicos (em papel) passam a ter uma função secundária, pois o ambiente eletrônico toma lugar de destaque. Partes e advogados podem, via internet, de qualquer lugar do país e até do exterior, e a qualquer hora ou dia, ter dados da sua causa.

O grande volume e a diversidade das fontes que disponibilizam a informação jurídica são umas das características desse tipo de informação.

Uma das formas que torna as informações jurídicas acessíveis no ambiente digital são os diários de justiça eletrônicos, que segundo o art. 4º da Lei 11.419/2006 (Lei de informatização do processo judicial)

os tribunais poderão criar Diário da Justiça eletrônico, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos judiciais e administrativos próprios e dos órgãos a eles subordinados, bem como comunicações em geral.

Substituindo assim o diário de justiça em formato físico (papel). Abaixo o Quadro 3 demonstra a disponibilização dos Diários de Justiça eletrônicos por parte do Poder Judiciário brasileiro.

Quadro 3 - Disponibilização dos Diários de Justiça eletrônicos:

Tribunais	Endereço Eletrônico
Supremo Tribunal Federal (STF)	http://www.stf.jus.br/portal/diarioJusticaEletronico/pesquisarDiarioEletronico.asp
Superior Tribunal de Justiça (STJ)	https://ww2.stj.jus.br/processo/dj/init
Superior Tribunal Militar (STM)	http://www.stm.jus.br/publicacoes
Tribunal Superior do Trabalho (TST)	https://aplicacao2.jt.jus.br/dejt/
Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	http://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/diario-da-justica-eletronico-1
Poder Judiciário do Acre (TJAC)	http://diario.tjac.jus.br/edicoes.php
Poder Judiciário de Alagoas (TJAL)	http://www2.tjal.jus.br/cdje/index.do
Poder Judiciário do Amazonas	http://consultasaj.tjam.jus.br/cdje/index.do;jsessionid=A5D9B9527D33B8EF8252F3817A16DC43.cdje2
Poder Judiciário do Amapá	http://app.tjap.jus.br/tucujuris/publico/dje/
Poder Judiciário da Bahia	http://www.tjba.jus.br/diario/internet/pesquisar.wsp
Poder Judiciário do Ceará	http://esaj.tjce.jus.br/cdje/index.do;jsessionid=0034997EDCDD48FFF0F44E69C70A30A4.cdje2
Poder Judiciário do Espírito Santo	https://sistemas.tjes.jus.br/ediario/

Poder Judiciário de Goiás	http://www.tjgo.jus.br/index.php/tribunal/tribunal-servicos/tribunal-servicos-djeletronico
Poder Judiciário do Maranhão	http://www.tjma.jus.br/inicio/diario
Poder Judiciário de Minas Gerais	http://www.tjmg.jus.br/portal/processos/diario-do-judiciario/diario-do-judiciario.htm
Poder Judiciário do Mato Grosso do Sul	https://www.tjms.jus.br/dj/index.php
Poder Judiciário do Mato Grosso	http://www.tjmt.jus.br/paginas/servicos/dje/default.aspx
Poder Judiciário do Pará	http://dje.tjpa.jus.br/
Poder Judiciário da Paraíba	https://app.tjpb.jus.br/dje/paginas/diario_justica/publico/buscas.jsf
Poder Judiciário de Pernambuco	https://www.tjpe.jus.br/dje/djeletronico?visaold=tjdf.djeletronico.comum.internet.apresentacao.VisaoDiarioEletronicoInternetPorData
Poder Judiciário do Piauí	http://www.tjpi.jus.br/site/modules/diario/InIt.mtw
Poder Judiciário do Paraná	http://www.tjpr.jus.br/diario-da-justica
Poder Judiciário do Rio de Janeiro	https://www3.tjrj.jus.br/consultadje/
Poder Judiciário do Rio Grande do Norte	http://www.diario.tjrn.jus.br/
Poder Judiciário de Rondônia	http://www.tjro.jus.br/novodiario/index.html
Poder Judiciário de Roraima	http://diario.tjrr.jus.br/calendario.php
Poder Judiciário do Rio Grande do Sul	http://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=dj
Poder judiciário de Santa Catarina	http://app.tjsc.jus.br/consultadje/consulta.action
Poder Judiciário de Sergipe	http://www.diario.tjse.jus.br/diario/internet/pesquisar.wsp?tmp.origem=EXTERNA
Poder Judiciário de São Paulo	https://www.dje.tjsp.jus.br/cdje/index.do
Poder Judiciário de Tocantins	http://www.tjto.jus.br/consultadiario/Inicio_lista.aspx
Poder Judiciário do Distrito Federal e Territórios	https://tjdf199.tjdft.jus.br/dje/djeletronico?visaold=tjdf.djeletronico.comum.internet.apresentacao.VisaoDiarioEletronicoInternetPorData

Fonte: Dados da pesquisa.

Atualmente os tribunais brasileiros, além dos diários de justiça, divulgam em seus sítios as jurisprudências, súmulas, normas administrativas, consultas processuais, dentre outras informações jurídicas e administrativas, pertinentes ao seu âmbito de atuação.

Existem diversos *websites* brasileiros - que não possuem nenhum vínculo estatal - apoiados juridicamente no direito constitucional à informação e na liberdade de imprensa, que funcionam como “motores de busca” coletando informações relevantes, tais como legislação, notícias, jurisprudências, diários oficiais dentre outros tipos de informações jurídicas. O Quadro 3 abaixo apresenta alguns destes websites.

Quadro 4 - *Websites* que disponibilizam informações jurídicas:

Website	Endereço eletrônico	Tipos de informações jurídica disponibilizadas em suas páginas
Consultor Jurídico	http://www.conjur.com.br/	Artigos e notícias.
Âmbito Jurídico	http://www.ambito-juridico.com.br/site/	Artigos e notícias.
Verbo Jurídico	http://www.verbojuridico.com/	Legislação; jurisprudências; notícias; artigos; pareceres; teses.
Universo Jurídico	http://uj.novaprolink.com.br/	Artigos; contratos; notícias.
Direito.Net	http://www.direitonet.com.br/	Petições; notícias; contratos; jurisprudência; legislação.
Jus Navegandi	http://jus.com.br/	Artigos; petições; pareceres; jurisprudência.
Jurisite	http://www.jurisite.com.br/portal/	Artigos; códigos; dicionários; apostila; modelos de contratos; modelo de petições; súmula.

Fonte: Dados da pesquisa.

Além dos websites o universo da informação jurídica na web também conta a disponibilização de bibliotecas digitais, como a:

- ✓ **Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF)** - dá acesso, em formato digital, a mais de 226 mil documentos dividindo-se entre livros, obras

raras, artigos de revista, notícias de jornal, produção intelectual de senadores e servidores do Senado Federal, legislação em texto e áudio, entre outros documentos.

- ✓ **Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados** - reúne conteúdos informacionais relevantes para as atividades legislativas. Seu acervo é formado por coleções digitais que contêm publicações editadas pela Edições Câmara, trabalhos de órgãos técnicos da Casa, obras raras e valiosas, produção acadêmica de servidores da Câmara dos Deputados, estudos e notas técnicas das consultorias legislativa e de orçamento.

Também, é possível encontrar na *web* diversas revistas jurídicas que disponibilizam a doutrina em forma artigos científicos, o Quadro 4 apresenta alguns destes periódicos.

Quadro 5 - Revistas jurídicas eletrônicas:

Nome do periódico	ISSN	Endereço eletrônico
Revista Eletrônica de Direito Adm. Econômico	1981-1861	http://www.direitodoestado.com.br/redae
Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM	1981-3694	http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/revistadireito#.Uw38avldUsx
Revista Eletrônica de Direito/Unesp	2179-4359	http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/direitounesp
Revista Eletrônica de Direito e Política	1980-7791	http://www.univali.br/direitoepolitica
Revista Eletrônica Da Faculdade De Direito	1984-1094	http://revistas.pucsp.br/index.php/red
Revista Eletrônica de Direito Processual	1982-7636	http://www.redp.com.br/

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os periódicos jurídicos eletrônicos citados no Quadro 4 destaca-se a “Revista Eletrônica Direito e Política” e a “Revista Eletrônica de Direito Processual” as quais estão classificadas como Qualis B3, além da “Revista do

Curso de Direito UFSM” que já possui o número do Identificador de Objeto Digital – DOI - tradução do inglês *Digital Object Identifier* que representa um sistema de identificação numérico para conteúdo digital, ou seja, é um padrão de identificação de documentos na Internet. A numeração do DOI referente à “Revista do Curso de Direito UFSM é 10.592/19813694.

Os Tribunais disponibilizam na *web* suas jurisprudência, o Quadro 5 abaixo apresenta os endereços eletrônicos dos sites dos Tribunais Superiores do Brasil para a pesquisa de jurisprudência.

Quadro 6 - Tribunais Superiores do Brasil:

Tribunal	Endereço Eletrônico
Supremo Tribunal Federal (STF)	http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp
Superior Tribunal de Justiça (STJ)	http://www.stj.jus.br/SCON/
Superior Tribunal Militar (STM)	https://www.stm.jus.br/jurisprudencia
Tribunal Superior do Trabalho (TST)	http://www.tst.jus.br/consulta-unificada
Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/pesquisa-de-jurisprudencia

Fonte: Dados da pesquisa.

Nos sítios do STJ, STF é possível realizar a busca de jurisprudência unificada utilizando operadores booleanos e outros operadores. O operador booleano “e” recupera documentos que contenham ambos os termos pesquisados, esse é o operador padrão, caso o usuário não utilize nenhum outro. O operador booleano “ou” recupera documentos que contenham um ou ambos os termos pesquisados, é recomendável que eles estejam entre parênteses quando combinados com um termo que deva necessariamente constar nos documentos. O operador booleano “não” exclui determinado termo da pesquisa. O operador “adj” permite encontrar documentos cujos termos especificados apareçam adjacentes entre si e na ordem em que foram informados. O operador “prox” permite encontrar documentos cujos termos especificados apareçam próximos entre si e em qualquer ordem) O operador “mesmo” permite a recuperação de documentos em que os termos

mencionados aparecem no mesmo campo. O operador “com” localiza termos dentro de mesmo parágrafo. O operador “\$” substitui partes da palavra pesquisada, é utilizado para pesquisa por radical de palavra, independentemente de prefixo, sufixo ou plural. Além, dos operadores booleanos se pode efetuar a busca pelo nome do ministro; numeração da jurisprudência; data; órgão julgador; legislação e ementa/indexação.

Existem diversas bases de legislação, jurisprudência e doutrina disponíveis na Internet. O Portal LexML - um portal informação, que tem o objetivo de viabilizar um ponto de acesso unificado a diversas fontes de informação jurídica disponíveis no Brasil - até fevereiro de 2014 possuía mais de 4 milhões 682 mil documentos jurídicos derivados dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo disponíveis na web.

O acesso às informações jurídicas na web apresenta várias vantagens e algumas vantagens em se fazer pesquisa jurídica no meio digital são apresentadas por Passos e Barros (2009, p.112):

- variedade e quantidade de material: na internet é possível localizar informações jurídicas sobre praticamente todos os assuntos;
- fontes confiáveis: apesar de os textos legais ainda não terem valor jurídico, é possível localizar textos de leis, jurisprudência e doutrina com certa facilidade;
- baixo custo: a pesquisa tem o custo infinitamente mais baixo do que em bases de dados por assinatura, mas não tem a confiabilidade nem as ferramentas de busca que uma base de dados possui;
- fácil acesso: para acessar a internet basta ter um computador e um provedor. Muitas bibliotecas e outras instituições oferecem acesso gratuito para os usuários. (GRIFO DO AUTOR).

Perillo; Garbelini (2013) apresentam no Quadro 6 abaixo as fontes de informações jurídicas eletrônicas utilizadas por bibliotecários na sua atuação profissional, ou seja, onde eles buscam informações jurídicas para atender a sua comunidade.

Quadro 7 - Fontes de informação jurídica eletrônicas elencadas pelos bibliotecários:

FONTE	Nº de citações	OBSERVAÇÕES
Sites dos Tribunais Superiores	6	Foram consideradas nesta categoria também, as seguintes citações: “BDJur do STJ” (Biblioteca Digital Jurídica do Superior Tribunal de Justiça);” TSE” (Tribunal Superior Eleitoral); “STF”(Supremo Tribunal Federal) e “STJ”.
Site da Presidência da República	5	Foram consideradas nesta categoria também, as seguintes citações: “site da Presidência <www.planalto.gov.br>”; site “do Palácio do Planalto” e “<http://www2.planalto.gov.br/> - Para pesquisa de legislação federal”.
Site do Senado Federal	5	Foram consideradas nesta categoria também, as seguintes citações: “<http://www.senado.gov.br/>, <http://www.senado.gov.br/senado/biblioteca/> - REDE RVBI”. (Rede Virtual de Bibliotecas).
Sites dos Tribunais Regionais	3	Foram consideradas nesta categoria também, as seguintes citações: “Tribunais Regionais do Trabalho” e “TRF” (Tribunal Regional Federal).
Portal LexML	2	Foi considerada nesta categoria também, a seguinte citação: “<www.lexml.gov.br> - Rede de informação legislativa.”
Site do tribunal de Contas da União	1	-
Site da Procuradoria Geral da União	1	-
Site do Diário Oficial da União	1	-
Artigos doutrinários <i>online</i>	1	-
<http://www.jusbrasil.com.br/>	1	-
Site do CNJ (Conselho Nacional de Justiça)	1	-
Sites de órgãos públicos em Geral	1	O respondente incluiu nesta categoria a seguinte citação: “Páginas de órgãos públicos no geral – MP (Ministério Público), Tribunais, Governos estaduais, Municipais (péssimos, mas alguns surpreendem), [...]”.
Qualquer buscador	1	-
Site da Assembléia Legislativa	1	-

Fonte: Perillo e Garbelini (2013, p.12).

O Quadro 7 apresentado por Perillo e Garbelini demonstra que as fontes de informação na internet mais utilizadas na atuação do bibliotecário jurídico são os *sites* dos tribunais superiores que apresentam a informação jurisprudencial e os *sites* da Presidência da República e do Senado Federal com a informação legislativa.

O acesso às informações através da web vem facilitando cada vez mais o trabalho dos operadores do Direito.

No campo do Direito, a informática representou uma grande aliada na organização e recuperação da informação jurídica. Há algumas décadas, o profissional jurídico contava com poucos recursos para saber, por exemplo, que leis estavam em vigor e quais já teriam sido revogadas. (BARROS, 2004, p. 202).

A *web* pode ser utilizada como um mecanismo de acesso a documentos, informações e conhecimentos jurídicos facilitando cada vez mais a vida dos operadores do direito e de todos os cidadãos que possuem a necessidade de informação, além de garantir como é previsto na Constituição o acesso à informação desejada.

5 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

A informação influencia diversas áreas da vida humana e do conhecimento. Deste modo, a organização do conhecimento (OC) ganha uma importância cada vez mais visível, pois a informação precisa ser organizada, descrita de maneira que ajude na sua recuperação de modo que satisfaça a necessidade do usuário. Para Vickery (2008), organizar o conhecimento é reuni-lo em uma estrutura sistematicamente organizada. Para Dahlberg (1993, apud BRASCHER; CAFÉ, 2008, p.8) a OC é

a ciência que estrutura e organiza sistematicamente unidades do conhecimento (conceitos) segundo seus elementos de conhecimento (características) inerentes e a aplicação desses conceitos e classes de conceitos ordenados a objetos/assuntos.

Bräscher e Café (2008, p.8) definem a OC como:

o processo de modelagem do conhecimento que visa a construção de representações do conhecimento. Esse processo tem por base a análise do conceito e de suas características para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num determinado domínio, bem como das suas relações com os demais conceitos que compõem esse sistema nocional.

Miranda (1999, p. 69) afirma que,

a Organização do Conhecimento se constitui em disciplina científica, inter e transdisciplinar, cujo objetivo é gerir e difundir em nível de excelência a informação no âmbito dos arquivos, bibliotecas, centros de informação/documentação e museus. Pressupõe análise, reflexão e aplicação de fundamentos científicos.

O foco da OC é colocar em ordem a estruturação e sistematização dos conceitos. Dahlberg (1978) define “conceito” como unidades do conhecimento, identificados por meio de enunciados verdadeiros de um determinado objeto.

As características da OC “podem ser definidas como elementos de herança do objeto, e a aplicação dos conceitos e classes dos conceitos ordenados pela indicação de valores, dos referentes conteúdos dos objetos ou

assuntos” (CARLAN, 2010, p.25). A OC se encontra essencialmente fundamentada em relações semânticas, que são constituídas através da apreciação das características dos conceitos que permitem identificar diferenças e semelhanças que corroboram determinados tipos de relacionamentos entre os conceitos.

“No contexto da Ciência da Informação, para organizar precisamos representar” (ALMEIDA, 2011, p.72). De acordo, com Brachman (1979 apud CAMPOS, 2001) a representação do conhecimento pode ser classificada em quatro níveis, conforme o Quadro 8 apresentado a seguir.

Quadro 8 - Classificação dos níveis da representação do conhecimento:

NÍVEL		CARACTERÍSTICAS DO NÍVEL
1	Lógico	<ul style="list-style-type: none"> • Foco “na ‘sintaxe”. • É considerado o nível da formalização. • Não há preocupação com a semântica em termos dos conceitos e de suas relações.
2	Epistemológico	<ul style="list-style-type: none"> • Especificação da estrutura dos conceitos. • Especificação dos relacionamentos dos conceitos.
3	Ontológico	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de organização e classificação de um dado domínio. • Definição de conceitos, ou seja, representação do conteúdo dos conceito. • Objetivo de limitar o número de possibilidades de interpretação do conceito em um determinado contexto.
4	Conceitual	<ul style="list-style-type: none"> • O conceito possui uma interpretação definida.

Fonte: Adaptado de CAMPOS, 2001.

Os relacionamentos a serem apresentados são eleitos conforme as características do domínio a ser representado. Deste modo, a representação do conhecimento é um produto da organização do conhecimento; fruto de um processo de análise de domínio, que procura cogitar uma visão consensual sobre o que se pretende representar, como demonstra as características dos níveis de sua representação.

A representação do conhecimento é realizada através dos sistemas de organização do conhecimento que tem como objetivo a tradução da linguagem natural (LN) para a linguagem documentária (LD).

5.1 SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) é a tradução do inglês *Knowledge Organization System (KOS)*, também denominado por alguns autores da área de Ciência da Informação como esquemas de representação do conhecimento. Os SOC no contexto da Ciência da Informação são instrumentos que fazem a tradução dos conteúdos dos documentos para um esquema estruturado sistematicamente, o qual representa esse conteúdo.

Os SOC são sistemas conceituais que representam determinado domínio por meio da sistematização dos conceitos e das relações semânticas que se estabelecem entre eles. Segundo Hodge (2000) os SOC englobam todos os tipos de instrumentos usados para organizar a informação. Carlan (2010, p. 28) afirma que o “sistema de organização do conhecimento é uma denominação nova para as linguagens documentárias”.

Cintra et al (2002, p.34) conceitua a LD como “sistema simbólico instituído por uma comunidade que visa traduzir os conteúdos dos documentos, mas diferente da linguagem natural está restrita aos contextos documentários”. Ou seja, ligada ao conhecimento específico da área que deseja representar, sendo que a sua função é

é tratar o conhecimento dispondo-o como informação. Em outras palavras, compete às LDs transformar estoques de conhecimento em informações adequadas aos diferentes segmentos sociais. (CINTRA et al, 2002, p. 16-17)

Uma das características apresentadas pelas LDs é a sua estrutura básica que é formada “...através das relações hierárquicas, que podem ser genéricas, específicas ou partitivas” (CINTRA et al, 1994, p. 32). Porém, as LDs podem, também, apresentar em sua estrutura termos “que são relacionados de forma não-hierárquica. As relações não-hierárquicas são normalmente denominadas associativas, muito embora não se possa afirmar que as relações hierárquicas também não sejam” (CINTRA et al, 1994, p.33).

Assim as linguagens documentárias visam à uniformização do uso de linguagens de um determinado campo do conhecimento. Ou seja, as linguagens documentárias são instrumentos de mediação que representam o conhecimento contido nos documentos, apresentando um controle semântico de termos sinônimos, que auxilia o usuário na busca do assunto procurado (DODEBEI, 2002, p. 56).

Os SOC são instrumentos que tem o objetivo de organizar a informação e gerenciar o conhecimento, sendo que a classificação é a atividade principal neste processo. Para Piedade (1983, p.16) “classificar é dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. É dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos”. A classificação é estrutura mais básica e intuitiva utilizada na organização do conhecimento, considerada também como um instrumento de organização e representação do conhecimento, já que a mesma afeta diretamente na representação do conhecimento e localização da informação desejada.

5.1.1 Tipos de Sistemas de Organização do Conhecimento

É possível encontrar na literatura da área de Ciência da Informação definições específicas para alguns tipos de SOC, que cobrem universos temáticos, portanto eles não possuem a pretensão de cobrir todo o conhecimento. Hogde (2000) os agrupam em três categorias: listas de termos, classificações/categorias e listas de relacionamentos.

A lista de termos é representada pelas:

- Listas de autoridades, usadas para controlar a variedade de nomes de entidades. Não inclui uma organização nem uma estrutura complexa, podendo se apresentar em ordem alfabética ou por um esquema de classificação pouco profundo;

- Glossários, listas de termos com suas definições de um assunto específico;
- Dicionários, lista de palavras apresentadas em ordem alfabética seguidas de suas definições;
- Gazetteers, dicionário de nomes de lugares. O termo “gazetteer” possui diversos significados abarcando publicações dedicadas a informações jurídicas e informações sobre patentes.

As classificações e categorias incluem:

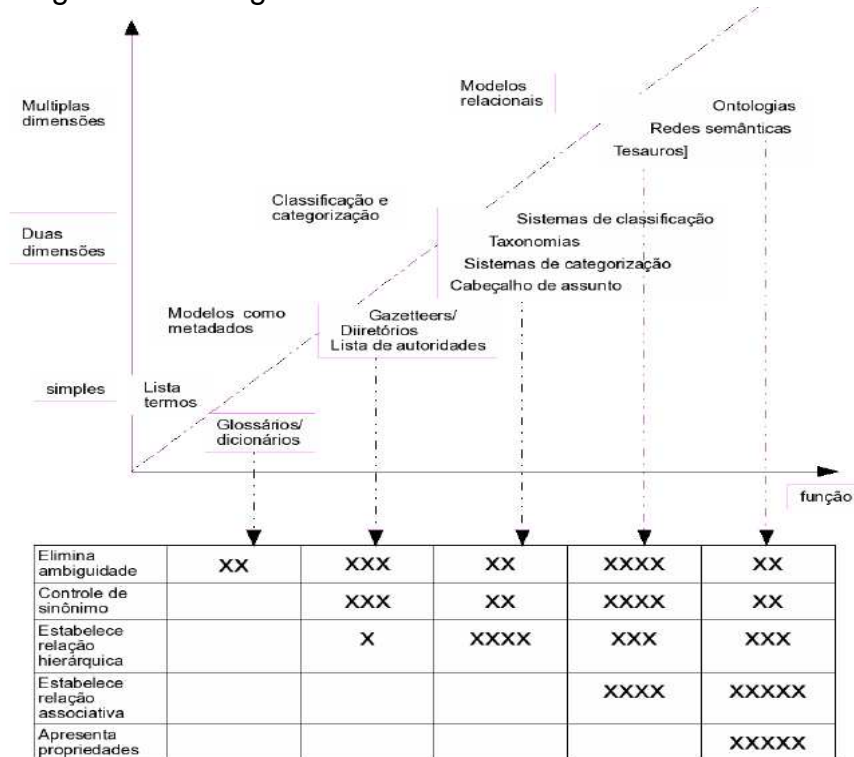
- Cabeçalho de assunto, conjunto de termos controlados que representam o assunto de um item de uma coleção;
- Esquemas/sistemas de classificação, a partir de diferenças ou semelhanças permite organizar em grupos um certo número de termos sistematicamente distribuídos;
- Taxonomias, possuem uma estrutura hierárquica e são usadas para indicar grupos de objetos baseados em características particulares.

A lista de relacionamentos é composta pelos:

- Tesouros, conjunto de termos que representa conceitos e suas relações hierárquica, equivalente e a associativa. Conforme Cintra (1994, p.33) “só nos tesouros que estas relações são explicitamente identificadas, através do código TR (Termo Relacionado)”;
- Redes semânticas, estrutura; conceitos e termos em forma de rede ou teia.
- Ontologia, representa relacionamentos complexos entre objetos, incluindo regras de inferência e axiomas.

Zeng (2009, apud CARLAN, 2010, p. 38) apresenta uma visão geral de alguns tipos de SOC agrupados de acordo com a complexidade de suas estruturas e principais funções, conforme mostra a Figura 2.

Figura 2. Visão geral dos SOC de acordo com a estrutura e função



Fonte: Zeng (2009, p. 161 apud CARLAN, 2010, p. 38).

De acordo com a Figura 02, algumas estruturas adotadas pelos SOC permitem que os mesmos cumpram múltiplas funções que podem evitar problemas propiciados pela falta de controle terminológico. Quando um conceito é representado por um ou mais sinônimos é necessário um controle de vocabulário. Na linguagem natural, quando uma palavra tem mais de um significado ocorre a ambiguidade. Uma das maneiras de se eliminar a ambiguidade é adicionar um qualificador ao termo, como muitos cabeçalhos de assuntos e tesauros utilizam. O que diferencia uma taxonomia, ou um tesauro de outros SOC é o uso de relacionamento hierárquico, além do uso das relações associativas que ocorrem quando os termos não possuem uma hierarquia e nem são equivalentes, porém há uma ligação conceitual. As ontologias apresentam as propriedades dos conceitos.

Os SOC são utilizados em diversas áreas do conhecimento, deste modo será debatido a seguir a organização do conhecimento jurídico e depois serão apresentados os SOC mais comuns nesta área do conhecimento.

5.2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Camargo e Moares (1993, p.XIX) fazem referência à obra mostrada na Figura 3, datada de 13 de maio de 1808 - mesma data que marca o início das atividades da imprensa no Brasil -, que é considerada a mais antiga obra jurídica do Brasil que tinha o objetivo de facilitar o acesso a documentos jurídicos.

Figura 3 - Marco da organização de conhecimento jurídico no Brasil



Fonte: Camargo e Moares (1993, XIX).

Conforme Camargo e Moraes (1993) a obra apresenta uma “lista de decretos e cartas régias sobre medidas gerais de administração, incluindo a própria criação da Impressão Régia”. Assim, considera-se que esta obra é o marco no Brasil da organização do conhecimento jurídico produzido no país.

5.2.1 A organização do conhecimento jurídico na primeira faculdade de Direito do País em São Paulo

De acordo com estudos dos momentos históricos da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, realizado por Napoleone e Beffa (2013), foi no século 19 que surgiram os primeiros sinais da organização do conhecimento jurídico no Brasil. Sendo que o primeiro momento desta organização se deu com as discursões sobre a criação dos cursos jurídicos no Brasil - que foi instituído pela lei de 11 de agosto de 1827 – e a fundação da Primeira Biblioteca Pública Oficial da Província de São Paulo e a instalação da Academia de São Paulo na década de 1820.

Com a criação do curso de direito de São Paulo, a Biblioteca Pública da Província de São Paulo foi incorporada à Academia, ou seja, ao curso de Direito. Sendo o primeiro inventário do acervo e a elaboração do primeiro catálogo impresso as primeiras evidências da mais antiga iniciativa de organização do conhecimento jurídico no Brasil.

Segundo relatos de Ellis (1957), uma cópia do primeiro inventário da Biblioteca Pública de São Paulo foi apresentada ao Presidente da Província em dezembro de 1826. A lista dos livros foi categorizada em 13 classes conforme é apresentado abaixo:

- 1) Escritura Sagrada e Santos Padres;
- 2) Liturgia;
- 3) Teologia Natural Dogmática e Moral;
- 4) Direito canônico;
- 5) Direito Natural e Civil;
- 6) Teologia Mística;
- 7) Sermonários;
- 8) Filosofia Matemática, História Natural e Física;
- 9) Retórica e Poética;
- 10) Geografia;
- 11) Dicionários e Artigos das Línguas;
- 12) História Universal e Particular;
- 13) Miscelâneas.

Somente em 1887 foi publicado o primeiro catálogo impresso da Biblioteca Pública da Província de São Paulo, sendo que a “organização do conteúdo foi dividida de acordo com o método de Brunet, em cinco classes: Teologia, Jurisprudência, Ciências e Artes, Belas Artes e História e Geografia”. (NAPOLEONE; BEFFA, 2013, p. 5369). Dentre as classes divididas pelo método de Brunet a Jurisprudência é considerada como uma fonte de informação jurídica, na área da CI. E apresenta-se como uma grande classe na organização do conteúdo jurídico da Biblioteca Pública de São Paulo, em 1887, a partir do método de Brunet que a considera como a ciência do direito, foi subdividida da seguinte maneira:

no primeiro item temos a Introdução que sistematiza a história da legislação dos tribunais, estudo do direito, da filosofia do direito, dicionários e tratados gerais. Na subdivisão Direito Natural e das Gentes temos: Tratados Gerais; Direito

Internacional e Direito Público. E a grande classe de direito está dividida em Civil e Criminal decrescendo as classes de Generalidades; Direito Romano que está subdividido em outros tantos assuntos; Direito Brasileiro ou Pátrio; Direito Português; Direito Francês (antigo); Direito Marítimo e Direito de Outras Nações. E por último o Direito Canônico e eclesiástico temos: introdução; tratados elementares e dicionários, Cartas apostólicas, cânones, decretaes e bullas; o Direito Eclesiástico, tratados particulares sobre matérias canônicas e processos heréticos; Jurisdição eclesiástica da Corte de Roma; Tratados particulares sobre a hierarquia, ou da autoridade do Papa, dos bispos e dos Padres, do clero em geral e do governo da igreja; Igreja Brasileira; Direito eclesiástico estrangeiro e estatutos de ordens religiosas; Apêndice: Direito das igrejas católicas. (NAPOLEONE; BEFFA, 2013, p. 5369-5370).

Vale a pena ressaltar que no ano de 1920 foi publicado o último catálogo impresso da biblioteca, obedecendo ao critério onomástico e não mais ao método de Brunet. O segundo momento da organização do conhecimento jurídico, meados da década de 1930, é marcado pela substituição dos catálogos impressos pelos fichários - um onomástico e outro decimal - na antiga Biblioteca Pública da Província de São Paulo, que passou a ser a Biblioteca da Faculdade de Direito da recém criada Universidade de São Paulo.

Cabe esclarecer que o acervo era organizado com localização fixa, estando os livros arranjados por tamanho e ordem de chegada. A classificação decimal foi utilizada para a organização do conhecimento nos registros bibliográficos, mas não no arranjo das obras nas estantes (NAPOLEONE; BEFFA, 2013, p. 5375).

O último período mencionado no estudo desenvolvido por Napoleone e Beffa (2013) na organização do conhecimento jurídico na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo é a década de 1980 e 1990. Esse período se destaca relativamente a novos serviços, tecnologias, controles bibliográficos internos, a disponibilização de bancos de dados bibliográficos na Internet, além da implementação do serviço de alerta da biblioteca.

Durante o século XIX e início do século XX foram publicados diversos índices e repertórios de legislação e jurisprudência, com o intuito de organizar o conhecimento jurídico. De acordo com Barros (2007, p. 37), a década de 70 no

Brasil, representou o marco para as discussões sobre a organização da Documentação Jurídica. Nesta época surgiu a Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - PRODASEN, órgão de processamento de dados do Senado Federal, precursor no gerenciamento eletrônico das informações jurídicas brasileiras. Assim sendo, vale também discorrer sobre a Bibliografia Brasileira de Direito que reúne o material bibliográfico jurídico produzido no Brasil.

5.3 BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE DIREITO: COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO JURÍDICO PRODUZIDO NO PAÍS

Originada do desmembramento da Bibliografia Brasileira de Ciências Sociais - que vinha sendo editada pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) -, a Bibliografia Brasileira de Direito (BBD) tem como “finalidade organizar o material bibliográfico produzido na área de direito e disseminar a informação organizada” (ZABER, 1972, p. 2).

A BBD publicada pelo antigo IBBD atual IBICT desde o seu primeiro volume no ano de 1970, passou no ano de 1986 a ser editada pela Subsecretaria de Biblioteca do Senado Federal. Conforme os Quadros 9 e 10 apresentados a seguir.

Quadro 9 - Versão impressa da BBD editada pelo IBBD e IBICT

	<i>Volume/ Período</i>	<i>Data de Publicação</i>
IBBD	v. 1, 1967/1968	[ed. 1970]
	v. 2, 1969/1971	[ed. 1972]
	v. 3, 1972	[ed. 1974]
	v. 5, 1973/1974	[ed. 1977]
IBICT	v. 6, 1974/1975	[ed. 1977]
	v. 7, pt.1, 1975/1977	[ed. 1978]
	v. 7, pt.2, 1975/1977	[ed. 1978]
	v. 7, pt.3, 1975/1977	[ed. 1980]
	v. 8, 1977/1978	[ed. 1981]
	v. 9, 1978/1979	[ed. 1981]

Fonte: Informativo da RVBI. Brasília, n.2, 2011.

Quadro 10 - Versão impressa da BBD editada pelo Senado Federal

Volume	Período	Data de publicação
v. 1,	1980/81	[ed. 1987]
v. 2,	1982/83	[ed. 1988]
v. 3,	1984/85	[ed. 1986]
v. 4,	1986	[ed. 1987]
v. 5,	1987	[ed. 1989]
v. 6,	1988	[ed. 1990]
v. 7,	1989	[ed. 1991]
v. 8,	1990	[ed. 1991]
v. 9,	1991	[ed. 1992]
v. 10,	1992	[ed. 1993]
v. 11,	1993	[ed. 1994]
v. 12,	1994	[ed. 1995]
v. 13,	1995	[ed. 1996]
v. 14,	1996	[ed. 1998]
v. 15,	1997	[ed. 1998]
v. 16,	1998	[ed. 1999]

Fonte: Informativo da RVBI. Brasília, n.2, 2011.

Inicialmente, a BBD incluía apenas referências bibliográficas de monografias e artigos de periódicos, sendo que a partir de 1994 passou a incluir artigos de jornais do caderno Direito e Justiça do Correio Braziliense. Assim, a BBD passou a disponibilizar referências bibliográficas de um tipo de material não comum em bibliografias. A versão eletrônica disponibilizada através de CD-ROM da BBD surgiu no ano de 1995 e desde 2004 a BBD encontra-se disponível no catálogo online na Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional.

Para disponibilizar o conhecimento jurídico, além do mesmo ter que se encontrar organizado é necessário que ele também esteja representado para facilitar a sua localização. Assim no Brasil diversos instrumentos de organização do conhecimento jurídico foram desenvolvidos no decorrer nos anos.

5.4 INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO JURÍDICO

No Brasil diversos instrumentos foram desenvolvidos para organizar a informação jurídica, dentre eles sistemas de classificação, vocabulários controlados, taxonomias, etc.

Entre os sistemas de classificação, podem ser citados:

- Tabela de Classificação Decimal do Direito (CDDir) que foi desenvolvida por Dóris de Queiroz Carvalho, em 1948, à época servidora da Biblioteca do Ministério da Fazenda. É um sistema de classificação de documentos jurídicos baseado na classe 340 da Classificação Decimal de Dewey (CDD), mas adaptada à realidade nacional. A CDDir foi reeditada em 1953, 1977 e em 2002, está em sua quarta edição (CARVALHO, 2002).
- Tabela de Classificação Jurídica da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP desenvolvida para atender as demandas da Biblioteca da faculdade. Teve como base a CDD, a Classificação Decimal Universal, a CDDir e o Vocabulário Controlado da USP.

Entre os vocabulários controlados, são citados os tesouros:

- Macrothesaurus Brasileiro de Direito Constitucional publicado pelo Senado Federal e da Fundação Casa de Rui Barbosa em 1987;
- Tesouro Mundo do Trabalho, que elaborado em 1998 com base no Thesaurus da OIT – Organização Internacional do Trabalho é utilizado na Base de Dados da Unitrabalho;
- TEJUT – Thesaurus em Direito do Trabalho - 4ª Região, que publicou sua 4ª edição em 2006;
- Tesouro da Justiça Eleitoral, que em 2010 publicou sua 7ª edição;
- Tesouro Jurídico da Justiça Federal;
- Tesouro Jurídico do Superior Tribunal de Justiça;
- Tesouro do ICMS Paulista;

- Tesouro do Supremo Tribunal Federal;
- THES - Tesouro do Senado Federal;

A taxonomia desenvolvida pelo Ministério Público Federal tem como finalidade auxiliar na organização dos processos judiciais. Através desta taxionomia é possível classificar de forma hierárquica as informações relativas aos processos judiciais e procedimentos extrajudiciais, criando uma ordem que elimine ambiguidades e permita a mensuração de dados nacionais a partir de uma base de dados comum de informações.

Os instrumentos/sistemas de representação do conhecimento são essenciais para a organização do conhecimento jurídico. O acesso à informação jurídica é fundamental para a organização e o desenvolvimento de uma sociedade, além do que o acesso à informação no âmbito jurídico pode mudar de forma significativa a vida de um indivíduo, já que está tipologia de informação têm o poder de guiar a decisão de advogados, juízes, promotores e de outros profissionais da área jurídica no exercício de suas funções . Por isto, é necessário que o conhecimento jurídico seja representado através dos instrumentos desenvolvidos para tal função, pois facilitam a recuperação da informação desejada.

6 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO NA WEB

O advento do serviço *world wide web* (www) na internet proporcionou um grande crescimento na quantidade de informações disponibilizadas no ambiente virtual, além de um número bastante significativo de usuários e de computadores ligados à rede. A www mudou de forma significativa o mundo da informação. Feitosa (2006, p.15) afirma que a “*web* é provavelmente o mais rico repositório de informações na história humana”. A *web* é a primeira opção de grande parte das pessoas que possui alguma necessidade de informação, assim, é imprescindível que esta informação esteja organizada, para que possa ser recuperada de forma precisa.

O documento é um objeto, onde se encontra informação e conhecimento, podendo ser diferenciado um do outro a partir de suas características sejam elas físicas (forma de produção, suporte, tamanho, etc.) ou intelectuais (conteúdo, assunto, objetivo, autor, etc.). Os conhecimentos disponíveis na *internet* através dos documentos são passíveis de organização, através das características tanto as físicas como as intelectuais.

Para, Feitosa (2006, p. 34)

Os diretórios foram a primeira solução proposta para a organização de conhecimento na *web* e surgiram com uma intenção de se coletar manualmente, ou por meio de indicações de usuários, a maior quantidade de informações possível, contando-se a grande variedade dos assuntos disponíveis na Internet.

A classificação, como já foi dito anteriormente, é a estrutura mais básica e intuitiva utilizada na organização do conhecimento e está sendo bastante utilizada na *web*. Assim, são utilizadas técnicas da Biblioteconomia e da Documentação para organizar e representar o conhecimento na *web*, conforme Miranda (2005, p. 117) ao afirmar que “a Biblioteconomia e a Ciência da Informação estão sendo redescobertas: no ambiente virtual”.

Ao longo do tempo, têm sido criados serviços e funções que permitem que os usuários participem da construção e organização dos conteúdos

disponíveis na *web*. Neste contexto, surge o termo *Web 2.0* idealizado por Tim O'Reilly (2005). A *Web 2.0* é definida como uma plataforma, que propicia aos usuários colaborarem na disponibilização e organização de conteúdos no ambiente virtual, sendo a utilização da etiquetagem uma das formas de colaboração.

6.1 TAXONOMIA

A organização e a representação do conhecimento têm sido bastante discutidas nos últimos anos no campo da Ciência da Informação. Nesta perspectiva, a taxonomia tem se apresentado como uma das soluções prática e eficiente de organizar e representar o conhecimento, principalmente no ambiente *online*.

O termo taxonomia é derivado do grego *taxis*=arranjo e *nomia*=método e procedente de um dos ramos da Biologia que aborda a classificação lógica e científica dos seres vivos. No campo da Ciência da Informação, de acordo com Campos e Gomes (2007, p.3) “taxonomia é, por definição, classificação, sistemática”, para Martinez et al. (2004, p.106),

a taxonomia, em um sentido amplo, é a criação da estrutura (ordem) e dos rótulos (nomes) que ajudam a localizar a informação relevante. Em um sentido mais específico, é o ordenamento e rotulação de metadados, que permite organizar sistematicamente a informação primária.

Os objetivos de uma taxonomia, de acordo com Terra *et al.* (2005, p.1), são:

[...] representar conceitos através de termos; agilizar a comunicação entre especialistas e entre especialistas e outros públicos; encontrar o consenso; propor formas de controle da diversidade de significação; e oferecer um mapa de área que servirá como guia em processos de conhecimento.

De acordo com Campos e Gomes (2007, p. 3-4) são características das taxonomias:

- Conter uma lista estruturada de conceitos/termos de um domínio;

- Incluir termos sem definição, somente com relações hierárquicas;
- Possibilitar a organização e recuperação de informação através de navegação;
- Permitir agregação de dados, diferentemente das taxonomias seminais, além de evidenciar um modelo conceitual do domínio;
- Ser um instrumento de organização intelectual, atuando como um mapa conceitual dos tópicos explorados em um Sistema de Recuperação de Informação;
- Ser um novo mecanismo de consulta em Portais institucionais, através de navegação.

A taxonomia é construída para um dado domínio do conhecimento e que está voltada para a organização do conhecimento em ambientes específicos. O conceito de taxonomia, algumas vezes, é limitado a termos organizados em categorias hierárquicas; entretanto, quando se trata de taxonomias em ambientes corporativos, por exemplo, a web. São encontradas definições mais específicas. Conway; Sligar (2002) classificam as taxonomias aplicadas em ambientes corporativos em três tipos, de acordo com o objetivo a ser alcançado: taxonomia descritiva, de navegação e taxonomia para gerenciamento de dados.

A taxonomia descritiva consiste na criação de um vocabulário controlado com o objetivo de aperfeiçoar a organização e a busca do conhecimento armazenado. Tem como base a estrutura de um tesouro, com o estabelecimento dos termos significativos em um determinado contexto. O objetivo desta taxonomia é a padronização da linguagem do ambiente para a qual ela foi projetada, com o intuito de efetivar uma organização do conhecimento.

A taxonomia de navegação tem como base os modelos mentais de organização das informações/conhecimentos em determinados contextos. O objetivo da taxonomia navegacional é que a descoberta das informações aconteça no momento da navegação do usuário, por isto, a estruturação das informações fica visível para o usuário final, além de a taxonomia poder se modificar para se adequar ao modelo mental traçado pelo usuário no momento da navegação. As relações entre os termos da taxonomia navegacional

precisam fazer sentido para os usuários e não precisam apresentar necessariamente subordinações lógicas.

A taxonomia para gerenciamento de dados não possui a pretensão de representar e promover o acesso a todo o conhecimento disponibilizado no ambiente na qual a taxonomia se encontra. Ela tem como objetivo facilitar o compartilhamento do conhecimento para grupos específicos, sendo composta por uma pequena lista de termos autorizados e não possui necessariamente uma estrutura hierárquica.

Abaixo será apresentado uma pequena parte do Tesouro do STF, onde as siglas utilizadas significam:

- TG, Termo Genérico: Indica que há relação hierárquica entre termos com relação gênero-espécie e que este descritor representa o termo com o conceito mais abrangente.
- TE, Termo Específico: Indica os termos subordinados ao termo genérico na cadeia hierárquica.
- TR, Termo Relacionado: Indica relação entre termos que não formam uma hierarquia (gênero-espécie), mas que são associados mentalmente, de forma automática. Servem para orientar o indexador quanto às possibilidades de encadeamento de descritores e para sugerir ao usuário formas de limitar ou expandir uma pesquisa.
- CAT, Categoria: O Tesouro do STF é organizado em três grandes grupos de categorias: Ramos do Direito (direito constitucional, direito civil, etc.), Especificadores (agrupam termos que restringem o conceito de um descritor, revelando a situação concreta em que o descritor foi empregado) e Identificadores (agrupam nomes de pessoas, instituições, países, estados-membros, programas, etc.).
- USE: Quando houver outros termos que representem o mesmo conceito, antes do termo descritor.
- UP: Constará quando um termo que, embora descreva o mesmo conceito que o outro termo, não é autorizado na indexação, para evitar a proliferação de sinônimos.

E logo após o tesouro do STF serão apresentadas as taxonomias navegacional; descritiva e de gerenciamento de dados, tendo como base a estrutura do tesouro apresentada.

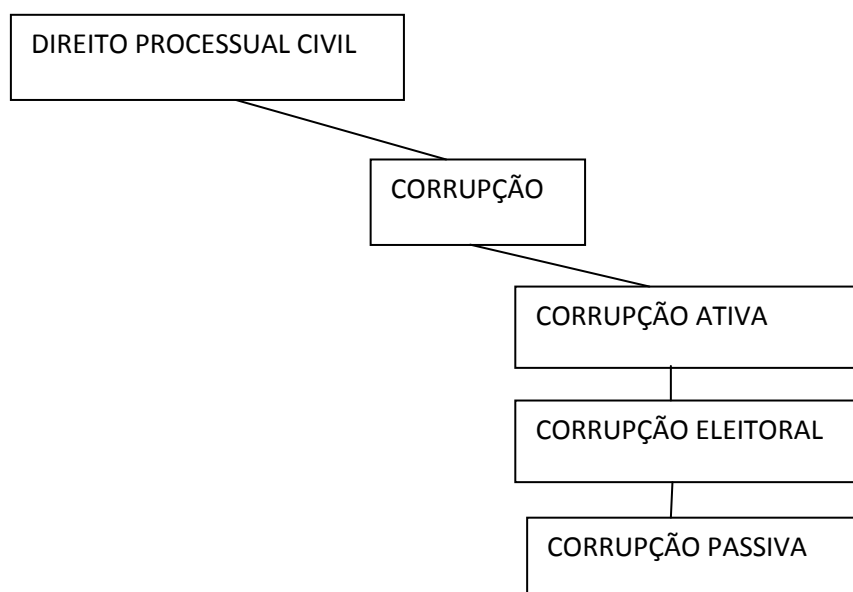
Figura 4 - Tesouro do STF

The screenshot shows the STF website's legal dictionary search results for the term "corrupção". The page is titled "Vocabulário Jurídico (Tesouro)" and displays a search bar with the term "corrupção" entered. Below the search bar, the results are organized into a table with columns for the term (TE), the category (TR), and the specific legal concept (CAT).

TE	TR	CAT
		CORRUPÇÃO ATIVA CORRUPÇÃO ELEITORAL CORRUPÇÃO PASSIVA
		AQUISIÇÃO FRAUDULENTA AQUISIÇÃO ILÍCITA PREVARICAÇÃO SUBORNO
		DPC DIREITO PROCESSUAL CIVIL
CORRUPÇÃO ATIVA		
		CORRUPÇÃO CRIME PRATICADO POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL
		CORRUPÇÃO PASSIVA PROPINA VANTAGEM INDEVIDA
		DPE DIREITO PENAL
CORRUPÇÃO DE MENORES		
		SEDUÇÃO E CORRUPÇÃO DE MENORES
		DPE DIREITO PENAL
CORRUPÇÃO ELEITORAL		
		CORRUPÇÃO ELEITORAL ATIVA
		CORRUPÇÃO CRIME ELEITORAL
		DEL DIREITO ELEITORAL

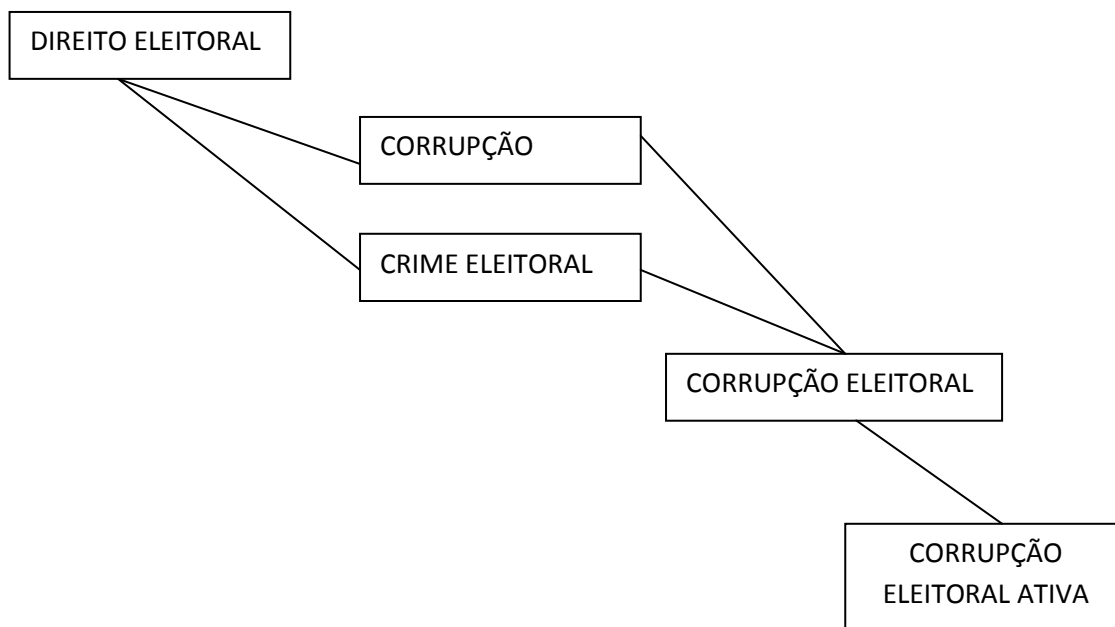
Fonte: Site do STF

Figura 5 - Taxonomia Descritiva



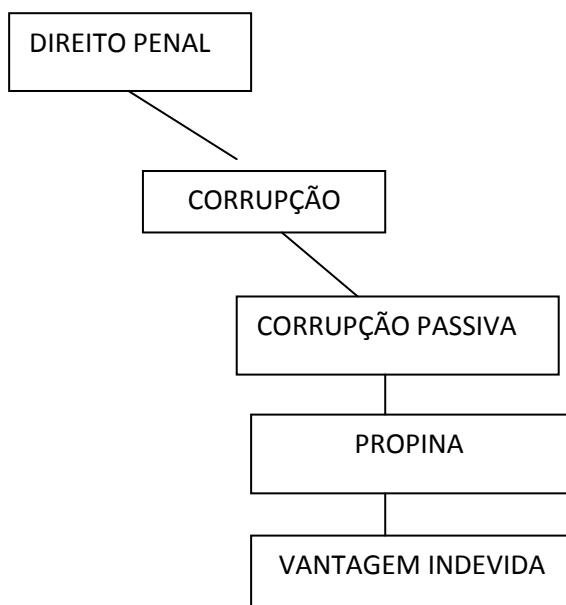
Fonte: dados da pesquisa, com base no tesouro do STF

Figura 6 - Taxonomia Navegacional



Fonte: Dados da pesquisa, com base no tesouro do STF

Figura 7 - Taxonomia de Gerenciamento de dados



Fonte: Dados da pesquisa, com base no tesouro do STF

Na taxonomia descritiva há uma hierarquia dos termos no formato de gênero-espécie, o que não ocorre necessariamente em toda estrutura hierárquica da taxonomia de gerenciamento de dados, já que os termos “propina” e “vantagem indevida” não possuem uma relação hierárquica com o termo “corrupção” de acordo com o tesauro do STF. E na taxonomia navegacional é possível notar que um termo pode pertencer a mais de um ramo da árvore hierárquica, o que facilita a navegação e o encontro da informação desejada.

A taxonomia descritiva é basicamente uma taxonomia por assuntos autorizados, pois necessita da utilização de vocabulário controlado para estabelecer a organização e controle de significação dos termos que serão utilizados, o vocabulário controlado pode ser um o tesauro, uma lista de palavras autorizadas, por exemplo. Já, as taxonomias de gerenciamento de dados se apresentam como uma taxonomia funcional, já que visam representar o conhecimento para grupos específicos, ou seja, é uma taxonomia direcionada para um grupo dentro de um determinado domínio de conhecimento. E a taxonomia navegacional é aquela que tem o intuito de apresentar toda a informação/conhecimento que se encontra armazenada no sistema para qual ela foi desenvolvida e pode se adaptar as necessidades dos usuários.

É desejável que os termos de uma taxonomia possam pertencer a mais de um ramo da árvore hierárquica que a compõe, se isto for necessário. Pois, um documento pode ser de interesse de vários grupos, com decorrências e objetivos diferentes e precisa estar representado dentro desses diversos interesses, podendo o mesmo se constituir em uma relação gênero-espécie ou não.

Existe a necessidade de organizar as informações/conhecimentos principalmente no ambiente *web*, pois uma nova informação pode gerar conhecimento. Para a representação do conhecimento na *web*, além da taxonomia, existe a etiquetagem, que vem ganhando um destaque considerável na *web 2.0*, que permite a colaboração dos usuários na organização da informação.

6.2 ETIQUETAGEM

Outras formas de organização do conhecimento começaram a surgir e ganhar destaque na *web*, mostrando que a participação dos usuários é muito importante neste processo. Entre essas novidades, o que vem crescendo no ambiente *web* é o uso de etiquetas (*tags*) para descrever objetos informacionais. Etiquetagem (em inglês, *tagging*) é uma forma de indexação em que os próprios usuários da informação, classificam os documentos. Para Brandt (2009, apud Golfer; HUBERMAN, 2006, p. 198):

marcar conteúdo com termos descritivos, também chamados palavras-chave ou etiquetas, é uma forma comum de organizar conteúdo para futura navegação, filtragem ou busca. Apesar disso, organizar conteúdo eletrônico dessa forma não é algo novo, uma forma colaborativa desse processo que vem sendo chamada de etiquetagem pelos seus proponentes, está ganhando popularidade na *web*.

Existem diversos sites que permitem o uso da etiquetagem, o Quadro 9 abaixo apresenta alguns deles.

Quadro 11 - Sites que utilizam a etiquetagem

Sites	Recursos	URL
Connotea	Referências e informações bibliográficas	http://www.connotea.org
Delicious	Coleção de hiperligações favoritas	http://www.delicious.com
Flicker	Fotos	http://www.flicker.com
YouTube	Vídeos	http://www.youtube.com
Last.fm	Música	http://www.last.fm

Fonte: Dados da pesquisa

A etiquetagem vem sendo utilizada para organização de conteúdos na *web*, ou seja, uma forma de classificação coletiva que permite que qualquer pessoa participe do processo, o que gera a chamada *folksonomia*, que segundo Catarino e Baptista (2007)

[...] trata-se de um novo conceito que tem sido utilizado por diversos profissionais e estudiosos da área de informação. No entanto, parece não haver ainda um consenso na área, quer sobre a utilização desse termo, quer sobre seu significado. Há

os que preferem utilizar outros termos como, por exemplo, classificação social ou *tagging*.

A *folksonomia* é um neologismo criado por Thomas Vander Wal, em 2004, a partir da junção de folk (povo) com *taxonomy* (classificação), assim a folksonomia seria a classificação realizada pelos usuários.

As definições de diversos autores acerca do processo e do produto que geram as chamadas *folksonomias* são apresentadas no Quadro 10 abaixo:

Quadro 12 - Definições de folksonomia:

PRODUTO	
Wal (2006)	<i>Folksonomia</i> é o resultado da atribuição livre e pessoal de etiquetas (<i>tagging</i>) a informações ou objetos (qualquer coisa com URL), visando a sua recuperação.
Lund et al. (2005)	<i>Folksonomia</i> se refere a um vocabulário, ou lista de termos, que surge da sobreposição de etiquetas definidas por vários usuários ao marcar as suas hiperligações favoritas, ou seja, seus marcadores para posterior recuperação.
Mathes (2004)	<i>Folksonomia</i> é um conjunto de termos que um grupo de usuários utiliza para etiquetar os conteúdos de recursos digitais da web.
Trant (2006a, 2006b)	<i>Folksonomia</i> é o resultado de um sistema de classificação socialmente construído, ou, coleção de conceitos expressos num sistema de classificação desenvolvido de forma cooperativa. <i>Folksonomia</i> é um conjunto informal e orgânico de terminologia relacionada.
Sturtz (2006)	<i>Folksonomia</i> é um conjunto de etiquetas – com uma ou mais palavras-chave – que os usuários de um sistema compartilhado de gestão de conteúdos na <i>web</i> aplicam a recursos individuais a fim de agrupá-los ou classificá-los para posterior recuperação.

PROCESSO	
Russel (2005)	As <i>folksonomias</i> têm propiciado a possibilidade de criar desordenadamente, em texto livre, metadados atribuídos pelos usuários para recursos existentes (livros, imagens, URLs, etc).
Guy e Tonkin (2006)	<i>Folksonomia</i> é um tipo de sistema de classificação distribuída, a <i>folksonomia</i> é normalmente criada por um grupo de indivíduos, tipicamente os usuários do recurso.
Ohmukai, Hamasaki e Takeda (2006)	Trata-se de um sistema que administra etiquetas atribuídas pelos usuários aos recursos por eles indexados, compartilhando-as com outros usuários e também disponibilizando informações de outros recursos disponíveis na web que foram indexados da mesma forma.
Quintarelli (2005)	Uma nova abordagem emergente para a classificação distribuída de recursos digitais.
Hammond et al. (2005)	Uma classificação não estruturada feita pelos próprios usuários dos recursos digitais.
Valongueiro (2006)	Um novo paradigma de classificação, pois respeita as diferenças culturais e características pessoais de quem utilizou e classificou determinada informação.

Fonte: CATARINO e BAPTISTA (2009, p. 50-51)

Assim, é possível concluir que a folksonomia é o produto do processo de etiquetagem dos objetos disponíveis em um ambiente social compartilhado na *web*, onde os usuários os organizam de acordo com suas necessidades informacionais. Estando assim, de acordo como Catarino e Baptista (2007) ao afirmarem que a

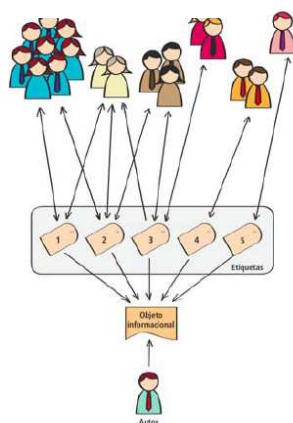
Folksonomia é o resultado da etiquetagem dos recursos da Web num ambiente social (compartilhado e aberto a outros) pelos próprios usuários da informação visando a sua recuperação. Destacam-se, portanto três fatores essenciais: 1) é resultado de uma indexação livre do próprio usuário do recurso; 2) objetiva a recuperação a posteriori da informação e 3) é desenvolvida num ambiente aberto que possibilita o

compartilhamento e, até, em alguns casos, a sua construção conjunta.

Tendo como base Wal (2007), as características da etiquetagem são: a falta de hierarquização dos termos que são utilizados como *tags* (etiquetas); não possuir nenhum tipo de controle de sinônimos; é uma classificação coletiva, já que diversos usuários podem etiquetar (classificar) um mesmo documento; dentre outras características. Para esse autor, o valor da etiquetagem aparece quando é possível identificar quem classificou determinado objeto (um documento, por exemplo).. Brandt (2009) com base nos estudos de Wal (2005) apresenta dois tipos de folksonomia: a folksonomia aberta e a folksonomia restrita.

Nas folksonomias abertas um mesmo objeto pode receber etiquetas de vários usuários diferentes, conforme a Figura 8:

Figura 8 - Folksonomia aberta

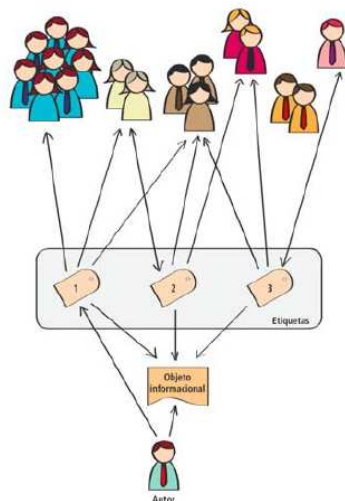


Fonte: Brandt (2009, apud Wal, 2005).

Deste modo, nas folksonomias abertas muitas etiquetas atribuídas a um objeto/documento podem se repetir, já que é possível que vários usuários utilizem o mesmo termo para classificar o mesmo objeto/documento.

Já nas folksonomias restritas mostrada na Figura 09 somente o usuário que detém o objeto/documento ou usuários autorizados por ele podem atribuir etiquetas

Figura 9 - Folksonomia restrita



Fonte: Brandt (2009, apud Wal, 2005)

Assim, o objeto/documento nas folksonomias restritas poderá receber uma quantidade bem menor de etiquetas se comparado com um objeto/documento classificado a partir da folksonomia aberta.

Através do processo de etiquetagem pode ser criada uma linguagem comum por meio da utilização das etiquetas, onde os usuários exprimem o conteúdo dos objetos classificados por eles. Deste modo as *folksonomias* contextualizam o conhecimento de determinada comunidade e podem ser consideradas assim como esquemas de representação do conhecimento.

7 METODOLOGIA

Este capítulo descreve o percurso metodológico adotado para a realização da presente pesquisa. A atividade principal da metodologia científica é a pesquisa, no entendimento de Ander-Egg (1978, p.28), a pesquisa é um “procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”. A metodologia assume um papel essencial para a realização dos trabalhos acadêmico-científicos, pois é a mesma que estabelece as estratégias práticas e teóricas que serão utilizadas para a realização da pesquisa.

Para González de Gómez (2000, p.1) a metodologia da pesquisa:

[...] designa, de maneira ampla, o início e orientação de um movimento de pensamento, cujo esforço e intenção direcionam-se à produção de um novo conhecimento, num horizonte de possibilidades sociais e historicamente definidas. Os métodos, quantitativos, qualitativos, comparativos, assim como as técnicas de coleta e análise da informação, definem a direção e modalidade das ações de pesquisa de modo secundário, estando já ancorados num domínio epistemológico e político que acolhe e legitima as condições de produção do objeto da pesquisa. Uma metodologia de pesquisa teria, para nós, e como primeira tarefa, a tematização dessas condições de produção do objeto de conhecimento.

Moresi (2003, p. 79) afirma que “entende-se por metodologia a determinação das formas que serão utilizadas para reunir os dados necessários para a consecução do trabalho”. A metodologia possibilita organizar as tarefas, no decorrer da pesquisa permitindo que o objetivo do pesquisador seja alcançado.

Portanto, a metodologia se apresenta em todo o desenvolvimento da pesquisa através do conjunto de procedimentos que indica o objeto; a formulação do problema; a justificativa e os objetivos da pesquisa, que serão essenciais para o desenvolvimento do trabalho do pesquisador, pois é através destes procedimentos que ele obterá o conhecimento para o desenvolvimento do seu estudo.

Os caminhos e os instrumentos utilizados para fazer ciência fazem parte do campo de estudo da metodologia científica. E de acordo com Gil (2002), as etapas da pesquisa não são rígidas e cabe ao pesquisador adaptá-las às suas necessidades. Desta forma,

[...] é possível afirmar que das diferentes pesquisas realizadas cada etapa tem um nível de dificuldade e um tempo para ser executada de acordo com o tipo de estudo que será realizado, com os dados que devem ser coletados e organizados e também com o tipo de análise a ser feita. (VIEIRA; CASTRO; SCHUCH JÚNIOR, 2010).

Nesta perspectiva, os métodos e as técnicas utilizadas para a obtenção dos dados, necessários para o desenvolvimento da pesquisa podem variar de acordo com a especificidade de cada uma. Assim, neste capítulo serão descritos o universo da pesquisa, os métodos e as técnicas utilizadas para a realização da presente pesquisa de natureza descritiva. Conforme Gil (2002, p.42) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Neste estudo, o objeto de pesquisa está relacionado à análise do uso da taxonomia e da etiquetagem na organização e representação do conhecimento da informação jurídica na web, tendo como recorte os websites jurídicos presentes entre os 500 mais acessados do Brasil no ano de 2013.

No que se refere ao método, a presente pesquisa caracteriza-se como estudo de caso. Segundo Yin (2005, p. 32) “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real”. Que “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 2002, p. 54). Dessa maneira, o estudo de caso possui uma variação de análise que poderá vir a existir na pesquisa, podendo o pesquisador optar pela análise de um caso único ou múltiplo. Para Yin (2005, p.68) “as evidências resultantes de casos múltiplos são consideradas mais convincentes”. Assim, este é um estudo de caso

múltiplo dos *websites* que se encontram entre os mais acessados do país no ano de 2013.

A técnica documental é utilizada nesta pesquisa para a coleta de dados. Gil (2002, p.46) discorre que “na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas”. A fonte utilizada para a coleta dos sites mais acessados foi o medidor de consulta Alexa que se constitui em um serviço que mede a audiência de páginas da internet em todo o mundo, através do número de consultas diárias dos *websites*.

Quanto ao tratamento dos dados coletados, a pesquisa é caracterizada como uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa busca um maior conhecimento acerca da realidade do assunto abordado, para que se realize uma interpretação do mesmo.

7.1 UNIVERSO DA PESQUISA

A primeira etapa metodológica foi à delimitação do universo da pesquisa, o mapeamento dos *websites* jurídicos que se encontram entre os 500 mais consultados do Brasil em 2013. Desta forma, foram identificados a partir do medidor de consulta Alexa, 02 *websites* que, apoiados juridicamente no direito constitucional de acesso a informação e na liberdade de imprensa, divulgam nas suas páginas documentos e informações do universo jurídico. O primeiro *website* identificado foi o JusBrasil (<http://www.jusbrasil.com.br>), e o segundo o *website* do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP (<http://www.tjsp.jus.br>), conforme o Anexo A.

7.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados utilizado foi a observação participante e o formulário que consta no Apêndice A. Marconi e Lakatos (2008, apud Nogueira, 1968, p. 129) traz a definição de formulário como sendo:

uma lista formal, catálogo ou inventário destinado à coleta de dados resultantes quer da observação, quer de interrogatório, cujo preenchimento é feito pelo próprio investigador, à medida

que se faz as observações ou recebe as respostas, ou pelo pesquisado, sob sua orientação.

O formulário foi utilizado para auxiliar a coleta das informações referentes à

- ✓ utilização das taxonomias;
- ✓ identificação dos níveis taxonômicos apresentados pelos *websites*;
- ✓ utilização da etiquetagem para representar o conhecimento contido em suas páginas;
- ✓ verificar se as etiquetas utilizadas compõem a área do conhecimento jurídico apresentada pela Tabela da CAPES.

Para Marconi e Lakatos (2008, p.196), a observação participante “consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste.” Foi o que ocorreu na observação feita de um dos website estudados, já que foi preciso fazer um cadastro gratuito no site para poder acessá-lo e ter as informações essenciais para a pesquisa.

Depois de coletados os dados através da utilização da observação e do preenchimento dos formulários, foram acessados os *websites* analisados para capturar as telas necessárias para apresentação dos dados da pesquisa, ou seja, demonstrar na prática a utilização da taxonomia e da etiquetagem na organização e representação do conhecimento jurídico na web.

Na captura das telas apresentadas na análise dos dados, foram priorizadas as páginas iniciais dos websites e as que apresentavam os seguintes conteúdos listados abaixo:

- Notícias;
- Legislação;
- Jurisprudência;

- Materiais e informações sobre os tópicos analisados;
- Jornais Diários Oficiais e de Justiça.

8 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA NA WEB: apresentação e análise dos dados

Este capítulo consiste na apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos na pesquisa.

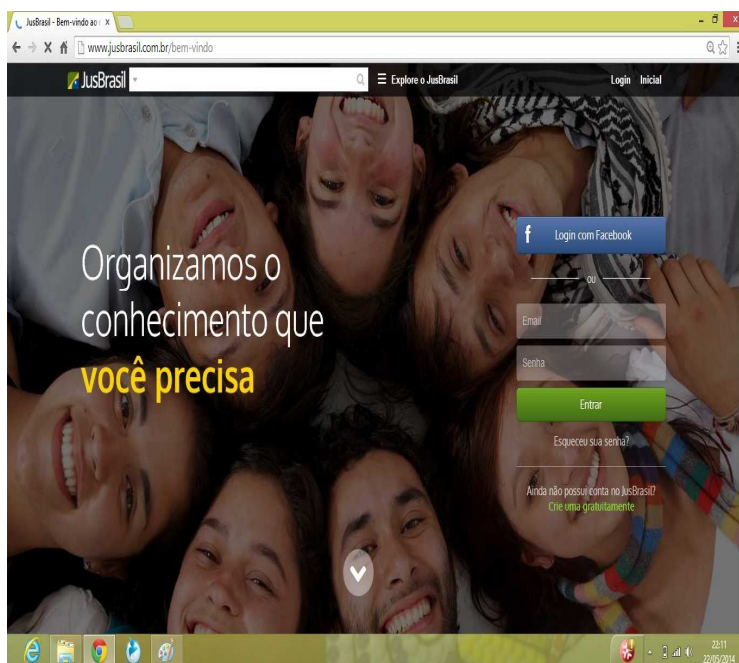
8.1 APRESENTAÇÕES DOS OBJETOS DA PESQUISA

Serão apresentados os *websites* jurídicos encontrados entre os 500 websites brasileiros mais acessados do país em dezembro de 2013.

8.1.1 Portal JusBrasil

O Portal JusBrasil é uma iniciativa não-governamental que têm como objetivo organizar toda a informação jurídica brasileira, conforme pode ser visto na tela de acesso ao portal representado neste trabalho pela Figura 10.

Figura 10 – Tela de acesso do portal JusBrasil



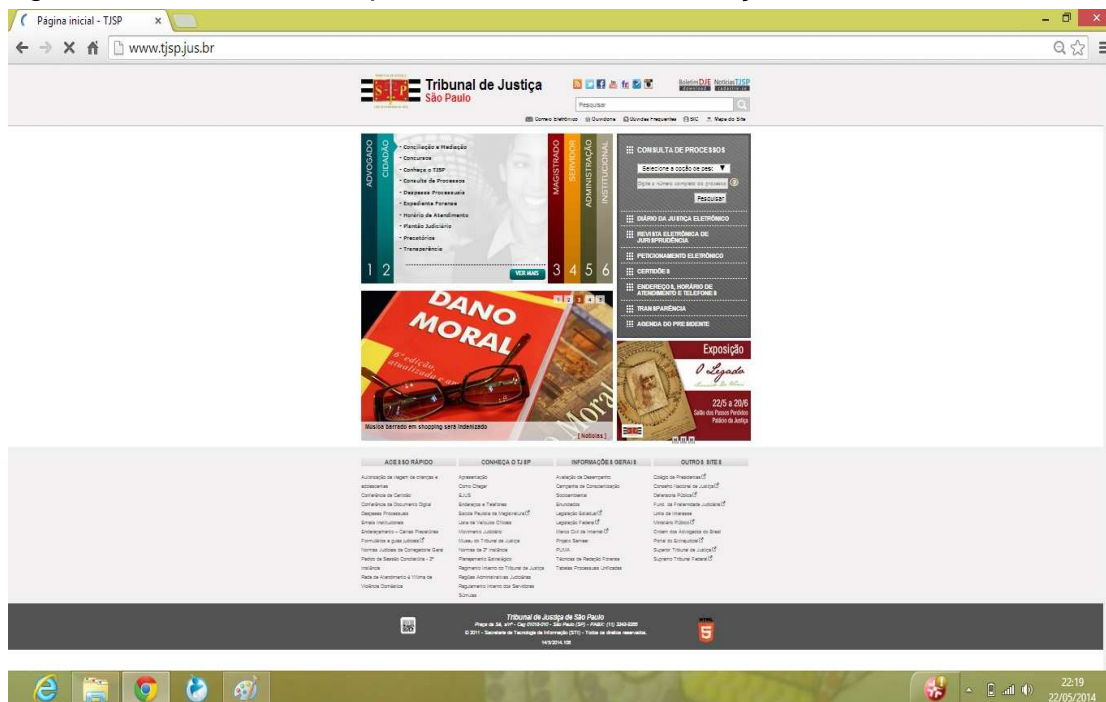
Fonte: Portal JusBrasil

A disponibilização das informações jurídicas pelo *website* é feita de forma gratuita e atualizada de minuto a minuto.

8.1.2 Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

O Portal do TJ-SP - Figura 11 - pertence ao Poder Judiciário de São Paulo e disponibiliza documentos e informações jurídicas e administrativas no âmbito de atuação do Judiciário Paulista.

Figura 11 - Tela inicial do portal do Tribunal de Justiça de São Paulo



Fonte: Portal do Poder Judiciário do Estado de São Paulo

O *website* da justiça paulista visa facilitar a troca de informações e agilizar o trâmite processual por meio da web, tendo como público alvo advogados, cidadãos e serventuários da justiça.

8.2 ANÁLISE DE DADOS

Nessa seção serão analisados os *websites* jurídicos: JusBrasil e o Portal do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, tendo como objetivo identificar e analisar a taxonomia e a etiquetagem na organização da informação/conhecimento nesses *websites*.

8.2.1 Configuração das tipologias de informação jurídica

Primeiramente, foram analisados nos *websites* pesquisados as configurações das tipologias da documentação jurídica: doutrina, legislação e

jurisprudência. No portal do TJ-SP a disponibilização é dada conforme a Figura 12 abaixo:

Figura 12 - Configuração da documentação jurídica no portal do TJ-SP

The image shows a screenshot of the TJ-SP website's library page. The browser address bar shows www.tjsp.jus.br/EGov/Biblioteca/Default.aspx?f=1. The page has a navigation menu with tabs for ADVOGADO, CIDADÃO, MAGISTRADO, SERVIDOR, ADMINISTRAÇÃO, and INSTITUCIONAL. The main content area is titled 'BIBLIOTECA' and includes sections for 'APRESENTAÇÃO' and 'CONTATO'. The 'APRESENTAÇÃO' section describes the DGJUD (Diretoria de Gestão do Conhecimento Judiciário) and its functions. The 'CONTATO' section provides contact information for the DGJUD. On the right side, there is a 'SAIBA SOBRE' sidebar with a list of links. Three callout boxes are overlaid on the image: 'Jurisprudência' points to 'Jurisprudência Selecionada', 'Legislação' points to 'Legislação e Normas', and 'Doutrina' points to 'Resoluções'. The Windows taskbar at the bottom shows the time as 11:54 on 25/05/2014.

ADVOGADO CIDADÃO MAGISTRADO SERVIDOR ADMINISTRAÇÃO INSTITUCIONAL

Página Inicial > Biblioteca

BIBLIOTECA

APRESENTAÇÃO

SAIBA SOBRE

- » Acervo
- » Apresentação
- » Assentos
- » Boletins
- » **Jurisprudência Selecionada** → **Jurisprudência**
- » **Legislação e Normas** → **Legislação**
- » Portarias
- » Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça
- » Provimentos do Conselho Superior da Magistratura
- » Provimentos da Presidência
- » Regimento Interno
- » Regulamento Interno dos Servidores
- » Resoluções → **Doutrina**
- » Revista Eletrônica de Jurisprudência
- » Súmulas → **Legislação**

A Diretoria de Gestão do Conhecimento Judiciário (DGJUD), subordinada à Presidência do Tribunal de Justiça, é composta pelas unidades de Atendimento, Bibliotecas, Divulgação e Publicações, Jurisprudência, Legislação e Pesquisa .

Sua estrutura está definida na Portaria nº 8985/14. Suas atividades, dentre outras, são: a de pesquisa jurídica dirigida, seleção e anotação de jurisprudência, manutenção, guarda e administração de acervos bibliográficos (inclusive históricos) e de bancos de dados relacionados, pesquisa e catalogação de legislação, jurisprudência, doutrinas, periódicos e outros.

A DGJUD desenvolve, ainda, atividades de atendimento aos magistrados e auxílio ao público geral, advogados e estagiários de direito em pesquisas de doutrina, legislação e jurisprudência.

CONTATO

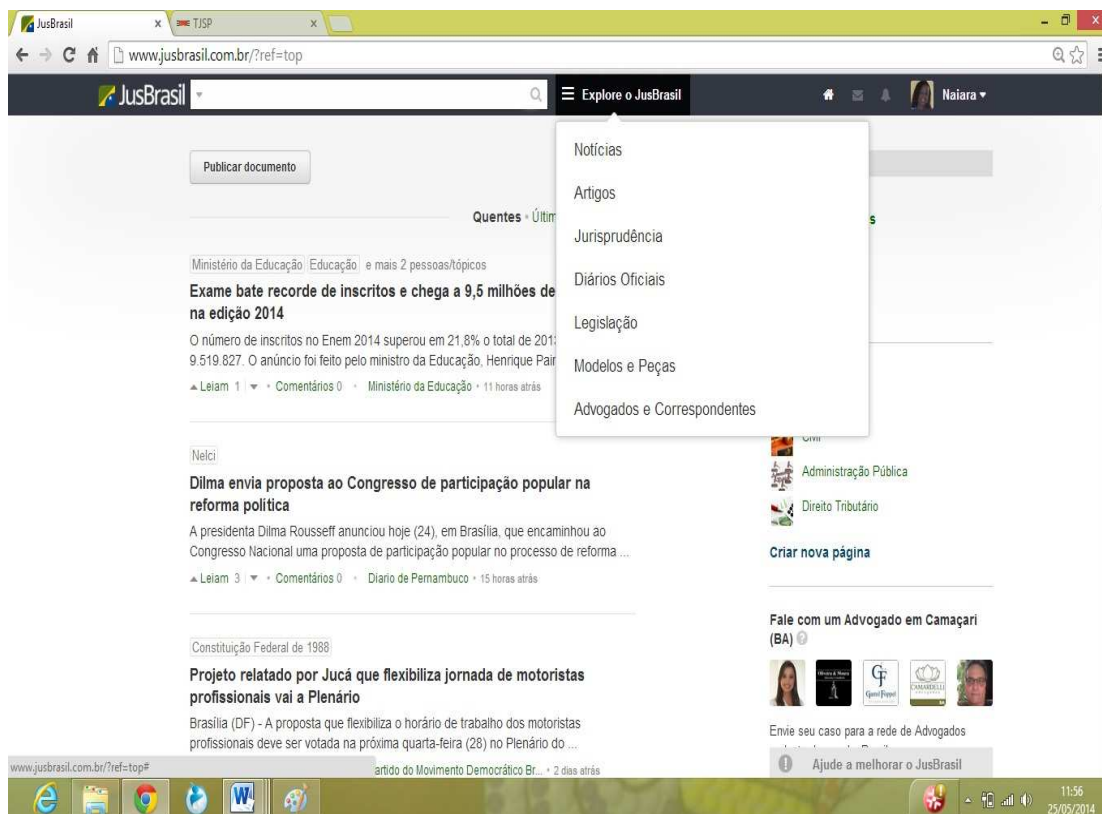
DGJUD - Diretoria de Gestão do Conhecimento Judiciário
Responsável: José Carmelito Neves dos Santos

Telefones: (11) 3107-4924/3241-2984
E-mail: biblioteca@tjsp.jus.br

11:54
25/05/2014

Fonte: Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Figura 13 - Configuração da documentação jurídica do portal JusBrasil



Fonte: Portal JusBrasil.

O portal do TJ-SP disponibiliza somente a documentação jurídica produzida pelo Tribunal de Justiça Paulista, sendo representada no Quadro 11 da seguinte maneira nas seções identificadas na Figura 12:

Quadro 13 - Tipologia da documentação jurídica no portal do TJ-SP:

Tipologia da documentação jurídica	Seção que se encontra no Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Doutrina	Revista Eletrônica de Jurisprudência.
Legislação	“Legislação e Normas” e na “Resoluções”.
Jurisprudência	“Jurisprudência Seleccionada” e “Súmula”.

Fonte: Dados da pesquisa.

Já o Portal JusBrasil disponibiliza em suas páginas a documentação produzida por diversos tribunais brasileiros, porém no caso da Doutrina o JusBrasil dá a oportunidade dos seus usuários publicarem artigos, peças dentre outros documentos produzidos por eles. Além da documentação definida por Atienza (1979), portais dão acesso também a notícias que tratam de assuntos da área jurídica, colaborando com o entendimento de Fullin (2006) que a documentação e informação jurídica podem ser expostas através de diversos meios.

8.2.2 Taxonomia nos *websites* estudados

Outro passo da pesquisa foi identificar as taxonomias utilizadas pelos portais. Encontramos a ocorrência da taxonomia de gerenciamento de dados nos portais analisados, conforme as Figuras 14 e 15.

Figura 14 - Taxonomia de gerenciamento de dados no portal JusBrasil

The screenshot shows the JusBrasil website interface for the 'Direito Civil' topic. The main content area displays a search bar and a list of sub-topics. A text box highlights the taxonomy of data management, stating: 'Grupo de usuários para o qual as informações classificadas com o termo "direito civil" serão direcionadas.' The sidebar on the right features a 'Seguir Tópico' button and a list of sub-topics with their respective counts:

SubTópico	Contagem
Tudo	2.232
Jurisprudência	508
Legislação	6
Notícias	1.227
Política	17
Diários	22
Artigos	406
Modelos e peças	44
Definições	2

The sidebar also includes options for 'Organizar Tópico', 'Histórico de edições', and 'SubTópicos'. The bottom of the page shows the system tray with the time 21:41 and date 22/05/2014.

Fonte: Portal JusBrasil

Figura 15 - Taxonomia para gerenciamento de dados no portal TJ-SP



Fonte: Portal do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

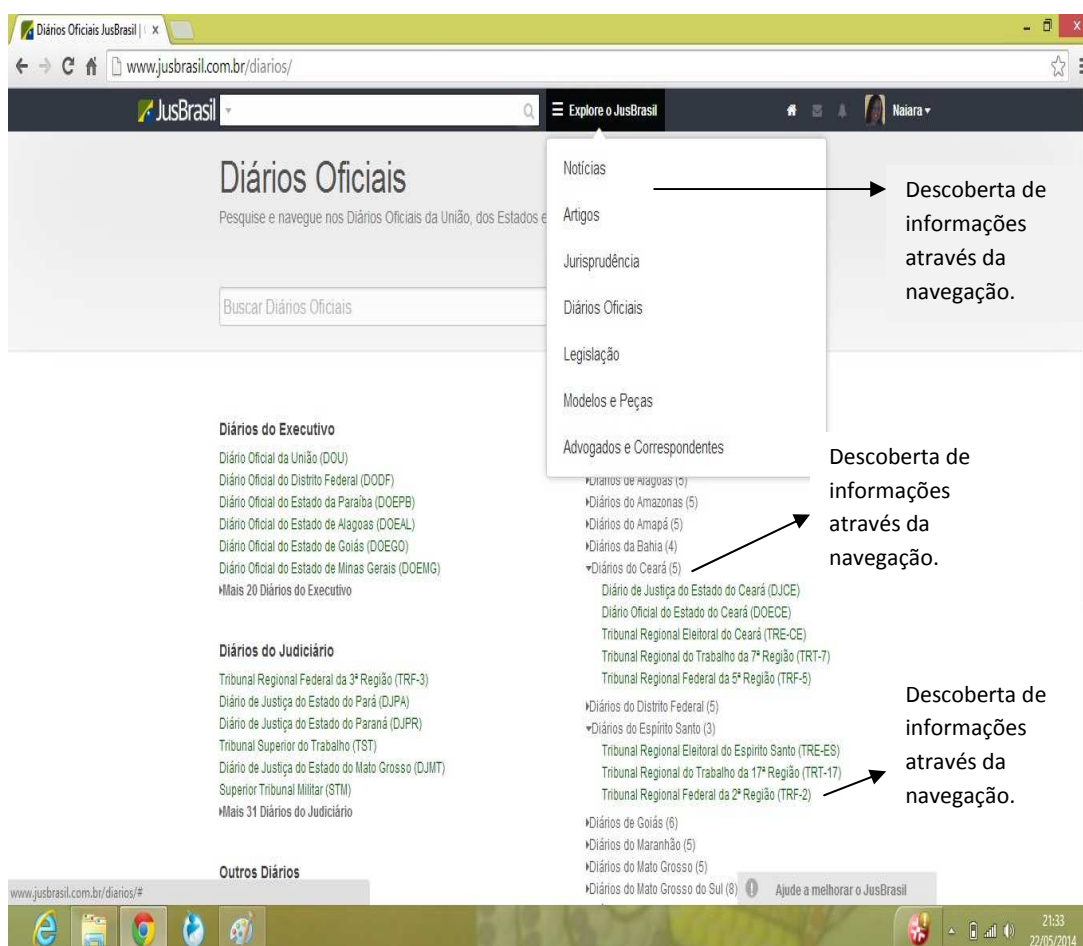
As taxonomias apresentadas nas Figuras 14 e 15 são compostas por uma pequena lista de termos autorizados que representam uma parte do conhecimento jurídico disponibilizado pelos portais analisados, que é uma característica conforme Conway e Sligar (2002) da taxonomia para gerenciamento de dados. As taxonomias apresentadas também se encontram de acordo com o objetivo da taxonomia para gerenciamento de dados que é representar o conhecimento de uma determinada área, com o intuito de facilitar o acesso ao conhecimento para grupos específicos.

A Figura 14 demonstra as tipologias informacionais classificadas com o termo "Direito civil" (jurisprudência, notícias, notícias, políticas, diários, artigos, modelos e peças e definições). Já na Figura 15, o portal do TJSP traz 06 abas que classificam as informações contidas no portal para segmentos específicos (advogados, cidadão, magistrados, servidor, administração, institucional), o que reforça na prática o objetivo da taxonomia para gerenciamento de dados.

As taxonomias para gerenciamento de dados apresentadas nas Figuras 14 e 15 também podem ser consideradas taxonomias de navegação, pois a descoberta das informações pelo usuário conforme mostram as Figuras 14 e

15 é feita no momento da navegação. As Figuras 16 e 17 mostram como a taxonomia navegacional nos portais analisados é modificada para se adequar ao modelo mental do usuário.

Figura 16 - Taxonomia de navegação no portal JusBrasil



Fonte: Portal JusBrasil

Figura 17 - Taxonomia de navegação no portal TJ-SP



Fonte: Portal do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (<http://www.tjsp.jus.br/>)

Ao analisar as taxonomias navegacionais apresentadas nas telas acima, pode ser observado que a estruturação das mesmas fica visível para o usuário. Já que objetivam possibilitar a recuperação das informações relevantes no momento de sua navegação. Desta forma as taxonomias navegacionais utilizadas pelo Portal JusBrasil e do TJ-SP se encontram de acordo com a teoria apresentada por Conway e Sligar (2002).

A disponibilização na Figura 16 dos jornais diários oficiais e de justiça - dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo - no Portal JusBrasil, que estão distribuídos em 04 listas (Diários do Executivo; Diário do Judiciário; Outros Diários; Navegue por Estado) que não possui essencialmente nenhuma composição hierárquica.

O portal do TJSP permite o acesso ao Diário de Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, conforme apresentado na Figura 17, são publicadas informações de cunho administrativo; judicial dentre outras informações que são essenciais para o judiciário Paulista. Os jornais diários se

constituem em uma das principais fontes da documentação/informação jurídica nos três Poderes que regem a nação. Conforme apresentado por Passos e Barros (2009), os jornais diários se encontram classificados como fontes de informações jurídicas primárias.

A taxonomia descritiva, que de acordo com Conway e Sligar (2002) tem como base a estrutura de um tesouro, foi encontrada somente no portal JusBrasil, conforme apresenta a Figura 18.

Figura 18 - Taxonomia descritiva portal JusBrasil

The screenshot shows the JusBrasil website interface for the topic 'Direito Processual Penal'. The page features a search bar at the top, a list of sub-topics, and a list of synonyms. The sub-topics are: 'Direito Processual Penal', 'Prisão Cautelar', 'Prisão', 'Delito Processual Legal', 'Direito de Aguardar o Julgamento em Liberdade', and 'Encargos de Declaração em Ação Penal'. The synonyms are: 'Direito Processual Penal', 'Direito Processual Penal', 'Processo Penal', and 'Processual Penal'. Arrows point from the text 'Taxonomia descritiva' and 'Controle de sinônimos' to the respective sections on the page.

Fonte: Portal JusBrasil

A taxonomia apresentada na Figura 18 traz uma estrutura hierárquica em que os termos são classificados como termo Pai e Termo Filho, a atribuição destes termos é dada pelo usuário, conforme apresenta a Figura 19, além do controle dos sinônimos que e uma das características das linguagens documentárias apresentada por Dodebei (2002).

Figura 19 - Estrutura da taxonomia descritiva

Tópico pai do tópico "Direito Processual Penal".

Tópicos filhos do tópico "Direito Processual Penal".

Fonte: Portal JusBrasil

Tendo como base o Tesouro do STF estes termos são classificados como Termo genérico (TG) e Termo relacionado (TR), conforme a Figura 20.

Figura 20 - Tesouro do STF

Vocabulário Jurídico (Tesouro)

Termo: DIREITO PROCESSUAL PENAL

Resultado da Pesquisa Tesouro: "DIREITO PROCESSUAL PENAL"

Termo	Classificação
DIREITO PROCESSUAL	TG
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	TR
LEI PROCESSUAL PENAL	TR
MATERIA CRIMINAL	TR
DPP DIREITO PROCESSUAL PENAL	CAT

Fonte: Portal do STF.

De acordo com Cintra (1994, p. 33) o TR possui uma relação associativa com o TG, como é apresentado pelo tesouro do STF (Figura 20) e não hierárquico conforme é apresentado pelo Portal JusBrasil (Figura 19). Este modo de apresentação de um termo em um SOC como acontece na taxonomia descritiva, apresentada pelo portal JusBrasil, já foi alertado anteriormente por Cintra (1994, p.33) em relação aos sistemas de classificações.

Os *websites* estudados utilizam a taxonomia na organização do conhecimento disponibilizado por eles. Dessa forma iremos analisar agora, a ocorrência da etiquetagem nos portais.

8.2.3 Utilização da etiquetagem nos *websites* jurídicos

A segunda etapa da pesquisa está relacionada à utilização de etiquetas pelos websites. A etiquetagem é utilizada no *website* JusBrasil, nas notícias, na legislação, nas páginas dos Diários de Justiça e Oficiais, na jurisprudência, além de uma página própria para cada etiqueta. No Portal JusBrasil cada termo relacionada às taxonomias encontradas no portal é uma etiqueta, que é denominada pelo website como tópico e o TG de cada tópico é chamada de “tópico pai” e o TE de “tópico filho” é que apresentado na taxonomia descritiva para o usuário como “SubTópicos” , conforme apresenta a Figura 21. Na página do tópico é disponibilizada toda informação que se encontra na base de dados do *website* que foi classificada com o tópico, conforme apresentado na Figura 21.

Figura 21 - Página principal do tópico direito de família no *website* JusBrasil

Definição do termo.

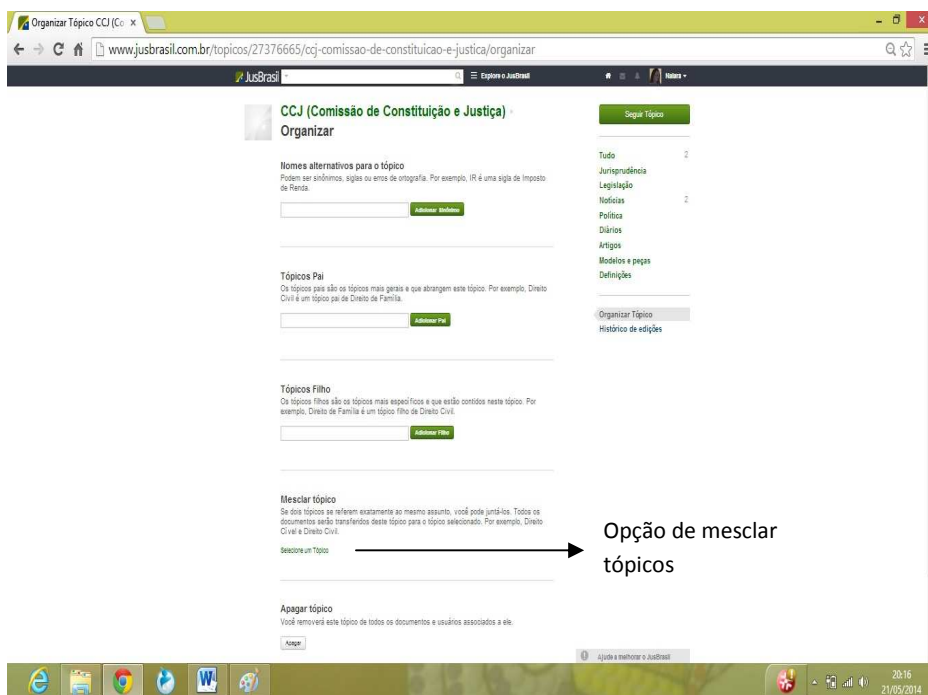
Hierarquização do termo.

Controle de sinônimos.

Fonte: Portal JusBrasil.

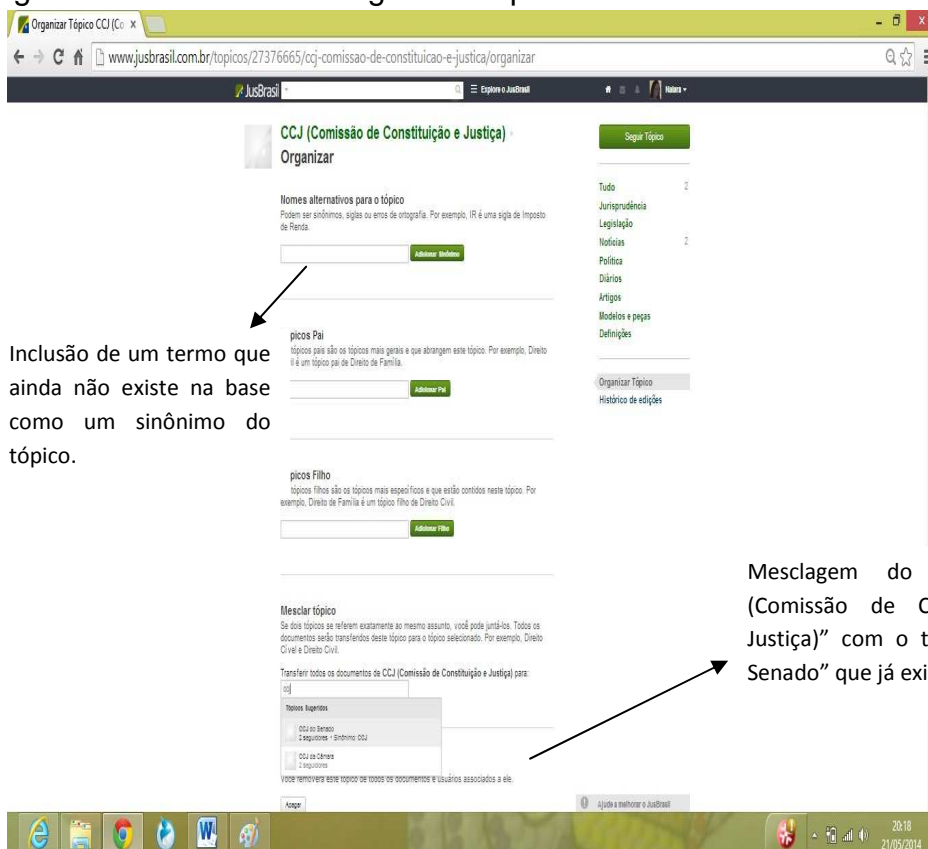
Na página do tópico Direito de Família (Figura 21), pode ser vista a ocorrência do controle de sinônimos, apesar desta característica ser contrária à característica apresentada por Wal (2007) de que a etiquetagem não possui nenhum tipo de controle de sinônimos. O controle de sinônimos é feito quando um usuário cria um termo não existente na base ou mescla o tópico com outro já existente, conforme apresentado nas Figuras 22 e 23.

Figura 22 - Tela de opção de mesclagem de tópico



Fonte: Portal JusBrasil.

Figura 23 - Tela de mesclagem de tópicos



Fonte: Portal JusBrasil.

Conforme a Figura 23 é possível incluir termos que não existem na base do Portal JusBrasil para ser sinônimos do tópico. Ao mesclar um tópico ao outro já existente na base, como o exemplo mostrado na Figura 23 dos termos “CCJ (Comissão de Constituição e Justiça)” e o termo “CCJ do Senado”, todas as informações existentes na base relacionadas ao termo “CCJ” (Comissão de Constituição e Justiça) passarão a fazer parte do tópico “CCJ do Senado”. Quando o usuário efetuar a busca empregando qualquer um desses termos, recuperará os tópicos classificados tanto como “CCJ (Comissão de Constituição e Justiça)” ou classificados com o termo “CCJ do Senado”, já que os mesmos se tornaram sinônimos. Ao comparar esta estrutura organizacional da informação no Portal JusBrasil com a estrutura do tesouro do STF, os termos sinônimos seriam os termos que apresentam as siglas “UP” ou “USE”.

Observamos desta forma, a tentativa do *website* JusBrasil de controlar semanticamente os termos sinônimos, através da colaboração dos usuários. Além que, os tópicos que são utilizados na etiquetagem das informações contidas no portal podem ser organizados hierarquicamente pelos usuários, formando desta maneira as taxonomias utilizadas pelo *website*. O objetivo desta organização e representação da informações contidas no JusBrasil é de facilitar a busca do assunto desejado pelo usuário do portal, estando dessa forma de acordo com as considerações apresentadas por Dodebei (2002).

A etiquetagem utilizada pelo Portal JusBrasil também contradiz outra característica apresentada por Wal (2007), de que não há nenhum tipo de hierarquização nas etiquetas que compõem um sistema de etiquetagem, conforme é apresentado nas Figuras 21 e 24.

Figura 24 - Organização da etiqueta direito de família no portal JusBrasil

The screenshot displays the 'Organizar Tópico' page on JusBrasil. At the top, there's a search bar and navigation tabs for 'Direito Civil' and 'Direito Constitucional'. The main heading is 'Direito de Família - Organizar'. Below this, there are two main sections: 'Tópicos Pai' and 'Tópicos Filho'. The 'Tópicos Pai' section includes a description and a list of sub-topics with counts: 'Tópicos pais do tópico "Direito de Família"' (974), 'Legislação' (175), 'Notícias' (4), 'Política' (606), 'Diários' (14), 'Artigos' (15), 'Modelos e peças' (144), and 'Definições' (3). The 'Tópicos Filho' section includes a description and a list of sub-topics: 'Tutela', 'Ação de Divórcio Cumulada com Pedido de Alimentos', 'Concubinato', 'União Estável', 'Impedimento Dirimente', 'Planejamento Sucessório', 'Reconhecimento de Paternidade', 'Regulamentação de Visitas', 'Separação', 'Separação Litigiosa', 'Testamento', 'Divórcio', 'Divórcio de Brasileiro no Exterior', 'Alimentos', 'Casamento', 'Ação de Alimentos', 'Adoção', 'Guarda Fática', 'Abandono Afetivo', 'Alimentos Avóengos', 'Proteção da Família', 'Residência Familiar', 'União Sócio-Afetiva', 'Destituição do Poder Familiar', 'Guarda Compartilhada', and 'Amante'. A sidebar on the right shows the number of followers (230.383) and a list of sub-topics with counts. The bottom of the page shows the Windows taskbar with the date 21/05/2014 and time 20:25.

Fonte: Portal JusBrasil.

A representação destes tópicos como “tópicos pai” e/ou “tópicos filhos” gera a taxonomia utilizada pelo *website* na sua organização. Os usuários do portal têm total autonomia para inserir tópicos “pais e filhos” ao tópico que estão organizando, não há nenhum número pré-estabelecido de tópicos “pais e filhos” que um tópico poderá receber. Além disto, os usuários possuem a opção de seguir tópicos, que o possibilitará assim que efetuar o *login* no Portal JusBrasil, ter acesso inicialmente as informações que foram classificadas com o tópico que segue. É possível ter acesso também às edições feitas pelos usuários em cada tópico, conforme é apresentado na Figura 25.

Figura 25 - Edições realizadas pelos usuários no tópico direito de família

The screenshot shows the 'Direito de Família' topic page on JusBrasil. The page title is 'Direito de Família Histórico'. On the right, there is a 'Seguir Tópico' button and a list of followers (230,383). Below that is a table of categories and their counts:

Tudo	974
Jurisprudência	175
Legislação	4
Notícias	606
Política	14
Diários	15
Artigos	144
Modelos e peças	13
Definições	3

The main content area lists several documents added by users, each with a 'Reverter' link. An arrow points to the 'Reverter' link for the document 'Divórcio e separação extrajudicial'.

Reverter uma ação feita no tópico pelo usuário.

Fonte: Portal JusBrasil

Os usuários do portal possuem total autonomia para reverter uma ação feita por ele ou por outro usuário referente ao tópico. A adição de um tópico em um documento também é feita pelo usuário e um documento pode receber diversos tópicos, conforme mostra a Figura 26.

Figura 26 - Etiketagem feita por mais de um usuário no portal JusBrasil

The screenshot shows a web browser displaying a news article on the JusBrasil portal. The article title is "Ministério da Justiça anuncia abertura de processo contra Telexfree". The page features several topic tags at the top: "Ministério da Justiça", "Negócio Fraudulento", "Código de Defesa do Consumidor", "Pirâmide Financeira", and "TelexFREE". A sidebar on the right lists users who have added topics: "Gamaliel Barbosa Gonzaga" (Estudante de Direito) and "Naiara Malta" (Bibliotecarista). An arrow points from the text "Usuários que adicionaram tópicos ao documento." to the user list. Below the list are options for reporting the article as inappropriate, repetitive, or irrelevant. The browser's address bar shows the URL: "mp-acjusbrasil.com.br/noticias/100585424/ministerio-da-justica-anuncia-abertura-de-processo-contra-telexfree". The Windows taskbar at the bottom shows the date as 22/05/2014 and the time as 21:21.

Fonte: Portal JusBrasil

A partir da análise da Figura 26, a etiquetagem utilizada pelo portal pode ser classificada como uma *folksonomia* aberta, que conforme Brandt (2009) é aquela em que um documento pode ser classificado por diversos usuários. O processo de inclusão do tópico em um documento ocorre conforme a Figura 27 apresentada a seguir.

Figura 27 - Inclusão de tópicos em um documento



Fonte: Portal JusBrasil .

No processo de inclusão de uma etiqueta em um documento, uma lista de tópicos relacionados ao termo que o usuário está digitando é oferecida no momento da classificação. Desta forma, o usuário ganha tempo na digitação do termo, além de observar os termos sinônimos do tópico que está digitando.

O processo etiquetagem utilizado no Portal JusBrasil é um processo de classificação coletiva. As bases deste processo têm como princípios os mesmos utilizados pelas linguagens documentarias, o que configura deste modo o processo de etiquetagem coletiva utilizada pelo portal como um SOC. No Portal do TJ-SP não foi encontrado nenhuma existência do processo de etiquetagem na organização do conhecimento jurídico, disponibilizado por este canal de informação da Justiça Paulista.

8.2.3 A relação das etiquetas utilizadas pelos websites jurídicos com a tabela do conhecimento da CAPES e o tesouro do STF.

Esta etapa da pesquisa teve o objetivo de verificar se os termos da Tabela do Conhecimento da CAPES, da área do Direito (que na tabela pertence a grande área: Ciências Sociais Aplicadas, conforme é apresentado no Anexo B), são utilizados também como termos da linguagem documentária utilizada pelo STF, o Tesouro Jurídico do STF e se esses termos são etiquetas utilizadas nos portais jurídicos analisados.

O Quadro 14 a seguir apresenta os termos da área do conhecimento do Direito da Tabela da CAPES e a informação se esses termos são encontrados no Tesouro Jurídico do STF e no *website* JusBrasil,. Desta forma, é apresentado em azul e em negrito as subáreas e em preto as especialidades das subáreas da área do Direito, da Tabela da CAPES. As subáreas apresentadas pela tabela são os TG no Tesouro do STF e os “tópicos pai” no Portal JusBrasil e as especialidades são no Tesouro do STF os “TE” e no JusBrasil os “Tópicos filhos”. O portal do TJ-SP não foi analisado nesta parte da pesquisa por não ter sido encontrado no mesmo nenhum processo de etiquetagem na organização e representação do conhecimento.

Quadro 14 - Área do Direito conforme a tabela da CAPES:

Súb-areas e especialidades da área do Direito, segundo a tabela do CNPQ	Encontradas no Tesouro Jurídico do STF	Encontradas como etiquetas no Portal JusBrasil
Teoria do direito	Não	Sim
Teoria geral do direito	Não	Sim
Teoria geral do processo	Não	Sim
Teoria do estado	Não	Não
História do direito	Não	Sim
Filosofia do direito	Não	Não
Lógica jurídica	Não	Não
Sociologia jurídica	Não	Sim
Antropologia jurídica	Não	Sim
Direito público	Sim	Sim
Direito tributário	Sim	Sim
Direito penal	Sim	Sim
Direito processual	Sim	Sim

penal		
Direito processual civil	Sim	Sim
Direito Constitucional	Sim	Sim
Direito administrativo	Sim	Sim
Direito Internacional público	Sim	Sim
Direito Privado	Sim	Sim
Direito civil	Sim	Sim
Direito Comercial	Sim	Sim
Direito do trabalho	Sim	Sim
Direito internacional privado	Sim	Sim
Direitos especiais	Não	Não

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A ocorrência de 19 dos termos que compõem a da área do Direito da Tabela do Conhecimento do CNPQ no JusBrasil e 13 no Tesouro do STF foi verificada, sendo que a área do Direito na Tabela do Conhecimento da CAPES é composta por 23 termos. Os termos utilizados no portal JusBrasil tem realmente a pretensão de organizar e representar o conhecimento jurídico nas suas páginas.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa permitiu analisar a taxonomia e a etiquetagem na organização e representação do conhecimento da informação jurídica nos websites jurídicos do Brasil, especialmente nos websites jurídicos que se encontraram entre os 500 mais consultados em dezembro de 2013. Desta forma, observei que as três tipologias da documentação jurídica são disponibilizadas pelos Websites jurídicos: o JusBrasil e o Portal do Poder Judiciário do Estado de São Paulo. O primeiro portal disponibiliza informações jurídicas de todas as esferas dos Poderes que rege a nação e o segundo somente informações de competência jurisdicional da justiça paulista.

A organização das documentações/informações jurídicas nos websites é feita por meio da taxonomia, sendo que no Portal JusBrasil é realizada através dos três níveis de taxonomia (navegacional, descritiva e de gerenciamento de dados). No Portal do TJ-SP a taxonomia é efetivada somente através de dois níveis (navegacional e de gerenciamento de dados) e os termos utilizados têm a finalidade de representar os documentos/informações contidas no portal.

A etiquetagem também se apresentou como uma forma de organização e representação do conhecimento jurídico no Portal JusBrasil. As etiquetas utilizadas pelos usuários para classificar e representar as informações são os termos que compõem as estruturas das taxonomias utilizadas para organizar o website. No portal JusBrasil as taxonomias de organização do *website* são construídas pelo usuário. Desta forma a taxonomia e a etiquetagem são aliadas na organização e na representação do conhecimento disponível no contido no portal.

A pesquisa também identificou termos que compõem a área do Direito da tabela do conhecimento da CAPES. Esses termos estão disponíveis como elementos do tesouro do STF e são utilizados como etiquetas no website JusBrasil, os quais compõem a estrutura taxonômica do *website*. Esse aspecto evidencia que as etiquetas no portal estão realizando de maneira eficiente a finalidade de representar o conhecimento jurídico.

A Taxonomia e a etiquetagem utilizadas pelo portal JusBrasil encontram-se de acordo com as definições e características apresentadas por Campos e Gomes (2007), Martinez et al (2004), Brandt (2009), dentre outros teóricos da área da CI. Além do mais, não existe uma taxonomia certa ou errada e sim uma taxonomia adequada ao ambiente no qual será aplicada. As taxonomias trabalham no sentido de organizar a informação e/ou conhecimento em relações hierárquicas entre os termos. Assim, a taxonomia e a etiquetagem são sistemas que classificam e facilitam o acesso ao conhecimento registrado nos documentos.

A taxonomia pode ser utilizada como um recurso para a organização e a representação da informação jurídica no ambiente *online*, já que a mesma tem como objetivo organizar, representar e comunicar informações através dos termos que compõem a sua linguagem de representação. Além disso, a etiquetagem colaborativa encontrada no Portal JusBrasil facilita o acesso às informações e documentos da área do Direito.

A utilização da taxonomia e da etiquetagem como instrumentos de organização e representação do conhecimento não é algo novo, já que os mesmos utilizam os fundamentos e as técnicas de diversos sistemas de organização do conhecimento, porém adaptados para a *web*. A taxonomia pode ser considerada uma nova terminologia das tabelas classificatórias de uma determinada área do conhecimento, como por exemplo, a Tabela de Classificação de Direito – DORIS. E a etiquetagem uma tipologia das palavras-chave utilizadas pelos usuários para classificarem um objeto/documento.

Como sugestão de uma pesquisa futura, é proposta a investigação acerca dos níveis de representação das etiquetas utilizadas na classificação dos documentos jurídicos, ou seja, a análise das etiquetas utilizadas pelos usuários do Portal Jurídico JusBrasil com vistas a identificar se estas representam de fato os conteúdos dos documentos disponibilizados pelo website.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carlos Cândido. Desafios para uma teoria peirceana da organização da informação e do conhecimento. In: SILVA, Fabiano Couto Corrêa.; SALES, Rodrigo de. (Org.). **Cenários da organização do conhecimento**: linguagens documentárias em cena. Brasília: Thesaurus, 2011, p. 71-86.

AMARAL, G. L.; OLENIKE, J. E.; AMARAL, L. M. F. **Quantidade de normas editadas no Brasil**: 24 anos da Constituição Federal de 1988. Curitiba: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, 2012. Disponível em < <http://www.ibpt.com.br/img/uploads/novelty/estudo/70/Em24AnosDeConstituicao46MilhoesDeNormasCriadas.pdf> >. Acesso em: 10 dez. 2012.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Introducción a las técnicas de investigación social**: para trabajadores sociales. Buenos Aires: Humanites, 1978.

ATIENZA, C. A. **Documentação jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

BARRETO, Aldo Albuquerque. Padrões de assimilação da informação: a transferência da informação visando a geração do conhecimento. In.: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES Ilza Leite (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, p. 56-99. (Estudos avançados em ciência da informação, v. 2).

BARROS, Lucivaldo. Fontes de informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação jurídica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 201-225.

BARROS, Lucivaldo. Reflexões sobre o ensino da Documentação Jurídica no Brasil: a experiência da disciplina no currículo do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará. In: SEMINARIO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO E JURIDICA, 2007, Brasília. **Anais...**Belo Horizonte, Forum, 2008.

BECKMAN, Clodoaldo; SILVA, Oneide. **Fontes de informação**. Belém: UFPA, Curso de Biblioteconomia, 1967.

BETIOLI, Antonio Bento. **Introdução ao Direito**: lições de propedêutica jurídica tridimensional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRADFORD, S. C. **Documentação**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa e pós-Graduação em Ciência da Informação, 2008. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/1835.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

BRASIL. Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei n 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**,

Brasil, DF, 20 dez. 2006. Disponível em: <
<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/837730/dou-secao-1-20-12-2006-pg-2>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida ; MORAES, Rubens Borba de. **Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro** : 1808-1822. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Kosmos, 1993.

CAMPOS, M. L. de A. **A organização de unidades do conhecimento em hipertexto: o modelo conceitual como um espaço comunicacional para a realização da autoria.** 2001, 198fl. Tese. (doutorado em Ciência da Informação) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

CAMPOS, M.L.A.; GOMES, H.E. Taxonomia e Classificação: a categorização como princípio. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 8, 2007, Salvador. **Anais...** Disponível em: <
<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--101.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2008.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CARLAN, Eliana. **Sistemas de organização do conhecimento: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação**, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CATARINO, M. E.; BAPTISTA, A. A. Folksonomias: características das etiquetas na descrição de recursos da web. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 14, n. esp., p. 46-67, 2009. Disponível em: <

CATARINO, M. E.; BAPTISTA, A. A.. Folksonomia: um novo conceito para a organização dos recursos digitais na Web. **Datagramazero**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, jun. 2007. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/jun07/Art_04.htm>. Acesso em: 1 nov. 2007.

CINTRA, Ana Maria et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2 ed. São Paulo: Polis, 2002.

CONWAY, Susan; SLIGAR, Char. Building taxonomies. In.: _____. Unlocking knowledge assets. Redmont: Microsoft Press, 2002.

CUNHA, Murilo Bastos da. Fontes jurídicas. In: _____. **Manual de fontes de informação**. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2010. p. 126-147.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v7, n.2, p. 101-107, 1978.

DI SPIRITO, Marco Paulo Denucci. O papel da doutrina no de estado democrático direito. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 939, 28 jan. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7896>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

DIAS, Eduardo José Wense. A documentação jurídica. **Revista da faculdade de direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 30, n. 23/25, p. 232-241, 1980/1982.

DUARTE, Martha Izabel de Souza. **Gerenciamento da informação e do conhecimento na área jurídica**. Trabalho apresentado na II Semana de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos, SP, 22 a 26 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.ufscar.br/~semanabci/gerenciamento_juridico.doc>. Acesso em: 17 jan. 2014.

ELLIS, Miriam. Documentos sobre a primeira Biblioteca Publica Oficial de São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, v.14, n.29, p.387-447, 1957.

FEITOSA, A. **Organização da informação na web**: das tags à web semântica. Brasília: Thesaurus, 2006.

FULLIN, Camila Barleta. Perspectivas futuras para a demanda de profissionais da informação e a organização da informação jurídica nos escritórios de advocacia de Campinas. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas v.3, n. 2, p. 31-42, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/include/getdoc.php?id=260&article=61&mode=pdf>>. Acesso em: 9 maio 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/de00/F_I_aut.htm>. Acesso em: 17 abr. 2013.

GUIMARÃES, J. A. C. Formas da informação jurídica: uma contribuição para sua abordagem temática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n1/2, p. 41-54, jan./jun. 1993.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **Análise documentária em jurisprudência**: subsídios para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhistas brasileiros. 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação)-Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do Direito**. 40 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2008.

HODGE, G. Systems of Knowledge Organization for digital Libraries: beyond traditional authorities files. Washington, DC, the Council on Library and Information Resources. 2000. Disponível em:< <http://www.clir.org/pubs/reports/pub91/contents.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

KOBASHI, Nair Yumiko. TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, 15 (Edição Especial): 7- 21, set./dez., 2003.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LÓPEZ-MUÑIZ GOÑI, Miguel. **Informática jurídica documental**. Madrid: Díaz de Santos, 1984.

MAÇOLI, Fábio. **Análise documentária das ementas cíveis**: uma experiência com acórdãos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 2005. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação)-Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES JUNIOR, Alaor Messias. Fontes de informação jurídico-legislativas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 163 - 174, jul./dez.1997.

MARTINEZ, A.; et al. Las categorías o facetas fundamentales: una metodología para el diseño de taxonomías corporativas de sitios Web argentinos. *Ci. Inf.*, Brasília, v.33, n.2, p.106-111, maio/ago. 2004.

MARTINHO, Ana Maria. O bibliotecário jurídico: identidade e competências profissionais. In: Encontro Nacional de Bibliotecas Jurídicas, 1., 2004. **Anais...** Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2006.

MIRANDA, A. L. A ciência da informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário. In: AQUINO, M. de A. **O campo da ciência da informação**. João pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

MIRANDA, M. L. C. A organização do conhecimento e seus paradigmas científicos: algumas questões epistemológicas. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 64-77, 1999.

NAPOLEONE, Luciana Maria; BEFFA, Maria Lucia. Organização do conhecimento jurídico brasileiro: um caso de historiografia biblioteconômica. In: XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2013. Disponível em: < > . Acesso em:

O'REILLY, T. **What Is Web 2.0?**: design patterns and business models for the next generation of software. Disponível em: <<http://oreilly.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web-20.html>>. Acesso em: 06 nov., 2013.

OLIVEIRA, V.S. O Direito e as novas tecnologias da informação e comunicação. **Revista Jurídica Consulex**, v.13, n. 308, p.18-23, Nov. 2006.

OTLET, Paul. **El tratado de Documentación**: el libro sobre El libro: teoría y práctica. (Tradução de: *Traité de documentation: Le livre sur Le livre, théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934).

PASSOS, Edilenice. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994.

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em Direito**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em Direito**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

PERILLO, Amanda Cavalcante; GARBELINI, Maria de Fátima. Avaliação de fontes de informação jurídica na internet. XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação – Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013. **Anais**

PIEIDADE, Maria Antonieta Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

ROBREDO, J. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

ROWLEY, J. E. Organizing knowledge: na introduction to information retrieval. 2ª ed. England: Ashgate, 1992. 509p.

SANTIAGO, Antonio Edilberto. **Competência informacional jurídica e as habilidades em pesquisa**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SILVA, Andréia Gonçalves. **Fontes de informação jurídica**: conceitos e técnicas de leitura para o profissional da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

SILVA, Márcio Bezerra. **A teoria da classificação facetada na modelagem de dados em banco de dados computacionais**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SILVA; Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da ciência da informação; indícios embrionários para sua caracterização identitária. In: **Encontros Biblio**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 7, n. 33 p. 1-29, jan./abr. 2012. ISSN 15182924. DOI. 15182924. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n33p1/21708>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação. & Sociedade: estudos**. João Pessoa, v. 10, n. 2, 2000.

TORRES, Simone. **A caracterização do documento jurídico para a organização da**

Traduzido por Maria Dolores. Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996.

VASCONCELOS, Arnaldo. **Teoria da norma jurídica**. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

Vickery, B. **On 'knowledge organisation'**. Disponível em: <<http://www.lucis.me.uk/knowlorg.htm#start>> . Acesso: 22 jan. 2014.

VIEIRA, Henrique Corrêa; CASTRO, Aline Egges de; SCHUCH JÚNIOR, Vitor Francisco. **O uso de questionários via e-mail em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos respondentes**. Trabalho apresentado no XIII Seminários em Administração - SEMEAD, [São Paulo], setembro de 2010. (ISSN 2177-3866). Disponível em <[http://www.josenorberto.com.br/O uso de questionários via e-mail em pesquisas acadêmicas sob a ótica dos.pdf](http://www.josenorberto.com.br/O%20uso%20de%20question%C3%A1rios%20via%20e-mail%20em%20pesquisas%20acad%C3%AAmicas%20sob%20a%20%C3%B3tica%20dos.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2012.

WAL, T. v. **A stale state of tagging**. 2007. Disponível em: <[http://www.vanderwal.net/random/ category.php?cat=153](http://www.vanderwal.net/random/category.php?cat=153)>. Acesso em: 28 jun. 2009.

WERSIG, G. NEVELING, U. Os fenômenos de interesse da ciência da informação. **Information Scientist**, v.9, n.4, p. 127-140, Dec. 1975.

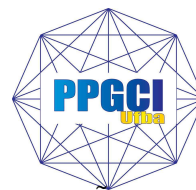
YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAHER, Célia Ribeira. Introdução. In: **Bibliografia Brasileira de Direito 1969/71**, Rio de Janeiro, v. 2, p.2, 1972.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO



FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS RELATIVO À UTILIZAÇÃO DA TAXONOMIA E DA ETIQUETAGEM

1. Informações gerais sobre o website.

Nome: _____

Instituição: _____

URL: _____

Dia de acesso da coleta dos dados: _____

Posição do rank de acesso de consultas diárias global: _____

Posição do rank de acesso de consultas diárias no Brasil: _____

2. Identificação da disponibilidade da documentação jurídica pelo website.

TIPOLOGIA DA DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA	SIM	NÃO
Doutrina		
Legislação		
Jurisprudência		

3. A organização e a representação da informação jurídica pelo website são feitas através da taxonomia? _____

4. Caso a resposta acima seja positiva, classificar o(s) nível(is) de taxonomia utilizada(s) pelo website.

NÍVEL DA TAXONOMIA	SIM	NÃO
Taxonomia navegacional.		
Taxonomia descritiva.		
Taxonomia para gerenciamento de dados.		

5. A organização e a representação da informação jurídica pelo website são feitas através da etiquetagem? _____

6. Caso positiva a resposta da questão 4, identificar no quadro abaixo de que forma a etiquetagem é estabelecida no website.

CARACTERIZAÇÃO DA ETIQUETAGEM NO WEBSITE	SIM	NÃO
As tags só são estabelecidas pelos usuários.		
As tags só são estabelecidas pelos administradores do website		
Há sugestão de tags no sistema para os usuários classificarem a informação desejada.		
Há possibilidade de correção da escrita feita de forma inadequada.		
Há um controle da polissemia dos termos utilizados como tags.		
Há um controle da sinonímia dos termos utilizados como tags.		

7. Identificar se as áreas do conhecimento área do Direito da tabela do CNPQ descritas no quadro abaixo, são utilizadas como tags no website e, se fazem parte do tesouro jurídico do Supremo Tribunal Federal* (STF), conforme a tabela abaixo.

Principais áreas do Direito	São utilizadas como tags	Fazem parte do tesouro jurídico do STF
Direito		
Teoria do direito		
Teoria geral do direito		
Teoria geral do processo		
Teoria do estado		

Historia do direito		
Filosofia do direito		
Lógica jurídica		
Sociologia jurídica		
Antropologia jurídica		
direito publico		
direito tributário		
direito penal		
direito processual penal		
direito processual civil		
direito constitucional		
direito administrativo		
direito internacional publico		
direito privado		
direito civil		
direito comercial		
direito do trabalho		
direito internacional privado		
direitos especiais		

* Foi escolhido o tesouro do STF, pela importância judiciária do mesmo, já que o STF é o órgão de cúpula do Poder Judiciário Brasileiro, tendo jurisdição em todo o território.

ANEXOS

ANEXO – A: IDENTIFICAÇÃO DOS WEBSITES JURÍDICOS

13/12/13 Alexa - Top Sites in Brazil



Search for more

Search

- [Global \(/topsites/global\)](#)
- [By Country \(/topsites/countries\)](#)
- [By Category \(/topsites/category\)](#)

Top Sites in Brazil

The top 500 sites in Brazil.

- 1
[facebook.com \(/siteinfo/facebook.com\)](#)
A social utility that connects people, to keep up with friends, upload photos, share links and ...
More videos.
- 2
[google.com.br \(/siteinfo/google.com.br\)](#)
Buscador que enfoca sus resultados para este país y a nivel internacional tanto en portugués co...
Moremo en inglés.
- 3
[google.com \(/siteinfo/google.com\)](#)
Enables users to search the world's information, including webpages, images, and videos. Offers... More
unique features and search technology.
- 4
[youtube.com \(/siteinfo/youtube.com\)](#)
YouTube is a way to get your videos to the people who matter to you. Upload, tag and share your... More
videos worldwide!
- 5
[uol.com.br \(/siteinfo/uol.com.br\)](#)

www.alexa.com/topsites/countries/0/BR 1/5

13/12/13

Alexa - Top Sites in Brazil

[disponivel.uol.com.br \(/siteinfo/disponivel.uol.com.br\)](http://disponivel.uol.com.br (/siteinfo/disponivel.uol.com.br))

Maior site de relacionamento gay do Brasil com mais de 800 mil homens do mundo todo buscando na...
Moremoro, sexo, amizade, relacionamentos e muito mais.

- 115

[postmoney.com.br \(/siteinfo/postmoney.com.br\)](http://postmoney.com.br (/siteinfo/postmoney.com.br))

- 116

[decolar.com \(/siteinfo/decolar.com\)](http://decolar.com (/siteinfo/decolar.com))

- 117

[jusbrasil.com.br \(/siteinfo/jusbrasil.com.br\)](http://jusbrasil.com.br (/siteinfo/jusbrasil.com.br))

- 118

[band.uol.com.br \(/siteinfo/band.uol.com.br\)](http://band.uol.com.br (/siteinfo/band.uol.com.br))

- 119

[addthis.com \(/siteinfo/addthis.com\)](http://addthis.com (/siteinfo/addthis.com))

Launched in September 2006, AddThis is the #1 bookmarking and sharing button on the Internet. A...
MoreddThis has become the standard button for bookmarking and sharing . The AddThis button spreads
your content across the Web by making it easier for your visitors to bookmark and share it with other
people, again...and again...and again. This simple yet powerful button is very easy to install and provides
valuable Analytics about the bookmarking and sharing activity of your users. ...

- 120

[glispa.com \(/siteinfo/glispa.com\)](http://glispa.com (/siteinfo/glispa.com))

glispa is an international, results-driven online marketing company in Berlin. We help leading ...
Moreadvertisers acquire customers across the globe.

- 121

13/12/13

Alexa - Top Sites in Brazil

The World's #1 Most Visited Video Chat Community.

- 289

noticiasdatv.uol.com.br (/siteinfo/noticiasdatv.uol.com.br)

- 290

youporn.com (/siteinfo/youporn.com)

Users can watch streamed clips and upload their own videos. Premium accounts are also available..

- 291

get-a-fuck-tonight.com (/siteinfo/get-a-fuck-tonight.com)

- 292

ba.gov.br (/siteinfo/ba.gov.br)

- 293

tjsp.jus.br (/siteinfo/tjsp.jus.br)

- 294

scribd.com (/siteinfo/scribd.com)

A digital documents library that allows users to publish, discover and discuss original writing... Mores and documents in various languages.

- 295

infoescola.com (/siteinfo/infoescola.com)

Site de conteúdo educacional, abordando todas as matérias do ensino médio e fundamental, além d... Moree muitos outros assuntos.

- 296

ANEXO B: TABELA DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO DA CAPES



FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

1000003**CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA****ÁREA DE AVALIAÇÃO: MATEMÁTICA / PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA****1010008****MATEMÁTICA**

10101004 ALGEBRA
 10101012 CONJUNTOS
 10101020 LÓGICA MATEMÁTICA
 10101039 TEORIA DOS NÚMEROS
 10101047 GRUPO DE ÁLGEBRA NÃO-COMUTATIVA
 10101055 ÁLGEBRA COMUTATIVA
 10101063 GEOMETRIA ALGÉBRICA
 10102000 ANÁLISE
 10102019 ANÁLISE COMPLEXA
 10102027 ANÁLISE FUNCIONAL
 10102035 ANÁLISE FUNCIONAL NÃO-LINEAR
 10102043 EQUAÇÕES DIFERENCIAIS ORDINÁRIAS
 10102051 EQUAÇÕES DIFERENCIAIS PARCIAIS
 10102060 EQUAÇÕES DIFERENCIAIS FUNCIONAIS
 10103007 GEOMETRIA E TOPOLOGIA
 10103015 GEOMETRIA DIFERENCIAL
 10103023 TOPOLOGIA ALGÉBRICA
 10103031 TOPOLOGIA DAS VARIETADES
 10103040 SISTEMAS DINÂMICOS
 10103058 TEORIA DAS SINGULARIDADES E TEORIA DAS CATÁSTROFES
 10103066 TEORIA DAS FOLHEAÇÕES
 10104003 MATEMÁTICA APLICADA
 10104011 FÍSICA MATEMÁTICA
 10104020 ANÁLISE NUMÉRICA
 10104038 MATEMÁTICA DISCRETA E COMBINATÓRIA

1020002**PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA**

10201017 TEORIA GERAL E FUNDAMENTOS DA PROBABILIDADE
 10201025 TEORIA GERAL E PROCESSOS ESTOCÁSTICOS
 10201033 TEOREMAS DE LIMITE
 10201041 PROCESSOS MARKOVIANOS
 10201050 ANÁLISE ESTOCÁSTICA
 10201068 PROCESSOS ESTOCÁSTICOS ESPECIAIS
 10202005 ESTATÍSTICA
 10202013 FUNDAMENTOS DA ESTATÍSTICA
 10202021 INFERÊNCIA PARAMÉTRICA

10202030	INFERÊNCIA NÃO-PARAMÉTRICA
10202048	INFERÊNCIA EM PROCESSOS ESTOCÁSTICOS
10202056	ANÁLISE MULTIVARIADA
10202064	REGRESSÃO E CORRELAÇÃO
10202072	PLANEJAMENTO DE EXPERIMENTOS
10202080	ANÁLISE DE DADOS
10203001	PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA APLICADAS

ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

10300007	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
10301003	TEORIA DA COMPUTAÇÃO
10301011	COMPUTABILIDADE E MODELOS DE COMPUTAÇÃO
10301020	LINGUAGEM FORMAIS E AUTÔMATOS
10301038	ANÁLISE DE ALGORÍTMOS E COMPLEXIDADE DE COMPUTAÇÃO
10301046	LÓGICAS E SEMÂNTICA DE PROGRAMAS
10302000	MATEMÁTICA DA COMPUTAÇÃO
10302018	MATEMÁTICA SIMBÓLICA
10302026	MODELOS ANALÍTICOS E DE SIMULAÇÃO
10303006	METODOLOGIA E TÉCNICAS DA COMPUTAÇÃO
10303014	LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO
10303022	ENGENHARIA DE SOFTWARE
10303030	BANCO DE DADOS
10303049	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
10303057	PROCESSAMENTO GRÁFICO (GRAPHICS)
10304002	SISTEMA DE COMPUTAÇÃO
10304010	HARDWARE
10304029	ARQUITETURA DE SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO
10304037	SOFTWARE BÁSICO
10304045	TELEINFORMÁTICA

ÁREA DE AVALIAÇÃO: ASTRONOMIA / FÍSICA

10400001	ASTRONOMIA
10401008	ASTRONOMIA DE POSIÇÃO E MECÂNICA CELESTE
10401016	ASTRONOMIA FUNDAMENTAL
10401024	ASTRONOMIA DINÂMICA
10402004	ASTROFÍSICA ESTELAR
10403000	ASTROFÍSICA DO MEIO INTERESTELAR
10403019	MEIO INTERESTELAR
10403027	NEBULOSA
10404007	ASTROFÍSICA EXTRAGALÁTICA
10404015	GALÁXIAS
10404023	AGLOMERADOS DE GALÁXIAS
10404031	QUASARES
10404040	COSMOLOGIA
10405003	ASTROFÍSICA DO SISTEMA SOLAR
10405011	FÍSICA SOLAR
10405020	MOVIMENTO DA TERRA
10405038	SISTEMA PLANETÁRIO
10406000	INSTRUMENTAÇÃO ASTRONÔMICA
10406018	ASTRONOMIA ÓTICA
10406026	RADIOASTRONOMIA

10406034 ASTRONOMIA ESPACIAL
 10406042 PROCESSAMENTO DE DADOS ASTRONÔMICOS

10500006**FÍSICA**

10501002 FÍSICA GERAL
 10501010 MÉTODOS MATEMÁTICOS DA FÍSICA
 10501029 FÍSICA CLÁSSICA E FÍSICA QUÂNTICA; MECÂNICA E CAMPOS
 10501037 RELATIVIDADE E GRAVITAÇÃO
 10501045 FÍSICA ESTATÍSTICA E TERMODINÂMICA
 10501053 METROLOGIA, TECN. GER. DE LAB. E SIST. DE INSTRUMENTAÇÃO
 10501061 INSTRUMENTAÇÃO ESPECÍFICA DE USO GERAL EM FÍSICA
 10502009 ÁREAS CLÁSSICAS DE FENOMENOLOGIA E SUAS APLICAÇÕES
 10502017 ELETRICIDADE E MAGNETISMO; CAMPOS E PARTÍCULAS CARREGADAS
 10502025 ÓTICA
 10502033 ACÚSTICA
 10502041 TRANSFERÊNCIA DE CALOR; PROCESSOS TÉRMICOS E TERMODINÂMICOS
 10502050 MECÂNICA, ELASTICIDADE E REOLOGIA
 10502068 DINÂMICA DOS FLUIDOS
 10503005 FÍSICA DAS PARTÍCULAS ELEMENTARES E CAMPOS
 10503013 TEORIA GERAL DE PARTÍCULAS E CAMPOS
 10503021 TEOR.ESP.E MOD.DE INTERAÇÃO; SIST.DE PARTÍCULAS; R.CÓSMICOS
 10503030 REAÇÕES ESPECÍFICAS E FENOMIOLOGIA DE PARTÍCULAS
 10503048 PROPRIEDADES DE PARTÍCULAS ESPECÍFICAS E RESSONÂNCIAS
 10504001 FÍSICA NUCLEAR
 10504010 ESTRUTURA NUCLEAR
 10504028 DESINTEGRAÇÃO NUCLEAR E RADIOATIVIDADE
 10504036 REAÇÕES NUCLEARES E ESPALHAMENTO GERAL
 10504044 REAÇÕES NUCLEARES E ESPALHAMENTO (REAÇÕES ESPECÍFICAS)
 10504052 PROPRIEDADES DE NÚCLEOS ESPECÍFICOS
 10504060 MET.EXPER.E INSTRUMENT.PARA PART.ELEMENT.E FÍSICA NUCLEAR
 10505008 FÍSICA ATÔMICA E MOLECULAR
 10505016 ESTRUTURA ELETRÔNICA DE ÁTOMOS E MOLÉCULAS; TEORIA
 10505024 ESPECTROS ATÔMICOS E INTEGRAÇÃO DE FÓTONS
 10505032 ESPECTROS MOLECUL. E INTERAÇÕES DE FÓTONS COM MOLÉCULAS
 10505040 PROCESSOS DE COLISÃO E INTERAÇÕES DE ÁTOMOS E MOLÉCULAS
 10505059 INF.SOB.ATOM.E MOL.OBIT.EXPERIMENTALMENTE; INST.E TÉCNICAS
 10505067 ESTUDOS DE ÁTOMOS E MOLÉCULAS ESPECIAIS
 10506004 FÍSICA DOS FLÚIDOS, FÍSICA DE PLASMAS E DESCARGAS ELÉTRICAS
 10506012 CINÉTICA E TEOR.DE TRANSP.DE FLÚIDOS; PROPRIED.FIS.DE GASES
 10506020 FÍSICA DE PLASMAS E DESCARGAS ELÉTRICAS
 10507000 FÍSICA DA MATÉRIA CONDENSADA
 10507019 ESTRUTURA DE LÍQUIDOS E SÓLIDOS; CRISTALOGRAFIA
 10507027 PROPRIEDADES MECÂNICAS E ACÚSTICAS DA MATÉRIA CONDENSADA
 10507035 DINÂMICA DA REDE E ESTATÍSTICA DE CRISTAIS
 10507043 EQUAÇÃO DE ESTADO, EQUILIB. DE FASES E TRANSIÇÕES DE FASES
 10507051 PROPRIEDADES TÉRMICAS DA MATÉRIA CONDENSADA
 10507060 PROPRIEDADES DE TRANSP.DE MATÉRIA COND. (NÃO ELETRÔNICAS)
 10507078 CAMPOS QUÂNTICOS E SÓLIDOS, HÉLIO, LÍQUIDO, SÓLIDO
 10507086 SUPERFÍCIES E INTERFACES; PELÍCULAS E FILAMENTOS
 10507094 ESTADOS ELETRÔNICOS
 10507108 TRANSP.ELETR.E PROPR.ELET.DE SUPERFÍCIES; INTERF.E PELÍCULAS
 10507116 ESTRUT.ELETR.E PROPR.ELET.DE SUPERFÍCIES; INTERF.E PELÍCULAS
 10507124 SUPERCONDUTIVIDADE
 10507132 MATERIAIS MAGNÉTICOS E PROPRIEDADES MAGNÉTICAS

10507140 RESS.MAGN. REL.MAT.COND.; EFEIT.MOSBAUER; CORR.ANG.PERTUBADA
 10507159 MATERIAIS DIELÉTRICOS E PROPRIEDADES DIELÉTRICAS
 10507167 PROP.OTIC.E ESPEC.MATR.COND.; OUTRAS INTER.MAT.COM RAD.PART.
 10507175 EMISSÃO ELETRON.E IÔNICA POR LIQ.E SÓLIDOS; FENOM.DE IMPACTO

ÁREA DE AVALIAÇÃO: QUÍMICA

10600000

QUÍMICA

10601007 QUÍMICA ORGÂNICA
 10601015 ESTRUTURA, CONFORMAÇÃO E ESTEREOQUÍMICA
 10601023 SÍNTESE ORGÂNICA
 10601031 FÍSICO-QUÍMICA ORGÂNICA
 10601040 FOTOQUÍMICA ORGÂNICA
 10601058 QUÍMICA DOS PRODUTOS NATURAIS
 10601066 EVOLUÇÃO, SISTEMÁTICA E ECOLOGIA QUÍMICA
 10601074 POLÍMEROS E COLÓIDES
 10602003 QUÍMICA INORGÂNICA
 10602011 CAMPOS DE COORDENAÇÃO
 10602020 NÃO-METAIS E SEUS COMPOSTOS
 10602038 COMPOSTOS ORGANO-METÁLICOS
 10602046 DETERMINAÇÃO DE ESTRUTURAS DE COMPOSTOS INORGÂNICOS
 10602054 FOTO-QUÍMICA INORGÂNICA
 10602062 FÍSICO QUÍMICA INORGÂNICA
 10602070 QUÍMICA BIO-INORGÂNICA
 10603000 FÍSICO-QUÍMICA
 10603018 CINÉTICA QUÍMICA E CATALISE
 10603026 ELETROQUÍMICA
 10603034 ESPECTROSCOPIA
 10603042 QUÍMICA DE INTERFACES
 10603050 QUÍMICA DO ESTADO CONDENSADO
 10603069 QUÍMICA NÚCLEAR E RADIOQUÍMICA
 10603077 QUÍMICA TEÓRICA
 10603085 TERMODINÂMICA QUÍMICA
 10604006 QUÍMICA ANALÍTICA
 10604014 SEPARAÇÃO
 10604022 MÉTODOS ÓTICOS DE ANÁLISE
 10604030 ELETROANALÍTICA
 10604049 GRAVIMETRIA
 10604057 TITIMETRIA
 10604065 INSTRUMENTAÇÃO ANALÍTICA
 10604073 ANÁLISE DE TRAÇOS E QUÍMICA AMBIENTAL

ÁREA DE AVALIAÇÃO: GEOCIÊNCIAS

10700005

GEOCIÊNCIAS

10701001 GEOLOGIA
 10701010 MINERALOGIA
 10701028 PETROLOGIA
 10701036 GEOQUÍMICA
 10701044 GEOLOGIA REGIONAL
 10701052 GEOTECTÔNICA
 10701060 GEOCRONOLOGIA
 10701079 CARTOGRAFIA GEOLÓGICA

10701087	METALOGENIA
10701095	HIDROGEOLOGIA
10701109	PROSPECÇÃO MINERAL
10701117	SEDIMENTOLOGIA
10701125	PALEONTOLOGIA ESTRATIGRÁFICA
10701133	ESTRATIGRAFIA
10701141	GEOLOGIA AMBIENTAL
10702008	GEOFÍSICA
10702016	GEOMAGNETISMO
10702024	SISMOLOGIA
10702032	GEOTERMIA E FLUXO TÉRMICO
10702040	PROPRIEDADES FÍSICAS DAS ROCHAS
10702059	GEOFÍSICA NUCLEAR
10702067	SENSORIAMENTO REMOTO
10702075	AERONOMIA
10702083	DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTAÇÃO GEOFÍSICA
10702091	GEOFÍSICA APLICADA
10702105	GRAVIMETRIA
10703004	METEOROLOGIA
10703012	METEOROLOGIA DINÂMICA
10703020	METEOROLOGIA SINÓTICA
10703039	METEOROLOGIA FÍSICA
10703047	QUÍMICA DA ATMOSFERA
10703055	INSTRUMENTAÇÃO METEOROLÓGICA
10703063	CLIMATOLOGIA
10703071	MICROMETEOROLOGIA
10703080	SENSORIAMENTO REMOTO DA ATMOSFERA
10703098	METEOROLOGIA APLICADA
10704000	GEODÉSIA
10704019	GEODÉSIA FÍSICA
10704027	GEODÉSIA GEOMÉTRICA
10704035	GEODÉSIA CELESTE
10704043	FOTOGRAFIA
10704051	CARTOGRAFIA BÁSICA
10705007	GEOGRAFIA FÍSICA
10705015	GEOMORFOLOGIA
10705023	CLIMATOLOGIA GEOGRÁFICA
10705031	PEDOLOGIA
10705040	HIDROGEOGRAFIA
10705058	GEOECOLOGIA
10705066	FOTOGEOGRAFIA (FÍSICO-ECOLÓGICA)
10705074	GEOCARTOGRAFIA
10802002	OCEANOGRAFIA FÍSICA
10802010	VARIÁVEIS FÍSICAS DA ÁGUA DO MAR
10802029	MOVIMENTO DA ÁGUA DO MAR
10802037	ORIGEM DAS MASSAS DE ÁGUA
10802045	INTERAÇÃO DO OCEANO COM O LEITO DO MAR
10802053	INTERAÇÃO DO OCEANO COM A ATMOSFERA
10803009	OCEANOGRAFIA QUÍMICA
10803017	PROPRIEDADES QUÍMICAS DA ÁGUA DO MAR
10803025	INTER.QUÍM.-BIOL./GEOL.DAS SUBST. QUÍM.DA ÁGUA DO MAR
10804005	OCEANOGRAFIA GEOLÓGICA
10804013	GEOMORFOLOGIA SUBMARINA
10804021	SEDIMENTOLOGIA MARINHA

10804030 GEOFÍSICA MARINHA
10804048 GEOQUÍMICA MARINHA

20000006**CIÊNCIAS BIOLÓGICAS****ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I****20100000****BIOLOGIA GERAL****20200005****GENÉTICA**

20201001 GENÉTICA QUANTITATIVA
20202008 GENÉTICA MOLECULAR E DE MICROORGANISMOS
20203004 GENÉTICA VEGETAL
20204000 GENÉTICA ANIMAL
20205007 GENÉTICA HUMANA E MÉDICA
20206003 MUTAGENESE

ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II**20600003****MORFOLOGIA**

20601000 CITOLOGIA E BIOLOGIA CELULAR
20602006 EMBRIOLOGIA
20603002 HISTOLOGIA
20604009 ANATOMIA
20604017 ANATOMIA HUMANA
20604025 ANATOMIA ANIMAL

20700008**FISIOLOGIA**

20701004 FISIOLOGIA GERAL
20702000 FISIOLOGIA DOS ÓRGÃOS E SISTEMAS
20702019 NEUROFISIOLOGIA
20702027 FISIOLOGIA CARDIOVASCULAR
20702035 FISIOLOGIA DA RESPIRAÇÃO
20702043 FISIOLOGIA RENAL
20702051 FISIOLOGIA ENDÓCRINA
20702060 FISIOLOGIA DA DIGESTÃO
20702078 CINESIOLOGIA
20703007 FISIOLOGIA DO ESFORÇO
20704003 FISIOLOGIA COMPARADA

20800002**BIOQUÍMICA**

20801009 QUÍMICA DE MACROMOLÉCULAS
20801017 PROTEÍNAS
20801025 LIPÍDEOS
20801033 GLICÍDEOS
20802005 BIOQUÍMICA DOS MICROORGANISMOS
20803001 METABOLISMO E BIOENERGÉTICA
20804008 BIOLOGIA MOLECULAR
20805004 ENZIMOLOGIA

20900007**BIOFÍSICA**

20901003 BIOFÍSICA MOLECULAR

20902000 BIOFÍSICA CELULAR
 20903006 BIOFÍSICA DE PROCESSOS E SISTEMAS
 20904002 RADIOLOGIA E FOTOBIOLOGIA

21000000 FARMACOLOGIA

21001006 FARMACOLOGIA GERAL
 21001014 FARMACOCINÉTICA
 21001022 BIODISPONIBILIDADE
 21002002 FARMACOLOGIA AUTONÔMICA
 21003009 NEUROPSICOFARMACOLOGIA
 21004005 FARMACOLOGIA CARDIORENAL
 21005001 FARMACOLOGIA BIOQUÍMICA E MOLECULAR
 21006008 ETNOFARMACOLOGIA
 21007004 TOXICOLOGIA
 21008000 FARMACOLOGIA CLÍNICA

ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS III

21100004 IMUNOLOGIA

21101000 IMUNOQUÍMICA
 21102007 IMUNOLOGIA CELULAR
 21103003 IMUNOGENÉTICA
 21104000 IMUNOLOGIA APLICADA

21200009 MICROBIOLOGIA

21201005 BIOLOGIA E FISILOGIA DOS MICROORGANISMOS
 21201013 VIROLOGIA
 21201021 BACTEROLOGIA
 21201030 MICOLOGIA
 21202001 MICROBIOLOGIA APLICADA
 21202010 MICROBIOLOGIA MÉDICA
 21202028 MICROBIOLOGIA INDUSTRIAL E DE FERMENTAÇÃO

21300003 PARASITOLOGIA

21301000 PROTOZOOLOGIA DE PARASITOS
 21301018 PROTOZOOLOGIA PARASITÁRIA HUMANA
 21301026 PROTOZOOLOGIA PARASITÁRIA ANIMAL
 21302006 HELMINTOLOGIA DE PARASITOS
 21302014 HELMINTOLOGIA HUMANA
 21302022 HELMINTOLOGIA ANIMAL
 21303002 ENTOMOLOGIA E MALACOLOGIA DE PARASITOS E VETORES

ÁREA DE AVALIAÇÃO: BIODIVERSIDADE

20500009 ECOLOGIA

20501005 ECOLOGIA TEÓRICA
 20502001 ECOLOGIA DE ECOSISTEMAS
 20503008 ECOLOGIA APLICADA

10800000 OCEANOGRAFIA

10801006 OCEANOGRAFIA BIOLÓGICA
 10801014 INTER.ENTRE OS ORGAN.MARINHOS E OS PARÂMETROS AMBIENTAIS

20300000 BOTÂNICA

20301006	PALEOBOTÂNICA
20302002	MORFOLOGIA VEGETAL
20302010	MORFOLOGIA EXTERNA
20302029	CITOLOGIA VEGETAL
20302037	ANATOMIA VEGETAL
20302045	PALINOLOGIA
20303009	FISIOLOGIA VEGETAL
20303017	NUTRIÇÃO E CRESCIMENTO VEGETAL
20303025	REPRODUÇÃO VEGETAL
20303033	ECOFISIOLOGIA VEGETAL
20304005	TAXONOMIA VEGETAL
20304013	TAXONOMIA DE CRIPTÓGAMOS
20304021	TAXONOMIA DE FANEROGAMOS
20305001	FITOGEOGRAFIA
20306008	BOTÂNICA APLICADA

20400004**ZOOLOGIA**

20401000	PALEOZOOLOGIA
20402007	MORFOLOGIA DOS GRUPOS RECENTES
20403003	FISIOLOGIA DOS GRUPOS RECENTES
20404000	COMPORTAMENTO ANIMAL
20405006	TAXONOMIA DOS GRUPOS RECENTES
20406002	ZOOLOGIA APLICADA
20406010	CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES ANIMAIS
20406029	UTILIZAÇÃO DOS ANIMAIS
20406037	CONTROLE POPULACIONAL DE ANIMAIS

30000009**ENGENHARIAS****ÁREA DE AVALIAÇÃO: ENGENHARIAS I****30100003****ENGENHARIA CIVIL**

30101000	CONSTRUÇÃO CIVIL
30101018	MATERIAIS E COMPONENTES DE CONSTRUÇÃO
30101026	PROCESSOS CONSTRUTIVOS
30101034	INSTALAÇÕES PREDIAIS
30102006	ESTRUTURAS
30102014	ESTRUTURAS DE CONCRETO
30102022	ESTRUTURAS DE MADEIRAS
30102030	ESTRUTURAS METÁLICAS
30102049	MECÂNICA DAS ESTRUTURAS
30103002	GEOTÉCNICA
30103010	FUNDAÇÕES E ESCAVAÇÕES
30103029	MECÂNICAS DAS ROCHAS
30103037	MECÂNICA DOS SOLOS
30103045	OBRAS DE TERRA E ENROCAMENTO
30103053	PAVIMENTOS
30104009	ENGENHARIA HIDRÁULICA
30104017	HIDRÁULICA
30104025	HIDROLOGIA
30105005	INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES
30105013	AEROPORTOS; PROJETO E CONSTRUÇÃO

30105021 FERROVIAS; PROJETOS E CONSTRUÇÃO
 30105030 PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS; PROJETO E CONSTRUÇÃO
 30105048 RODOVIAS; PROJETO E CONSTRUÇÃO

30700000**ENGENHARIA SANITÁRIA**

30701007 RECURSOS HÍDRICOS
 30701015 PLANEJAMENTO INTEGRADO DOS RECURSOS HÍDRICOS
 30701023 TECNOLOGIA E PROBLEMAS SANITÁRIOS DE IRRIGAÇÃO
 30701031 ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E POÇOS PROFUNDOS
 30701040 CONTROLE DE ENCHENTES E DE BARRAGENS
 30701058 SEDIMENTOLOGIA
 30702003 TRATAMENTO DE ÁGUAS DE ABASTECIMENTO E RESIDUÁRIAS
 30702011 QUÍMICA SANITÁRIA
 30702020 PROCESSOS SIMPLIFICADOS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS
 30702038 TÉCNICAS CONVENCIONAIS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS
 30702046 TÉCNICAS AVANÇADAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS
 30702054 ESTUDOS E CARACTERIZAÇÃO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS
 30702062 LAY OUT DE PROCESSOS INDUSTRIAIS
 30702070 RESÍDUOS RADIOATIVOS
 30702078 TÉCNICAS CONVENCIONAIS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS
 30703000 SANEAMENTO BÁSICO
 30703018 TÉCNICAS DE ABASTECIMENTO DA ÁGUA
 30703026 DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUÁRIAS
 30703034 DRENAGEM URBANA DE ÁGUAS PLUVIAIS
 30703042 RESÍDUOS SÓLIDOS, DOMÉSTICOS E INDUSTRIAIS
 30703050 LIMPEZA PÚBLICA
 30703069 INSTALAÇÕES HIDRÁULICO-SANITÁRIAS
 30704006 SANEAMENTO AMBIENTAL
 30704014 ECOLOGIA APLICADA À ENGENHARIA SANITÁRIA
 30704022 MICROBIOLOGIA APLICADA E ENGENHARIA SANITÁRIA
 30704030 PARASITOLOGIA APLICADA À ENGENHARIA SANITÁRIA
 30704049 QUALIDADE DO AR, DAS ÁGUAS E DO SOLO
 30704057 CONTROLE DA POLUIÇÃO
 30704065 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

31000002**ENGENHARIA DE TRANSPORTES**

31001009 PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES
 31001017 PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE
 31001025 ECONOMIA DOS TRANSPORTES
 31002005 VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE CONTROLE
 31002013 VIAS DE TRANSPORTE
 31002021 VEÍCULOS DE TRANSPORTES
 31002030 ESTAÇÃO DE TRANSPORTE
 31002048 EQUIPAMENTOS AUXILIARES E CONTROLES
 31003001 OPERAÇÕES DE TRANSPORTES
 31003010 ENGENHARIA DE TRÁFEGO
 31003028 CAPACIDADE DE VIAS DE TRANSPORTE
 31003036 OPERAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSPORTE

ÁREA DE AVALIAÇÃO: ENGENHARIAS II**30200008****ENGENHARIA DE MINAS**

30201004 PESQUISA MINERAL
 30201012 CARACTERIZAÇÃO DO MINÉRIO

30201020	DIMENSIONAMENTO DE JAZIDAS
30202000	LAVRA
30202019	LAVRA A CÉU ABERTO
30202027	LAVRA DE MINA SUBTERRÂNEA
30202035	EQUIPAMENTOS DE LAVRA
30203007	TRATAMENTO DE MINÉRIOS
30203015	MÉTODOS DE CONCENTRAÇÃO E ENRIQUECIMENTOS DE MINÉRIOS
30203023	EQUIPAMENTOS DE BENEFICIAMENTO DE MINÉRIOS

30300002 ENGENHARIA DE MATERIAIS E METALÚRGICA

30301009	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS METALÚRGICOS
30301017	INSTALAÇÕES METALÚRGICAS
30301025	EQUIPAMENTOS METALÚRGICOS
30302005	METALURGIA EXTRATIVA
30302013	AGLOMERAÇÃO
30302021	ELETROMETALURGIA
30302030	HIDROMETALURGIA
30302048	PIROMETALURGIA
30302056	TRATAMENTO DE MINÉRIOS
30303001	METALURGIA DE TRANSFORMAÇÃO
30303010	CONFORMAÇÃO MECÂNICA
30303028	FUNDIÇÃO
30303036	METALURGIA DE PÓ
30303044	RECOBRIMENTOS
30303052	SOLDAGEM
30303060	TRATAMENTO TÉRMICO, MECÂNICOS E QUÍMICOS
30303079	USINAGEM
30304008	METALURGIA FÍSICA
30304016	ESTRUTURA DOS METAIS E LIGAS
30304024	PROPRIEDADES FÍSICAS DOS METAIS E LIGAS
30304032	PROPRIEDADES MECÂNICAS DOS METAIS E LIGAS
30304040	TRANSFORMAÇÃO DE FASES
30304059	CORROSÃO
30305004	MATERIAIS NÃO-METÁLICOS
30305012	EXTRAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE MATERIAIS
30305020	CERÂMICOS
30305039	MATERIAIS CONJUGADOS NÃO-METÁLICOS
30305047	POLÍMEROS, APLICAÇÕES

30600006 ENGENHARIA QUÍMICA

30601002	PROCESSOS INDUSTRIAIS DE ENGENHARIA QUÍMICA
30601010	PROCESSOS BIOQUÍMICOS
30601029	PROCESSOS ORGÂNICOS
30601037	PROCESSOS INORGÂNICOS
30602009	OPERAÇÕES INDUSTRIAIS E EQUIPAMENTOS PARA ENG. QUÍMICA
30602017	REATORES QUÍMICOS
30602025	OPERAÇÕES CARACTERÍSTICAS DE PROCESSOS BIOQUÍMICOS
30602033	OPERAÇÕES DE SEPARAÇÃO E MISTURA
30603005	TECNOLOGIA QUÍMICA
30603013	BALANÇOS GLOBAIS DE MATÉRIA E ENERGIA
30603021	ÁGUA
30603030	ÁLCOOL
30603048	ALIMENTOS
30603056	BORRACHAS
30603064	CARVÃO

30603072	CERÂMICA
30603080	CIMENTO
30603099	COURO
30603102	DETERGENTES
30603110	FERTILIZANTES
30603129	MEDICAMENTOS
30603137	METAIS NÃO-FERROSOS
30603145	ÓLEOS
30603153	PAPEL E CELULOSE
30603161	PETRÓLEO E PETROQUÍMICA
30603170	POLÍMEROS
30603188	PRODUTOS NATURAIS
30603196	TÉXTEIS
30603200	TRATAMENTOS E APROVEITAMENTOS DE REJEITOS
30603218	XISTO

30900000**ENGENHARIA NUCLEAR**

30901006	APLICAÇÕES DE RADIOISÓTOPOS
30901014	PRODUÇÃO DE RADIOISÓTOPOS
30901022	APLICAÇÕES INDUSTRIAIS DE RADIOISÓTOPOS
30901030	INSTRUMENTAÇÃO PARA MEDIDA E CONTROLE DE RADIAÇÃO
30902002	FUSÃO CONTROLADA
30902010	PROCESSOS INDUSTRIAIS DA FUSÃO CONTROLADA
30902029	PROBLEMAS TECNOLÓGICOS DA FUSÃO CONTROLADA
30903009	COMBUSTÍVEL NUCLEAR
30903017	EXTRAÇÃO DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR
30903025	CONVERSÃO, ENRIQUECIMENTO E FABRICAÇÃO DE COMBUST. NUCLEAR
30903033	REPROCESSAMENTO DO COMBUSTÍVEL NUCLEAR
30903041	REJEITOS DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR
30904005	TECNOLOGIA DOS REATORES
30904013	NÚCLEO DO REATOR
30904021	MATERIAIS NUCLEARES E BLINDAGEM DE REATORES
30904030	TRANSFERÊNCIA DE CALOR EM REATORES
30904048	GERAÇÃO E INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS ELÉTRICOS EM REATORES
30904056	INSTRUMENTAÇÃO PARA OPERAÇÃO E CONTROLE DE REATORES
30904064	SEGURANÇA, LOCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO DE REATORES
30904072	ASPECTOS ECONÔMICOS DE REATORES

ÁREA DE AVALIAÇÃO: ENGENHARIAS III**30500001****ENGENHARIA MECÂNICA**

30501008	FENÔMENOS DE TRANSPORTES
30501016	TRANSFERÊNCIA DE CALOR
30501024	MECÂNICA DOS FLUÍDOS
30501032	DINÂMICA DOS GASES
30501040	PRINCÍPIOS VARIACIONAIS E MÉTODOS NUMÉRICOS
30502004	ENGENHARIA TÉRMICA
30502012	TERMODINÂMICA
30502020	CONTROLE AMBIENTAL
30502039	APROVEITAMENTO DA ENERGIA
30503000	MECÂNICA DOS SÓLIDOS
30503019	MECÂNICA DOS CORPOS SÓLIDOS, ELÁSTICOS E PLÁSTICOS
30503027	DINÂMICA DOS CORPOS RÍGIDOS, ELÁSTICOS E PLÁSTICOS
30503035	ANÁLISE DE TENSÕES

30503043	TERMOELASTICIDADE
30504007	PROJETOS DE MÁQUINAS
30504015	TEORIA DOS MECANISMOS
30504023	ESTÁTICA E DINÂMICA APLICADA
30504031	ELEMENTOS DE MÁQUINAS
30504040	FUNDAMENTOS GERAIS DE PROJETOS DAS MÁQUINAS
30504058	MÁQUINAS, MOTORES E EQUIPAMENTOS
30504066	MÉTODOS DE SÍNTESE E OTIMIZAÇÃO APLICADOS AO PROJ. MECÂNICO
30504074	CONTROLE DE SISTEMAS MECÂNICOS
30504082	APROVEITAMENTO DE ENERGIA
30505003	PROCESSOS DE FABRICAÇÃO
30505011	MATRIZES E FERRAMENTAS
30505020	MÁQUINAS DE USINAGEM E CONFORMAÇÃO
30505038	CONTROLE NUMÉRICO
30505046	ROBOTIZAÇÃO
30505054	PROCESSOS DE FABRICAÇÃO, SELEÇÃO ECONÔMICA

30800005**ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

30801001	GERÊNCIA DE PRODUÇÃO
30801010	PLANEJAMENTO DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS
30801028	PLANEJAMENTO, PROJETO E CONTROLE DE SIST. DE PRODUÇÃO
30801036	HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO
30801044	SUPRIMENTOS
30801052	GARANTIA DE CONTROLE DE QUALIDADE
30802008	PESQUISA OPERACIONAL
30802016	PROCESSOS ESTOCÁSTICOS E TEORIAS DAS FILAS
30802024	PROGRAMAÇÃO LINEAR, NÃO-LINEAR, MISTA E DINÂMICA
30802032	SÉRIES TEMPORAIS
30802040	TEORIA DOS GRAFOS
30802059	TEORIA DOS JOGOS
30803004	ENGENHARIA DO PRODUTO
30803012	ERGONOMIA
30803020	METODOLOGIA DE PROJETO DO PRODUTO
30803039	PROCESSOS DE TRABALHO
30803047	GERÊNCIA DO PROJETO E DO PRODUTO
30803055	DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO
30804000	ENGENHARIA ECONÔMICA
30804019	ESTUDO DE MERCADO
30804027	LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL
30804035	ANÁLISE DE CUSTOS
30804043	ECONOMIA DE TECNOLOGIA
30804051	VIDA ECONÔMICA DOS EQUIPAMENTOS
30804060	AVALIAÇÃO DE PROJETOS

31100007**ENGENHARIA NAVAL E OCEÂNICA**

31101003	HIDRODINÂMICA DE NAVIOS E SISTEMAS OCEÂNICOS
31101011	RESISTÊNCIA HIDRODINÂMICA
31101020	PROPULSÃO DE NAVIOS
31102000	ESTRUTURAS NAVAIS E OCEÂNICAS
31102018	ANÁLISE TEÓRICA E EXPERIMENTAL DE ESTRUTURA
31102026	DINÂMICA ESTRUTURAL NAVAL E OCEÂNICA
31102034	SÍNTESE ESTRUTURAL NAVAL E OCEÂNICA
31103006	MÁQUINAS MARÍTIMAS
31103014	ANÁLISE DE SISTEMAS PROPULSORES
31103022	CONTROLE E AUTOMAÇÃO DE SISTEMAS PROPULSORES

31103030	EQUIPAMENTOS AUXILIARES DO SISTEMA PROPULSIVO
31103049	MOTOR DE PROPULSÃO
31104002	PROJETOS DE NAVIOS E DE SISTEMAS OCEÂNICOS
31104010	PROJETOS DE NAVIOS
31104029	PROJETOS DE SISTEMAS OCEÂNICOS FIXOS E SEMI-FIXOS
31104037	PROJETOS DE EMBARCAÇÕES NÃO-CONVENCIONAIS
31105009	TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÃO NAVAL E DE SISTEMAS OCEÂNICOS
31105017	MÉTODOS DE FABRICAÇÃO DE NAVIOS E SISTEMAS OCEÂNICOS
31105025	SOLDAGEM DE ESTRUTURAS NAVAIS E OCEÂNICOS
31105033	CUSTOS DE CONSTRUÇÃO NAVAL
31105041	NORMATIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE DE NAVIOS

31200001**ENGENHARIA AEROESPACIAL**

31201008	AERODINÂMICA
31201016	AERODINÂMICA DE AERONAVES ESPACIAIS
31201024	AERODINÂMICA DOS PROCESSOS GEOFÍSICOS E INTERPLANETÁRIOS
31202004	DINÂMICA DE VÔO
31202012	TRAJETÓRIAS E ÓRBITAS
31202020	ESTABILIDADE E CONTROLE
31203000	ESTRUTURAS AEROESPACIAIS
31203019	AEROELASTICIDADE
31203027	FADIGA
31203035	PROJETOS DE ESTRUTURAS AEROESPACIAIS
31204007	MATERIAIS E PROCESSOS P/ENGENHARIA AERON. E AEROESPACIAL
31205003	PROPULSÃO AEROESPACIAL
31205011	COMBUSTÃO E ESCOAMENTO COM REAÇÕES QUÍMICAS
31205020	PROPULSÃO DE FOGUTES
31205038	MÁQUINAS DE FLUXO
31205046	MOTORES ALTERNATIVOS
31206000	SISTEMAS AEROESPACIAIS
31206018	AVIÕES
31206026	FOGUETES
31206034	HELICÓPTEROS
31206042	HOVERCRAFT
31206050	SATÉLITES E OUTROS DISPOSITIVOS AEROESPACIAIS
31206069	NORMATIZAÇÃO E CERT. DE QUAL. DE AERONAVES E COMPONENTES
31206077	MANUTENÇÃO DE SISTEMAS AEROESPACIAIS

ÁREA DE AVALIAÇÃO: ENGENHARIAS IV**30400007****ENGENHARIA ELÉTRICA**

30401003	MATERIAIS ELÉTRICOS
30401011	MATERIAIS CONDUTORES
30401020	MATERIAIS E COMPONENTES SEMICONDUTORES
30401038	MATERIAIS E DISPOSITIVOS SUPERCONDUTORES
30401046	MATERIAIS DIELÉTRICOS, PIESOELÉTRICOS E FERROELÉTRICOS
30401054	MAT. E COMP. ELETROÓTICOS E MAGNET., MAT. FOTOELÉTRICOS
30401062	MATERIAIS E DISPOSITIVOS MAGNÉTICOS
30402000	MEDIDAS ELÉTRICAS, MAGNÉTICAS E ELETRÔNICAS; INSTRUMENTAÇÃO
30402018	MEDIDAS ELÉTRICAS
30402026	MEDIDAS MAGNÉTICAS
30402034	INSTRUMENTAÇÃO ELETROMECAÂNICA
30402042	INSTRUMENTAÇÃO ELETRÔNICA
30402050	SISTEMAS ELETRÔNICOS DE MEDIDAS E DE CONTROLE

30403006	CIRCUITOS ELÉTRICOS, MAGNÉTICOS E ELETRÔNICOS
30403014	TEORIA GERAL DOS CIRCUITOS ELÉTRICOS
30403022	CIRCUITOS LINEARES E NÃO LINEARES
30403030	CIRCUITOS ELETRÔNICOS
30403049	CIRCUITOS MAGNÉTICOS, MAGNÉTISMO, ELETROMAGNÉTISMO
30404002	SISTEMAS ELÉTRICOS DE POTÊNCIA
30404010	GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
30404029	TRANSMISSÃO DA ENERGIA ELET., DISTRIB. DA ENERGIA ELÉTRICA
30404037	CONVERSÃO E RETIFICAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA
30404045	MEDIÇÃO, CONTROLE, CORREÇÃO E PROTEÇÃO DE SIST. ELET. E POT.
30404053	MÁQUINAS ELÉTRICAS E DISPOSITIVOS DE POTÊNCIA
30404061	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS E INDUSTRIAIS
30405009	ELETRÔNICA INDUSTRIAL, SISTEMAS E CONTROLES ELETRÔNICOS
30405017	ELETRÔNICA INDUSTRIAL
30405025	AUTOMAÇÃO ELETRÔNICA DE PROCESSOS ELÉTRICOS E INDUSTRIAIS
30405033	CONTROLE DE PROCESSOS ELETRÔNICOS, RETROALIMENTAÇÃO
30406005	TELECOMUNICAÇÕES
30406013	TEORIA ELETROMAG., MICROONDAS, PROPAGAÇÃO DE ONDAS, ANTENAS
30406021	RADIONAVEGAÇÃO E RADIOASTRONOMIA
30406030	SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES

31300006**ENGENHARIA BIOMÉDICA**

31301002	BIOENGENHARIA
31301010	PROCESSAMENTO DE SINAIS BIOLÓGICOS
31301029	MODELAGEM DE FENÔMENOS BIOLÓGICOS
31301037	MODELAGEM DE SISTEMAS BIOLÓGICOS
31302009	ENGENHARIA MÉDICA
31302017	BIOMATERIAIS E MATERIAIS BIOCAMPATÍVEIS
31302025	TRANSDUTORES PARA APLICAÇÕES BIOMÉDICAS
31302033	INSTRUMENTAÇÃO ODONTOLÓGICA E MÉDICO-HOSPITALAR
31302041	TECNOLOGIA DE PRÓTESES

40000001**CIÊNCIAS DA SAÚDE****40100006****MEDICINA****ÁREA DE AVALIAÇÃO: MEDICINA I**

40101002	CLÍNICA MÉDICA
40101010	ANGIOLOGIA
40101029	DERMATOLOGIA
40101045	CANCEROLOGIA
40101061	ENDOCRINOLOGIA
40101100	CARDIOLOGIA
40101118	GASTROENTEROLOGIA
40101126	PNEUMOLOGIA
40101134	NEFROLOGIA
40101169	FISIATRIA
40107000	MEDICINA LEGAL E DEONTOLOGIA

ÁREA DE AVALIAÇÃO: MEDICINA II

40101037	ALERGOLOGIA E IMUNOLOGIA CLÍNICA
40101053	HEMATOLOGIA

40101070	NEUROLOGIA
40101088	PEDIATRIA
40101096	DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS
40101142	REUMATOLOGIA
40103005	SAÚDE MATERNO-INFANTIL
40104001	PSIQUIATRIA
40105008	ANATOMIA PATOLÓGICA E PATOLOGIA CLÍNICA
40106004	RADIOLOGIA MÉDICA

ÁREA DE AVALIAÇÃO: MEDICINA III

40101150	GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
40101177	OFTALMOLOGIA
40101186	ORTOPEDIA
40102009	CIRURGIA
40102017	CIRURGIA PLÁSTICA E RESTAURADORA
40102025	CIRURGIA OTORRINOLARINGOLOGIA
40102033	CIRURGIA OFTALMOLÓGICA
40102041	CIRURGIA CARDIOVASCULAR
40102050	CIRURGIA TORÁXICA
40102068	CIRURGIA GASTROENTEROLOGICA
40102076	CIRURGIA PEDIÁTRICA
40102084	NEUROCIRURGIA
40102092	CIRURGIA UROLÓGICA
40102106	CIRURGIA PROCTOLÓGICA
40102114	CIRURGIA ORTOPÉDICA
40102122	CIRURGIA TRAUMATOLÓGICA
40102130	ANESTESIOLOGIA
40102149	CIRURGIA EXPERIMENTAL

ÁREA DE AVALIAÇÃO: NUTRIÇÃO

40500004

NUTRIÇÃO

40501000	BIOQUÍMICA DA NUTRIÇÃO
40502007	DIETÉTICA
40503003	ANÁLISE NUTRICIONAL DE POPULAÇÃO
40504000	DESNUTRIÇÃO E DESENVOLVIMENTO FISIOLÓGICO

ÁREA DE AVALIAÇÃO: ODONTOLOGIA

40200000

ODONTOLOGIA

40201007	CLÍNICA ODONTOLÓGICA
40202003	CIRURGIA BUCO-MAXILO-FACIAL
40203000	ORTODONTIA
40204006	ODONTOPEDIATRIA
40205002	PERIODONTIA
40206009	ENDODONTIA
40207005	RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA
40208001	ODONTOLOGIA SOCIAL E PREVENTIVA
40209008	MATERIAIS ODONTOLÓGICOS

ÁREA DE AVALIAÇÃO: FARMÁCIA

40300005**FARMÁCIA**

40301001	FARMACOTECNIA
40302008	FARMACOGNOSIA
40303004	ANÁLISE TOXICOLÓGICA
40304000	ANÁLISE E CONTROLE DE MEDICAMENTOS
40305007	BROMATOLOGIA

ÁREA DE AVALIAÇÃO: ENFERMAGEM**40400000****ENFERMAGEM**

40401006	ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA
40402002	ENFERMAGEM OBSTÉTRICA
40403009	ENFERMAGEM PEDIÁTRICA
40404005	ENFERMAGEM PSIQUIÁTRICA
40405001	ENFERMAGEM DE DOENÇAS CONTAGIOSAS
40406008	ENFERMAGEM DE SAÚDE PÚBLICA

ÁREA DE AVALIAÇÃO: SAÚDE COLETIVA**40600009****SAÚDE COLETIVA**

40601005	EPIDEMIOLOGIA
40602001	SAÚDE PÚBLICA
40603008	MEDICINA PREVENTIVA

ÁREA DE AVALIAÇÃO: EDUCAÇÃO FÍSICA**40900002****EDUCAÇÃO FÍSICA****40700003****FONOAUDIOLOGIA****40800008****FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL****50000004****CIÊNCIAS AGRÁRIAS****ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIAS AGRÁRIAS I****50100009****AGRONOMIA**

50101005	CIÊNCIA DO SOLO
50101013	GÊNESE, MORFOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO DOS SOLOS
50101021	FÍSICA DO SOLO
50101030	QUÍMICA DO SOLO
50101048	MICROBIOLOGIA E BIOQUÍMICA DO SOLO
50101056	FERTILIDADE DO SOLO E ADUBAÇÃO
50101064	MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO
50102001	FITOSSANIDADE
50102010	FITOPATOLOGIA
50102028	ENTOMOLOGIA AGRÍCOLA
50102036	PARASITOLOGIA AGRÍCOLA
50102044	MICROBIOLOGIA AGRÍCOLA
50102052	DEFESA FITOSSANITÁRIA

50103008	FITOTECNIA
50103016	MANEJO E TRATOS CULTURAIS
50103024	MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA
50103032	PRODUÇÃO E BENEFICIAMENTO DE SEMENTES
50103040	PRODUÇÃO DE MUDAS
50103059	MELHORAMENTO VEGETAL
50103067	FISIOLOGIA DE PLANTAS CULTIVADAS
50103075	MATOLOGIA
50104004	FLORICULTURA, PARQUES E JARDINS
50104012	FLORICULTURA
50104020	PARQUES E JARDINS
50104039	ARBORIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS
50105000	AGROMETEROLOGIA
50106007	EXTENSÃO RURAL

50200003**RECURSOS FLORESTAIS E ENGENHARIA FLORESTAL**

50201000	SILVICULTURA
50201018	DENDROLOGIA
50201026	FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO
50201034	GENÉTICA E MELHORAMENTO FLORESTAL
50201042	SEMENTES FLORESTAIS
50201050	NUTRIÇÃO FLORESTAL
50201069	FISIOLOGIA FLORESTAL
50201077	SOLOS FLORESTAIS
50201085	PROTEÇÃO FLORESTAL
50202006	MANEJO FLORESTAL
50202014	ECONOMIA FLORESTAL
50202022	POLÍTICA E LEGISLAÇÃO FLORESTAL
50202030	ADMINISTRAÇÃO FLORESTAL
50202049	DENDROMETRIA E INVENTÁRIO FLORESTAL
50202057	FOTOINTERPRETAÇÃO FLORESTAL
50202065	ORDENAMENTO FLORESTAL
50203002	TÉCNICAS E OPERAÇÕES FLORESTAIS
50203010	EXPLORAÇÃO FLORESTAL
50203029	MECANIZAÇÃO FLORESTAL
50204009	TECNOLOGIA E UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS
50204017	ANATOMIA E IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS
50204025	PROPRIEDADES FÍSICO-MECÂNICAS DA MADEIRA
50204033	RELAÇÕES ÁGUA-MADEIRA E SECAGEM
50204041	TRATAMENTO DA MADEIRA
50204050	PROCESSAMENTO MECÂNICO DA MADEIRA
50204068	QUÍMICA DA MADEIRA
50204076	RESINAS DE MADEIRAS
50204084	TECNOLOGIA DE CELULOSE E PAPEL
50204092	TECNOLOGIA DE CHAPAS
50205005	CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
50205013	HIDROLOGIA FLORESTAL
50205021	CONSERVAÇÃO DE ÁREAS SILVESTRES
50205030	CONSERVAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS
50205048	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS
50206001	ENERGIA DE BIOMASSA FLORESTAL

50300008**ENGENHARIA AGRÍCOLA**

50301004	MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS
----------	----------------------------------

50302000	ENGENHARIA DE ÁGUA E SOLO
50302019	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM
50302027	CONSERVAÇÃO DE SOLO E ÁGUA
50303007	ENGENHARIA DE PROCESSAMENTO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
50303015	PRÉ-PROCESSAMENTO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
50303023	ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
50303031	TRANSFERÊNCIA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
50304003	CONSTRUÇÕES RURAIS E AMBIÊNCIA
50304011	ASSENTAMENTO RURAL
50304020	ENGENHARIA DE CONSTRUÇÕES RURAIS
50304038	SANEAMENTO RURAL
50305000	ENERGIZAÇÃO RURAL

ÁREA DE AVALIAÇÃO: ZOOTECNIA / RECURSOS PESQUEIROS

50400002

ZOOTECNIA

50401009	ECOLOGIA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS E ETOLOGIA
50402005	GENÉTICA E MELHORAMENTO DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS
50403001	NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO ANIMAL
50403010	EXIGÊNCIAS NUTRICIONAIS DOS ANIMAIS
50403028	AVALIAÇÃO DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS
50403036	CONSERVAÇÃO DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS
50404008	PASTAGEM E FORRAGICULTURA
50404016	AVALIAÇÃO, PRODUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE FORRAGENS
50404024	MANEJO E CONSERVAÇÃO DE PASTAGENS
50404032	FISIOLOGIA DE PLANTAS FORRAGEIRAS
50404040	MELHORAMENTO DE PLANTAS FORRAGEIRAS E PRODUÇÃO DE SEMENTES
50404059	TOXICOLOGIA E PLANTAS TÓXICAS
50405004	PRODUÇÃO ANIMAL
50405012	CRIAÇÃO DE ANIMAIS
50405020	MANEJO DE ANIMAIS
50405039	INSTALAÇÕES PARA PRODUÇÃO ANIMAL

50600001

RECURSOS PESQUEIROS E ENGENHARIA DE PESCA

50601008	RECURSOS PESQUEIROS MARINHOS
50601016	FATORES ABIÓTICOS DO MAR
50601024	AVALIAÇÃO DE ESTOQUE PESQUEIROS MARINHOS
50601032	EXPLORAÇÃO PESQUEIRA MARINHA
50601040	MANEJO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS PESQUEIROS MARINHOS
50602004	RECURSOS PESQUEIROS DE ÁGUAS INTERIORES
50602012	FATORES ABIÓTICOS DE ÁGUAS INTERIORES
50602020	AVALIAÇÃO DE ESTOQUES PESQUEIROS DE ÁGUAS INTERIORES
50602039	EXPLORAÇÃO PESQUEIRA DE ÁGUAS INTERIORES
50602047	MANEJO E CONSERV. DE RECURSOS PESQUEIROS DE ÁGUAS INTERIORES
50603000	AQUICULTURA
50603019	MARICULTURA
50603027	CARCINOCULTURA
50603035	OSTREICULTURA
50603043	PISCICULTURA
50604007	ENGENHARIA DE PESCA

ÁREA DE AVALIAÇÃO: MEDICINA VETERINÁRIA**50500007****MEDICINA VETERINÁRIA**

50501003	CLÍNICA E CIRÚRGIA ANIMAL
50501011	ANESTESIOLOGIA ANIMAL
50501020	TÉCNICA CIRÚRGICA ANIMAL
50501038	RADIOLOGIA DE ANIMAIS
50501046	FARMACOLOGIA E TERAPÉUTICA ANIMAL
50501054	OBSTETRÍCIA ANIMAL
50501062	CLÍNICA VETERINÁRIA
50501070	CLÍNICA CIRÚRGICA ANIMAL
50501089	TOXICOLOGIA ANIMAL
50502000	MEDICINA VETERINÁRIA PREVENTIVA
50502018	EPIDEMIOLOGIA ANIMAL
50502026	SANEAMENTO APLICADO À SAÚDE DO HOMEM
50502034	DOENÇAS INFECCIOSAS DE ANIMAIS
50502042	DOENÇAS PARASITÁRIAS DE ANIMAIS
50502050	SAÚDE ANIMAL (PROGRAMAS SANITÁRIOS)
50503006	PATOLOGIA ANIMAL
50503014	PATOLOGIA AVIÁRIA
50503022	ANATOMIA PATOLÓGICA ANIMAL
50503030	PATOLOGIA CLÍNICA ANIMAL
50504002	REPRODUÇÃO ANIMAL
50504010	GINECOLOGIA E ANDROLOGIA ANIMAL
50504029	INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL ANIMAL
50504037	FISIOPATOLOGIA DA REPRODUÇÃO ANIMAL
50505009	INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIA DE ALIMENTOS**50700006****CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS**

50701002	CIÊNCIA DE ALIMENTOS
50701010	VALOR NUTRITIVO DE ALIMENTOS
50701029	QUÍMICA, FÍSICA, FÍSICO-QUÍM. BIOQ. DOS ALI. MAT. PRIMAS ALI
50701037	MICROBIOLOGIA DE ALIMENTOS
50701045	FISIOLOGIA PÓS-COLHEITA
50701053	TOXICIDADE E RESÍDUOS DE PESTICIDAS EM ALIMENTOS
50701061	AVALIAÇÃO E CONTROLE DE QUALIDADE DE ALIMENTOS
50701070	PADRÕES, LEGISLAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ALIMENTOS
50702009	TECNOLOGIA DE ALIMENTOS
50702017	TECNOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL
50702025	TECNOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL
50702033	TECNOLOGIA DAS BEBIDAS
50702041	TECNOLOGIA DE ALIMENTOS DIETÉTICOS E NUTRICIONAIS
50702050	APROVEITAMENTO DE SUBPRODUTOS
50702068	EMBALAGENS DE PRODUTOS ALIMENTARES
50703005	ENGENHARIA DE ALIMENTOS
50703013	INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS
50703021	ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS

60000007**CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

ÁREA DE AVALIAÇÃO: DIREITO

60100001	DIREITO
60101008	TEORIA DO DIREITO
60101016	TEORIA GERAL DO DIREITO
60101024	TEORIA GERAL DO PROCESSO
60101032	TEORIA DO ESTADO
60101040	HISTÓRIA DO DIREITO
60101059	FILOSOFIA DO DIREITO
60101067	LÓGICA JURÍDICA
60101075	SOCIOLOGIA JURÍDICA
60101083	ANTROPOLOGIA JURÍDICA
60102004	DIREITO PÚBLICO
60102012	DIREITO TRIBUTÁRIO
60102020	DIREITO PENAL
60102039	DIREITO PROCESSUAL PENAL
60102047	DIREITO PROCESSUAL CIVIL
60102055	DIREITO CONSTITUCIONAL
60102063	DIREITO ADMINISTRATIVO
60102071	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
60103000	DIREITO PRIVADO
60103019	DIREITO CIVIL
60103027	DIREITO COMERCIAL
60103035	DIREITO DO TRABALHO
60103043	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
60104007	DIREITOS ESPECIAIS

ÁREA DE AVALIAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO

60200006	ADMINISTRAÇÃO
60201002	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
60201010	ADMINISTRAÇÃO DE PRODUÇÃO
60201029	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
60201037	MERCADOLOGIA
60201045	NEGÓCIOS INTERNACIONAIS
60201053	ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
60202009	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
60202017	CONTABILIDADE E FINANÇAS PÚBLICAS
60202025	ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS
60202033	POLÍTICA E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAIS
60202041	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
60203005	ADMINISTRAÇÃO DE SETORES ESPECÍFICOS
60204001	CIÊNCIAS CONTÁBEIS

61300004	TURISMO
-----------------	----------------

ÁREA DE AVALIAÇÃO: ECONOMIA

60300000	ECONOMIA
60301007	TEORIA ECONÔMICA

60301015	ECONOMIA GERAL
60301023	TEORIA GERAL DA ECONOMIA
60301031	HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO
60301040	HISTÓRIA ECONÔMICA
60301058	SISTEMAS ECONÔMICOS
60302003	MÉTODOS QUANTITATIVOS EM ECONOMIA
60302011	MÉTODOS E MODELOS MATEMÁT., ECONOMÉTRICOS E ESTATÍSTICOS
60302020	ESTATÍSTICA SÓCIO-ECONÔMICA
60302038	CONTABILIDADE NACIONAL
60302046	ECONOMIA MATEMÁTICA
60303000	ECONOMIA MONETÁRIA E FISCAL
60303018	TEORIA MONETÁRIA E FINANCEIRA
60303026	INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS E FINANCEIRAS DO BRASIL
60303034	FINANÇAS PÚBLICAS INTERNAS
60303042	POLÍTICA FISCAL DO BRASIL
60304006	CRESCIMENTO, FLUTUAÇÕES E PLANEJAMENTO ECONÔMICO
60304014	CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
60304022	TEORIA E POLÍTICA DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO
60304030	FLUTUAÇÕES CICLÍCAS E PROJEÇÕES ECONÔMICAS
60304049	INFLAÇÃO
60305002	ECONOMIA INTERNACIONAL
60305010	TEORIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL RELAÇÕES DO COMÉRCIO; POLÍT. COMERCIAL; INTEGRAÇÃO ECONÔMICA
60305029	ECONÔMICA
60305037	BALANÇO DE PAGAMENTO; FINANÇAS INTERNACIONAIS
60305045	INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS E AJUDA EXTERNA
60306009	ECONOMIA DOS RECURSOS HUMANOS
60306017	TREIN. E ALOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA; OFERTA MÃO-DE-OBRA F. TRAB.
60306025	MERCADO DE TRABALHO; POLÍTICA DO GOVERNO
60306033	SINDICATOS, DISSÍDIOS COLET., RELAÇÕES DE EMPREGO(EMP./EMP)
60306041	CAPITAL HUMANO
60306050	DEMOGRAFIA ECONÔMICA
60307005	ECONOMIA INDUSTRIAL
60307013	ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL E ESTUDOS INDUSTRIAIS
60307021	MUDANÇA TECNOLÓGICA
60308001	ECONOMIA DO BEM-ESTAR SOCIAL
60308010	ECONOMIA DOS PROGRAMAS DE BEM-ESTAR SOCIAL
60308028	ECONOMIA DO CONSUMIDOR
60309008	ECONOMIA REGIONAL E URBANA
60309016	ECONOMIA REGIONAL
60309024	ECONOMIA URBANA
60309032	RENDA E TRIBUTAÇÃO
60310006	ECONOMIAS AGRÁRIA E DOS RECURSOS NATURAIS
60310014	ECONOMIA AGRÁRIA
60310022	ECONOMIA DOS RECURSOS NATURAIS

ÁREA DE AVALIAÇÃO: ARQUITETURA E URBANISMO

60400005	ARQUITETURA E URBANISMO
60401001	FUNDAMENTOS DE ARQUITETURA E URBANISMO
60401010	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO
60401028	TEORIA DA ARQUITETURA
60401036	HISTÓRIA DO URBANISMO

60401044	TEORIA DO URBANISMO
60402008	PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO
60402016	PLANEJAMENTO E PROJETOS DA EDIFICAÇÃO
60402024	PLANEJAMENTO E PROJETO DO ESPAÇO URBANO
60402032	PLANEJAMENTO E PROJETO DO EQUIPAMENTO
60403004	TECNOLOGIA DE ARQUITETURA E URBANISMO
60403012	ADEQUAÇÃO AMBIENTAL
60404000	PAISAGISMO
60404019	DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO PAISAGISMO
60404027	CONCEITUAÇÃO DE PAISAGISMO E METODOLOGIA DO PAISAGISMO
60404035	ESTUDOS DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR
60404043	PROJETOS DE ESPAÇOS LIVRES URBANOS

61200000**DESENHO INDUSTRIAL****ÁREA DE AVALIAÇÃO: PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA****60500000****PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

60501006	FUNDAMENTOS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
60501014	TEORIA DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
60501022	TEORIA DA URBANIZAÇÃO
60501030	POLÍTICA URBANA
60501049	HISTÓRIA URBANA
60502002	MÉTODOS E TÉCNICAS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
60502010	INFORMAÇÃO, CADASTRO E MAPEAMENTO
60502029	TÉCNICA DE PREVISÃO URBANA E REGIONAL
60502037	TÉCNICAS DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO URBANA E REGIONAL
60502045	TÉCNICAS DE PLANEJAMENTO E PROJETO URBANOS E REGIONAIS
60503009	SERVIÇOS URBANOS E REGIONAIS
60503017	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E URBANA
60503025	ESTUDOS DA HABITAÇÃO
60503033	ASPECTOS SOCIAIS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
60503041	ASPECTOS ECONÔMICOS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
60503050	ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS DO PLANEJ. URBANO E REGIONAL
60503068	SERVIÇOS COMUNITÁRIOS
60503076	INFRA-ESTRUTURAS URBANAS E REGIONAIS
60503084	TRANSPORTE E TRÁFEGO URBANO E REGIONAL
60503092	LEGISLAÇÃO URBANA E REGIONAL

60600004**DEMOGRAFIA**

60601000	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL
60601019	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL GERAL
60601027	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL URBANA
60601035	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL RURAL
60602007	TENDÊNCIA POPULACIONAL
60602015	TENDÊNCIAS PASSADAS
60602023	TAXAS E ESTIMATIVAS CORRENTES
60602031	PROJEÇÕES
60603003	COMPONENTES DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA
60603011	FECUNDIDADE
60603020	MORTALIDADE
60603038	MIGRAÇÃO
60604000	NUPCIALIDADE E FAMÍLIA

60604018	CASAMENTO E DIVÓRCIO
60604026	FAMÍLIA E REPRODUÇÃO
60605006	DEMOGRAFIA HISTÓRICA
60605014	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL
60605022	NATALIDADE, MORTALIDADE, MIGRAÇÃO
60605049	MÉTODOS E TÉCNICAS DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA
60606002	POLÍTICA PÚBLICA E POPULAÇÃO
60606010	POLÍTICA POPULACIONAL
60606029	POLÍTICAS DE REDISTRIBUIÇÃO DE POPULAÇÃO
60606037	POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO FAMILIAR
60607009	FONTES DE DADOS DEMOGRÁFICOS

ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I

60700009

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

60701005	TEORIA DA INFORMAÇÃO
60701013	TEORIA GERAL DA INFORMAÇÃO
60701021	PROCESSOS DA COMUNICAÇÃO
60701030	REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO
60702001	BIBLIOTECONOMIA
60702010	TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO
60702028	MÉTODOS QUANTITATIVOS, BIBLIOMETRIA
60702036	TÉCNICAS DE RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO
60702044	PROCESSOS DE DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO
60703008	ARQUIVOLOGIA
60703016	ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS

60800003

MUSEOLOGIA

60900008

COMUNICAÇÃO

60901004	TEORIA DA COMUNICAÇÃO
60902000	JORNALISMO E EDITORAÇÃO
60902019	TEORIA E ÉTICA DO JORNALISMO
60902027	ORGANIZAÇÃO EDITORIAL DE JORNAIS
60902035	ORGANIZAÇÃO COMERCIAL DE JORNAIS
60902043	JORNALISMO ESPECIALIZADO (COMUNITÁRIO, RURAL, EMP. CIENTIF.)
60903007	RÁDIO E TELEVISÃO
60903015	RADIODIFUSÃO
60903023	VIDEODIFUSÃO
60904003	RELAÇÕES PÚBLICAS E PROPAGANDA
60905000	COMUNICAÇÃO VISUAL
61201006	PROGRAMAÇÃO VISUAL
61202002	DESENHO DE PRODUTO

ÁREA DE AVALIAÇÃO: SERVIÇO SOCIAL

61000000

SERVIÇO SOCIAL

61000000	SERVIÇO SOCIAL
61001007	FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL
61002003	SERVIÇO SOCIAL APLICADO
61002011	SERVIÇO SOCIAL DO TRABALHO
61002020	SERVIÇO SOCIAL DA EDUCAÇÃO
61002038	SERVIÇO SOCIAL DO MENOR

61002046 SERVIÇO SOCIAL DA SAÚDE
 61002054 SERVIÇO SOCIAL DA HABITAÇÃO
 61100005 ECONOMIA DOMÉSTICA

70000000**CIÊNCIAS HUMANAS****ÁREA DE AVALIAÇÃO: FILOSOFIA / TEOLOGIA: SUBCOMISSÃO FILOSOFIA****70100004****FILOSOFIA**

70101000 HISTÓRIA DA FILOSOFIA
 70102007 METAFÍSICA
 70103003 LÓGICA
 70104000 ÉTICA
 70105006 EPISTEMOLOGIA
 70106002 FILOSOFIA BRASILEIRA

ÁREA DE AVALIAÇÃO: FILOSOFIA / TEOLOGIA: SUBCOMISSÃO TEOLOGIA**71000003****TEOLOGIA**

71001000 HISTÓRIA DA TEOLOGIA
 71002006 TEOLOGIA MORAL
 71003002 TEOLOGIA SISTEMÁTICA
 71004009 TEOLOGIA PASTORAL

ÁREA DE AVALIAÇÃO: SOCIOLOGIA**70200009****SOCIOLOGIA**

70201005 FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA
 70201013 TEORIA SOCIOLÓGICA
 70201021 HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA
 70202001 SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO
 70203008 SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO
 70204004 SOCIOLOGIA URBANA
 70205000 SOCIOLOGIA RURAL
 70206007 SOCIOLOGIA DA SAÚDE
 70207003 OUTRAS SOCIOLOGIAS ESPECÍFICAS

ÁREA DE AVALIAÇÃO: ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA**70300003****ANTROPOLOGIA**

70301000 TEORIA ANTROPOLÓGICA
 70302006 ETNOLOGIA INDÍGENA
 70303002 ANTROPOLOGIA URBANA
 70304009 ANTROPOLOGIA RURAL
 70305005 ANTROPOLOGIA DAS POPULAÇÕES AFRO-BRASILEIRAS

70400008**ARQUEOLOGIA**

70401004 TEORIA E MÉTODO EM ARQUEOLOGIA
 70402000 ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA
 70403007 ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

ÁREA DE AVALIAÇÃO: HISTÓRIA

70500002	HISTÓRIA
70501009	TEORIA E FILOSOFIA DA HISTÓRIA
70502005	HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL
70503001	HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA
70504008	HISTÓRIA DA AMÉRICA
70504016	HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS
70504024	HISTÓRIA LATINO-AMERICANA
70505004	HISTÓRIA DO BRASIL
70505012	HISTÓRIA DO BRASIL COLÔNIA
70505020	HISTÓRIA DO BRASIL IMPÉRIO
70505039	HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA
70505047	HISTÓRIA REGIONAL DO BRASIL
70506000	HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

ÁREA DE AVALIAÇÃO: GEOGRAFIA

70600007	GEOGRAFIA
70601003	GEOGRAFIA HUMANA
70601011	GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO
70601020	GEOGRAFIA AGRÁRIA
70601038	GEOGRAFIA URBANA
70601046	GEOGRAFIA ECONÔMICA
70601054	GEOGRAFIA POLÍTICA
70602000	GEOGRAFIA REGIONAL
70602018	TEORIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
70602026	REGIONALIZAÇÃO
70602034	ANÁLISE REGIONAL

ÁREA DE AVALIAÇÃO: PSICOLOGIA

70700001	PSICOLOGIA
70701008	FUNDAMENTOS E MEDIDAS DA PSICOLOGIA
70701016	HISTÓRIA, TEORIAS E SISTEMAS EM PSICOLOGIA
70701024	METODOLOGIA, INSTRUMENTAÇÃO E EQUIPAMENTO EM PSICOLOGIA
70701032	CONSTRUÇÃO E VALIDADE DE TESTES, ESC. E O. MEDIDAS PSICOLÓG.
70701040	TÉCN. DE PROCES. ESTÁT., MATEMÁTICO E COMPUT. EM PSICOLOGIA
70702004	PSICOLOGIA EXPERIMENTAL
70702012	PROCESSOS PERCEPTUAIS E MOTORES
70702020	PROCESSOS DE APRENDIZAGEM, MEMÓRIA E MOTIVAÇÃO
70702039	PROCESSOS COGNITIVOS E ATENCIONAIS
70702047	ESTADOS SUBJETIVOS E EMOÇÃO
70703000	PSICOLOGIA FISIOLÓGICA
70703019	NEUROLOGIA, ELETROFISIOLOGIA E COMPORTAMENTO
70703027	PROCESSOS PSICO-FISIOLÓGICOS
70703035	ESTIMULAÇÃO ELÉTRICA E COM DROGAS; COMPORTAMENTO
70703043	PSICOBIOLOGIA
70704007	PSICOLOGIA COMPARATIVA
70704015	ESTUDOS NATURALÍSTICOS DO COMPORTAMENTO ANIMAL
70704023	MECANISMOS INSTINTIVOS E PROCESSOS SOCIAIS EM ANIMAIS

70705003	PSICOLOGIA SOCIAL
70705011	RELAÇÕES INTERPESSOAIS
70705020	PROCESSOS GRUPAIS E DE COMUNICAÇÃO
70705038	PAPEIS E ESTRUTURAS SOCIAIS; INDIVÍDUO
70706000	PSICOLOGIA COGNITIVA
70707006	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
70707014	PROCESSOS PERCEPTUAIS E COGNITIVOS; DESENVOLVIMENTO
70707022	DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA PERSONALIDADE
70708002	PSICOLOGIA DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM
70708010	PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL
70708029	PROGRAMAÇÃO DE CONDIÇÕES DE ENSINO
70708037	TREINAMENTO DE PESSOAL
70708045	APRENDIZAGEM E DESEMPENHO ACADÊMICOS
70708053	ENSINO E APRENDIZAGEM NA SALA DE AULA
70709009	PSICOLOGIA DO TRABALHO E ORGANIZACIONAL
70709017	ANÁLISE INSTITUCIONAL
70709025	RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL
70709033	TREINAMENTO E AVALIAÇÃO
70709041	FATORES HUMANOS NO TRABALHO
70709050	PLANEJAMENTO AMBIENTAL E COMPORTAMENTO HUMANO
70710007	TRATAMENTO E PREVENÇÃO PSICOLÓGICA
70710015	INTERVENÇÃO TERAPÊUTICA
70710023	PROGRAMAS DE ATENDIMENTO COMUNITÁRIO
70710031	TREINAMENTO E REABILITAÇÃO
70710040	DESVIOS DA CONDUTA
70710058	DISTÚRBIOS DA LINGUAGEM
70710066	DISTÚRBIOS PSICOSSOMÁTICOS

ÁREA DE AVALIAÇÃO: EDUCAÇÃO

70800006	EDUCAÇÃO
70801002	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
70801010	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO
70801029	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
70801037	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO
70801045	ANTROPOLOGIA EDUCACIONAL
70801053	ECONOMIA DA EDUCAÇÃO
70801061	PSICOLOGIA EDUCACIONAL
70802009	ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL
70802017	ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS
70802025	ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES EDUCATIVAS
70803005	PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL
70803013	POLÍTICA EDUCACIONAL
70803021	PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
70803030	AVAL. DE SISTEMAS, INST. PLANOS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS
70804001	ENSINO-APRENDIZAGEM
70804010	TEORIAS DA INSTRUÇÃO
70804028	MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO
70804036	TECNOLOGIA EDUCACIONAL
70804044	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
70805008	CURRÍCULO
70805016	TEORIA GERAL DE PLANEJAMENTO E DESENV. CURRICULAR
70805024	CURRÍCULOS ESPECÍFICOS PARA NÍVEIS E TIPOS DE EDUCAÇÃO

70806004	ORIENTAÇÃO E ACONSELHAMENTO
70806012	ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL
70806020	ORIENTAÇÃO VOCACIONAL
70807000	TÓPICOS ESPECÍFICOS DE EDUCAÇÃO
70807019	EDUCAÇÃO DE ADULTOS
70807027	EDUCAÇÃO PERMANENTE
70807035	EDUCAÇÃO RURAL
70807043	EDUCAÇÃO EM PERIFERIAS URBANAS
70807051	EDUCAÇÃO ESPECIAL
70807060	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
70807078	ENSINO PROFISSIONALIZANTE

ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

70900000

CIÊNCIA POLÍTICA

70901007	TEORIA POLÍTICA
70901015	TEORIA POLÍTICA CLÁSSICA
70901023	TEORIA POLÍTICA MEDIEVAL
70901031	TEORIA POLÍTICA MODERNA
70901040	TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA
70902003	ESTADO E GOVERNO
70902011	ESTRUTURA E TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO
70902020	SISTEMAS GOVERNAMENTAIS COMPARADOS
70902038	RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS
70902046	ESTUDOS DO PODER LOCAL
70902054	INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS ESPECÍFICAS
70903000	COMPORTAMENTO POLÍTICO
70903018	ESTUDOS ELEITORAIS E PARTIDOS POLÍTICOS
70903026	ATITUDE E IDEOLOGIAS POLÍTICAS
70903034	CONFLITOS E COALIZÕES POLÍTICAS
70903042	COMPORTAMENTO LEGISLATIVO
70903050	CLASSES SOCIAIS E GRUPOS DE INTERESSE
70904006	POLÍTICAS PÚBLICAS
70904014	ANÁLISE DO PROCESSO DECISÓRIO
70904022	ANÁLISE INSTITUCIONAL
70904030	TÉCNICAS DE ANTECIPAÇÃO
70905002	POLÍTICA INTERNACIONAL
70905010	POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL
70905029	ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS
70905037	INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL, CONFLITO, GUERRA E PAZ
70905045	RELAÇÕES INTERNACIONAIS, BILATERAIS E MULTILATERAIS

80000002

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES

ÁREA DE AVALIAÇÃO: LETRAS / LINGUÍSTICA

80100007

LINGUÍSTICA

80101003	TEORIA E ANÁLISE LINGUÍSTICA
80102000	FISIOLOGIA DA LINGUAGEM
80103006	LINGUÍSTICA HISTÓRICA
80104002	SOCIOLINGUÍSTICA E DIALETOLOGIA

80105009 PSICOLINGUÍSTICA
80106005 LINGUÍSTICA APLICADA

80200001**LETRAS**

80201008 LÍNGUA PORTUGUESA
80202004 LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS
80203000 LÍNGUAS CLÁSSICAS
80204007 LÍNGUAS INDÍGENAS
80205003 TEORIA LITERARIA
80206000 LITERATURA BRASILEIRA
80207006 OUTRAS LITERATURAS VERNÁCULAS
80208002 LITERATURAS ESTRANGEIRAS MODERNAS
80209009 LITERATURAS CLÁSSICAS
80210007 LITERATURA COMPARADA

ÁREA DE AVALIAÇÃO: ARTES / MÚSICA**80300006****ARTES**

80301002 FUNDAMENTOS E CRÍTICA DAS ARTES
80301010 TEORIA DA ARTE
80301029 HISTÓRIA DA ARTE
80301037 CRÍTICA DA ARTE
80302009 ARTES PLÁSTICAS
80302017 PINTURA
80302025 DESENHO
80302033 GRAVURA
80302041 ESCULTURA
80302050 CERÂMICA
80302068 TECELAGEM
80303005 MÚSICA
80303013 REGÊNCIA
80303021 INSTRUMENTAÇÃO MUSICAL
80303030 COMPOSIÇÃO MUSICAL
80303048 CANTO
80304001 DANÇA
80304010 EXECUÇÃO DA DANÇA
80304028 COREOGRAFIA
80305008 TEATRO
80305016 DRAMATURGIA
80305024 DIREÇÃO TEATRAL
80305032 CENOGRAFIA
80305040 INTERPRETAÇÃO TEATRAL
80306004 ÓPERA
80307000 FOTOGRAFIA
80308007 CINEMA
80308015 ADMINISTRAÇÃO E PRODUÇÃO DE FILMES
80308023 ROTEIRO E DIREÇÃO CINEMATOGRÁFICOS
80308031 TÉCNICAS DE REGISTROS E PROCESSAMENTO DE FILMES
80308040 INTERPRETAÇÃO CINEMATOGRÁFICA
80309003 ARTES DO VÍDEO
80310001 EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

MULTIDISCIPLINAR

90000005

ÁREA DE AVALIAÇÃO: INTERDISCIPLINAR

90100000

INTERDISCIPLINAR

90191000 MEIO AMBIENTE E AGRÁRIAS
90192000 SOCIAIS E HUMANIDADES
90193000 ENGENHARIA/TECNOLOGIA/GESTÃO
90194000 SAÚDE E BIOLÓGICAS

ÁREA DE AVALIAÇÃO: ENSINO

90200000

ENSINO

90201000 ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

ÁREA DE AVALIAÇÃO: MATERIAIS

90300009

MATERIAIS

ÁREA DE AVALIAÇÃO: BIOTECNOLOGIA

90400003

BIOTECNOLOGIA

ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIAS AMBIENTAIS

90500008

CIÊNCIAS AMBIENTAIS